



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL (MESTRADO) – UEPB/UFCG

KATIANA DINIZ DE ALMEIDA

ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR:
um estudo entre unidades familiares no Município de Remígio - PB

Campina Grande - PB

2012

KATIANA DINIZ DE ALMEIDA

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR:
um estudo entre unidades familiares no Município de Remígio - PB**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, Área de concentração: Estado e Políticas Públicas, como requisito para obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Nerize Laurentino Ramos

Campina Grande

2012

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL - UEPB

A447e

Almeida, Katiana Diniz de.

Estratégias de reprodução social da agricultura familiar [manuscrito] : um estudo entre unidades familiares no município de Remígio-PB / Katiana Diniz de Almeida. – 2012.

161 f. : il. color.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Estadual da Paraíba, Pró Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2012.

“Orientação: Prof. Dr. Nerize Laurentino Ramos, Departamento de Filosofia e Ciências Sociais.”

1. Agricultura familiar. 2. Desenvolvimento rural.
3. Políticas públicas. I. Título.

21. ed. CDD 338.1


KATIANA DINIZ DE ALMEIDA

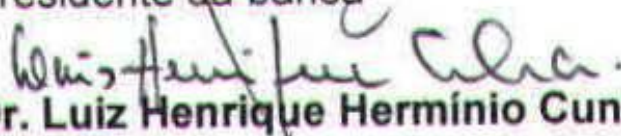
**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR:
um estudo entre unidades familiares no Município de Remígio - PB**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, Área de concentração: Estado e Políticas Públicas, como requisito para obtenção do grau de mestre.

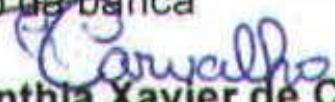
Aprovada em 31/05/2012.

BANCA EXAMINADORA


Dr^a. Nerize Laurentino Ramos
Presidente da banca


Dr. Luiz Henrique Hermínio Cunha
Membro da banca


Dr. Aldenôr Gomes da Silva
Membro da banca


Dr^a. Cynthia Xavier de Carvalho
Membro da banca

Dedico este trabalho a Roberto Marques, que com seu amor aos estudos, ao saber e a Agroecologia, me incentivou a tentar e acreditou que poderia chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Nerize Laurentino Ramos, pela paciência com minhas inúmeras limitações, pelas leituras cuidadosas e atenção despendida. Fui muito feliz em tê-la encontrado!

Aos Professores, que se dedicaram e tornaram as aulas momentos enriquecedores de fato. É impossível não ressaltar a admiração ao Professor Cidoval Morais, Coordenador deste Mestrado, pelo entusiasmo, profissionalismo e dedicação.

Aos meus Colegas, que se tornaram amigos e me incentivaram nas horas de dificuldade, em especial a Manuel Pereira Neto.

Aos meus amigos de sempre, por acreditarem tanto em mim e compreenderem minha ausência provocada pelos estudos.

Agradecimentos especiais a Sr. Adelson, morador de Remígio, que gentilmente me acompanhou nas visitas de campo e a todos os agricultores e familiares que me doaram parte de seu tempo de labor, com tanto carinho e atenção. A eles minha admiração e gratidão!

RESUMO

Esta dissertação visou analisar as estratégias de reprodução social dos agricultores familiares em Remígio – PB, a fim de distinguir quais os elementos que favorecem e limitam os processos de desenvolvimento rural na região e quais as perspectivas e dinâmicas vivenciadas a partir das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Para análise desta temática, utilizou-se a abordagem qualitativa, a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com 20 (vinte) agricultores familiares do município e através de coleta de dados secundários. A amostra foi selecionada com base em um critério qualitativo, para que esta caracterizasse as múltiplas formas de produção e comercialização existentes na região. O estudo pauta-se nos aportes analíticos da “Perspectiva Orientada ao Ator”, pois se compreende que os agricultores familiares apesar de estarem submetidos às diversas influências externas e aos constrangimentos impostos pelo mercado, dentre outros aspectos, têm um projeto de vida e assumem escolhas a partir de um repertório cultural (fruto da coletividade) e de resistência que norteia tais estratégias, articuladas entre os indivíduos e coletividades. Assim, caracterizou-se a agricultura familiar no município, analisando a intensidade da lógica familiar das unidades estudadas, que se mostra bastante comprometida pela massiva migração dos filhos dos agricultores, de forma que 75% das unidades contratam mão de obra de terceiros. Constatou-se que as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural têm gerado dinâmicas positivas e estimulado projetos de investimentos e de diversificação da produção, apesar das diversas limitações existentes e do pequeno número de unidades contempladas, isso traz projeções de crescimento do patrimônio da família e estimula a permanência no campo. Por outro lado, políticas não relacionadas à atividade agrícola como o Bolsa-família e as aposentadorias rurais (que estão relacionadas a inatividade) tem apresentado fundamental importância para manutenção da vida no campo. Percebeu-se uma forte identidade dos agricultores aos diversos elementos simbólicos do rural, que os fazem sentirem-se como parte daquele território, o que pode trazer implicações favoráveis ao desenvolvimento da região, se estes elementos identitários, que são responsáveis pela animação daquele espaço, forem valorizados, incluindo as relações de reciprocidade entre as famílias, com o fito de evitar a situação contrária, a desesperança, abandono e esvaziamento daquele espaço rural.

Palavras-chave: Reprodução Social. Agricultura Familiar. Políticas Públicas. Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

This work aims to analyze the small farmers social reproductions strategies at Remigio, Paraíba state, Northeast of Brazil, to distinguish which elements hinder or facilitate processes of rural development in that region and the perspectives and dynamics of public policies in this field. For this analysis we used the qualitative approach through semi-structured interviews with twenty small farmers and collected secondary data. This sample was selected based on qualitative criteria that characterize the varied forms of production and trade that exist in the region. This study follows the “Perspective Oriented to the Actor” analytical approaches, because we understand that small farmers despite being submitted to several external influences and constraints imposed by the market, among other aspects, have a life project and assume choices from a cultural repertoire (from the community) and resistance that oriented such strategies articulated by individuals and communities. Thus, we characterize the small farmers in the region, analyzing the intensity of the logic of the family members involved in the work of the small surface that we studied, which seem in risk due to massive migration of family members, forcing 75% of the studied small surfaces to hire other type of labor force. We observed that public policies towards rural development have been generating positive dynamics and stimulating projects to invest in production diversification, despite existing limits of a small number of contemplated surfaces, it brings projections of patrimony growth in the family and stimulate their permanence in the countryside. On the other hand, policies not related to agricultural activities as Bolsa-família and rural retirement pension have shown fundamental importance for countryside maintenance. We observed a strong identity of farmers to diverse symbolic rural elements that make them feel part of that territory, which may imply benefits to region development, if these identity elements which are responsible for keeping that space are not taken for granted, including relations of reciprocity among the families, they will avoid the opposite - the feeling of abandonment and despairing hopelessness in the countryside.

Key words: Social reproduction. Small scale agriculture. Public policies. Rural development.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Perfil dos Agricultores entrevistados em Remígio – PB.....	23
Quadro 2 - Aspectos Populacionais do Território da Borborema.....	78
Quadro 3 - Lavouras Permanentes de Remígio PB.....	81
Quadro 4 - Lavouras Temporárias de Remígio PB.....	81
Quadro 5 - Grupos de enquadramento do PRONAF	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa Etária dos Agricultores entrevistados em Remígio – PB.....	24
Gráfico 2 - Contratação de mão-de-obra externa pelos agricultores entrevistados em Remígio -PB.....	44
Gráfico 3 - Utilização do benefício previdenciário ou assistencial na agricultura.....	67
Gráfico 4 - Arrecadação líquida, despesas com benefícios previdenciários segundo a clientela.....	72
Gráfico 5 - Composição da Renda dos Agricultores entrevistados em Remígio-PB.....	79
Gráfico 6 - Distribuição de Renda dos Agricultores entrevistados em Remígio-PB.....	80
Gráfico 7 - Canais de Comercialização da Agricultura Familiar dos agricultores entrevistados em Remígio – PB.....	94

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nova Delimitação do Semi-Árido.....	19
Figura 2 - Pilares da Seguridade Social no Brasil.....	71
Figura 3 - Território da Borborema.....	82
Figura 4 - Feira Agroecológica em Remígio –PB.....	99
Figura 5 – Panfleto contra a violência no campo.....	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de contratos e montante de crédito rural do PRONAF por enquadramento	88
--	----

LISTA DE SIGLAS

ASA	Articulação no Semi-Árido Brasileiro
ASPTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CEPAL	Comissão Econômica das Nações Unidas Para América Latina e o Caribe
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Food and Agriculture Organization
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PAA	Programa de Aquisição Alimentar
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	17
1.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS	21
2. AGRICULTURA FAMILIAR: aspectos teóricos e uma caracterização das unidades familiares em remígio – PB	27
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR: uma legítima categoria de análise ou uma invenção do Estado	29
2.2 TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA PATRONAL E A RESISTÊNCIA DA AGRICULTURA CAMPONESA EM AREIA E REMÍGIO – PB.....	36
2.3 ANÁLISE DA “LÓGICA FAMILIAR” NAS UNIDADES AGRÍCOLAS REMÍGIO - PB	38
2.3.1 Trabalho e reprodução familiar	39
3. ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL NO SEMIÁRIDO	54
3.1 INTERVENÇÕES DO ESTADO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO	55
3.2 DIREITOS TRABALHISTAS E PREVIDÊNCIA RURAL	65
3.3 PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS	73
3.4 POLÍTICA ATUAIS: PRONAF; PAA E PNAE e seus reflexos em Remígio – PB.....	75
4 RURALIDADES E “NOVAS RURALIDADES”: as perspectivas dos atores sociais em Remígio – PB	109
4.1 A CIDADE E O CAMPO: suas relações e (re)configurações sobre o “rural”	109
4.1.1 O “pertencimento” ao meio rural e seu significado em Remígio –PB	113
4.1.2 Rompendo com o rural idílico: a violência que expulsa os agricultores do campo	119
4.2 RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE E AJUDA MÚTUA EM REMÍGIO – PB	123
4.3 A PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES DE REMÍGIO ACERCA DO RURAL E DE SEU FUTURO À LUZ DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	126
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	139
APÊNDICE: Roteiro para entrevistas	146

1 INTRODUÇÃO

A história da agricultura familiar no Brasil é marcada por lutas sociais e pela busca por espaços, cuja realidade assumiu novos contornos notadamente a partir da intensificação do uso de tecnologias na produção agrícola. Esta experiência acarretou uma série de consequências sociais e econômicas, afetando, particularmente, os modos de vida destes agricultores, que foram excluídos do processo de “modernização”. Então, diante das pressões externas, resistir torna-se um imperativo à agricultura familiar e significa, sobretudo, adotar estratégias de reprodução social, alimentadas por um repertório de valores e saberes da herança camponesa.

Assim, analisar as estratégias de reprodução social na agricultura familiar se constitui como foco central nesta pesquisa. Pretende-se entender estas dinâmicas a partir do estudo de unidades, localizadas no município de Remígio – PB, que exercem a agricultura familiar.

Esta abordagem se dará à luz das políticas públicas que visam o desenvolvimento rural e a relação com os atores sociais envolvidos. Nesse sentido, compreendem-se como estratégias os processos de apropriação de informações, conhecimentos e escolhas tomadas pelos agricultores familiares, que se constroem a partir de um patrimônio sociocultural – valores, percepções e representações – e das decisões políticas mais gerais, que interferem na vida desses agricultores e na forma como se adaptam às pressões externas (LAMARCHE, 1993; 1998 apud RUSZCZYK, 2007, p. 30).

Como expresso pelo autor, esse processo interno da unidade familiar coexiste com um projeto mais geral que a sociedade tenciona para estes atores sociais. Isso se torna nítido atualmente no Brasil pela intensa presença do Estado que, através de suas políticas, pretende integrar, inclusive, os mediadores sociais na elaboração ou execução de programas voltados ao meio rural. Schneider (2009, p. 70) compreende que as unidades familiares funcionam como um grupo específico no interior da sociedade global (que é a estrutura), cujo futuro é notadamente influenciado pelas políticas agrícolas e as decisões do Estado.

Diversas outras condições podem influenciar as decisões destes agricultores. Oportunidades no mercado de trabalho em atividades não agrícolas ou outros usos do espaço rural, que não o agrícola, consolidam estratégias que podem ser compreendidas a partir das

noções de pluriatividade e multifuncionalidade¹. Outra estratégia pode se configurar por meio da produção agroecológica², considerada como uma estratégia produtiva por ter implicações diretas na reprodução social das famílias, dentre outros fatores, por proporcionar uma inserção diferenciada no mercado.

Nesse sentido, optou-se por estudar todas as estratégias adotadas pelas famílias rurais, selecionadas como sujeitos desta pesquisa, a fim de se obter os elementos que direcionassem e apontassem para algumas destas questões. Parte-se da **hipótese** de que existe um nível relativo de autonomia nas escolhas destes agricultores familiares. No entanto, estas escolhas são representativas da resistência do agricultor familiar para permanência no meio rural e no exercício a atividade agrícola. Assim, o pressuposto teórico e metodológico aqui defendido é que nesse movimento dialético, entre a dinâmica interna das unidades familiares e os processos externos de interação com as representações, instituições e mediadores sociais, existe um espaço de manobra capaz de mitigar os efeitos históricos da marginalização da agricultura familiar, pondo-a em um novo patamar: de excluída do processo de desenvolvimento³ a elemento catalisador do desenvolvimento rural sustentável. Em sua tese, João Carlos Ruszczyk traz uma esclarecedora síntese acerca deste movimento dialético:

Nesse ambiente de restrições e oportunidades, ocorre a possibilidade de um espaço, de múltiplas sociabilidades para esses agricultores, a partir do contato com mediadores, agentes públicos e dos acessos a diferentes formas de comercialização. Essas sociabilidades informam o cotidiano de resistência da agricultura familiar e permitem a construção de estratégias adaptativas para a gestão de suas unidades produtivas de forma a garantir a reprodução social e econômica dessas famílias. (RUSZCZYK, 2007, p. 220).

¹ A pluriatividade refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade (FULLER, 1990, p. 367 apud SCHNEIDER, 2009, p. 85). Podem ser atividades ligadas ao turismo, à prestação de serviços, à agroindústria familiar ou ao próprio emprego formal, no meio rural ou na cidade. Já o conceito de multifuncionalidade, compreende as novas funções do rural que retratam a passagem do modelo setorial, que limita o rural ao setor agrícola, para o modelo territorial, ou seja, “o rural” descaracteriza-se como portador de atividades, exclusivamente, agrícolas e rompe com a dicotomia rural-urbano, revestindo-se da diversificação econômica, com a valorização dos produtos da agricultura familiar e do rural, como paisagem, lugar para ser contemplado, preservado e para se viver.

² A produção com enfoque agroecológico, conforme Caporal e Costabeber (2004), é resultante da aplicação dos princípios e conceitos da Agroecologia (estilo que apresenta maior grau de sustentabilidade em médio e longo prazo), distinguindo-se do modelo de agricultura convencional, mais dependente de recursos não renováveis e, portanto, incapaz de perdurar através do tempo.

³ Nazareth Wanderley na abertura do VIII Congresso da ALASRU argumenta que nos anos 1960-70 o progresso foi prometido às nações sob o manto da modernização da agricultura, assim, atribui-se este empreendimento aos grandes proprietários de terras, aos quais se outorgaram os créditos públicos para concretização deste “progresso”.

Nesse contexto, considera-se a “família” como elemento centralizador na construção e adoção dessas estratégias. O autor citado anteriormente a partir da discussão acerca do modo de gerir das unidades familiares realizada por Alexander Chayanov⁴ e retomada por Wanderley (2009), ressalta que os aspectos relacionados à família, tais como a organização interna, a utilização de mão-de-obra, o autoconsumo, as técnicas de manejo, as sociabilidades e os saberes, assim como os aspectos relacionados à comercialização (estratégias de adaptação), permitem a análise dos processos e permanências a partir das dinâmicas internas da unidade familiar. Assim, estas estratégias são organizadas a partir das experiências da comunidade e da herança cultural existente, porém, com um olhar para o futuro.

Para tanto, é preciso compreender quem são estes agricultores familiares e suas famílias: como vivem e que atividades eles exercem, se possuem terras e quanto possuem, além de outros recursos produtivos necessários.

A partir desse contexto, este estudo pretende responder as seguintes **questões**: quais estratégias são adotadas pelos agricultores familiares de Remígio - PB que tem sido capazes de ampliar as possibilidades de reprodução social da agricultura familiar e qual o papel do Estado e dos mediadores sociais na construção dessas estratégias?

Assim, o **objetivo central** deste trabalho é analisar as estratégias de reprodução social adotadas pelos agricultores familiares em Remígio – PB, a fim de reconhecer quais os elementos que favorecem e limitam os processos de desenvolvimento rural na região e as perspectivas e dinâmicas vivenciadas a partir das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e melhoria da qualidade de vida no campo.

Para tanto, pretende-se compreender, através dos seguintes **objetivos específicos**, como são construídas as estratégias de reprodução social e seus significados nesse contexto particular: identificar as ocupações e rendas agrícolas e não agrícolas existentes nas unidades familiares rurais; mapear os canais de acesso ao mercado das unidades que exercem agricultura familiar no município, relacionando-as com as capacidades articuladas de organização social e política dos atores sociais na região; identificar a representação destes

⁴ Segundo Chayanov (1974 apud WANDERLEY, 2009), a lógica de funcionamento das unidades familiares de produção é a relação “trabalho-consumo”, ou seja, a quantidade de trabalho desenvolvido (auto-exploração) é intimamente ligado à satisfação das necessidades de seus membros, que de maneira autônoma realizam seu projeto de vida. Esse limite da auto-exploração é essencialmente subjetivo e diferencia as unidades familiares de outras unidades de produção, pois não há um comportamento maximizador do lucro e sim, a gestão dos recursos disponíveis com base nessa relação subjetiva, gerando uma renda para família, um “todo indivisível”, não havendo parcelas autônomas, nem pagamento de salários.

atores sociais quanto ao seu futuro e o futuro do “mundo rural” a partir das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural e de convivência com o Semiárido.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

O fenômeno deve ser lido a partir das abordagens de Celso Furtado, Amartya Sen e Ignacy Sachs, cujo elemento comum é que só há desenvolvimento quando há uma melhoria nas condições de vida da população, com um aprofundamento da democracia e respeito ao meio ambiente (VEIGA, 2006, p.79-82).

Se o desenvolvimento não é uma ilusão, por outro lado, o “desenvolvimento desigual” torna-se uma lei inerente ao capitalismo, essencial e universal, se estendendo aos países, às regiões, às indústrias. Dentre os aspectos que contextualizam este estudo, tem-se a discussão sobre “desenvolvimento”, que tem atraído um generalizado interesse nas últimas décadas, especificamente após a II Guerra Mundial. Este tema tem ocupado um espaço privilegiado nas discussões acadêmicas, ações governamentais e entre os grupos sociais, que são alvo e também agentes de políticas que idealizam as mudanças que o desenvolvimento promete perseguir.

Ao longo do tempo, esse debate foi guiado por contornos diversos: desde os puramente econômicos, relativos a uma visão progressista; até sua formação mais recente, na qual emerge como aspecto essencial a sustentabilidade ecológica. Gênese da cultura ocidental moderna, o termo “desenvolvimento” traduz um estágio positivo, de caráter crescente, dando a impressão às regiões ou nações que ainda não alcançaram a plenitude do desenvolvimento que em breve o terão, já que estão em um movimento dinâmico - em desenvolvimento - que, se corretamente trilhado, as conduzirá ao estágio dos desenvolvidos.

Entretanto, se é impossível homogeneizar determinado padrão⁵ de riqueza e consumo, não se pode com base nisso afirmar que o desenvolvimento é uma simples quimera. José Eli da Veiga, após um denso percurso teórico, supera o conceito de desenvolvimento como crescimento econômico, medido por indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB), sendo

⁵ Porto-Gonçalves (2006) reclama a imposição de um pensamento único, que todos têm direito à igualdade de desenvolvimento, não se considerando os diferentes modos de ser, pois nessa via única, ser desenvolvido seria uma espécie de projeto civilizatório ocidental, que significa ser urbano, ser industrializado e ter o domínio da natureza, como se houvesse um parâmetro universal que colocasse o padrão cultural europeu e estadunidense como superiores e, por isso, passível de ser generalizado, suprimindo-se as diversidades e diferenças, que talvez sejam o maior patrimônio da humanidade.

este uma condição necessária, mas não suficiente; assim, o mercado é apenas uma entre as demais instituições que participam do processo de desenvolvimento. Veiga (1995) arremata que este e às classes. É nessa perspectiva que se inclui a *questão regional*, a qual foi analisada na década de 50 por autores como Myrdal, que confrontando a análise neoclássica de equilíbrio, lançou a tese que é o livre jogo das forças de mercado que conduzem ao desequilíbrio, e não o contrário. Assim, somente interferências planejadas e aplicadas pelo Estado poderiam sustar este movimento, e provocar mudanças fora da lógica do mercado (TAVARES, 2004, p. 33-34).

Nessa mesma perspectiva, segue a economista Tânia Bacelar Araújo (1997; 2005), uma das principais referências atuais no debate acerca do desenvolvimento regional. Ela defende a hipótese de que no Brasil existe uma fragmentação espacial, resultado de uma herança extremamente heterogênea que se traduz em inaceitáveis desigualdades regionais, o que requer a presença ativa e articulada do Estado, em oposição aos ideais liberais, visto que o mercado exacerba o caráter seletivo e excludente, alimentando uma desintegração competitiva. Assim, uma política de desenvolvimento regional deve tratar cada região de modo específico, a partir de suas potencialidades e ameaças, de forma a contemplar, devidamente, a heterogeneidade que caracteriza a realidade espacial brasileira.

Sob o prisma das especificidades regionais, um breve olhar para o Semiárido brasileiro aponta para as ameaças que lhe são impostas pelos altos níveis de analfabetismo, concentração de terras e desigualdades extremas, fazendo com essa região concentre a maioria dos brasileiros em situação de miséria. Para a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 67% da população rural nordestina é constituída de pobres (CEPAL, 2007 *apud* FIDA, 2009).

O município de Remígio está inserido na região oficialmente demarcada como o Semiárido brasileiro. Com a Lei n 7.827, de 27 de dezembro de 1989, no seu Artigo 5, inciso IV do Capítulo dos Beneficiários, criou e estabeleceu as condições de aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), definiu-se como Semiárido: “A região inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm (oitocentos milímetros), definida em portaria daquela Autarquia”.

Com o tempo, conforme informações do Ministério da Integração, considerou-se insuficiente o índice pluviométrico como critério exclusivo de seleção dos municípios. Para a

nova delimitação do Semiárido brasileiro, constituiu-se a Portaria Interministerial N° 6, de 29 de março de 2004, que tomou por base três critérios técnicos: I- precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; II- Índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e III- risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990.

Esses três critérios foram aplicados consistentemente a todos os municípios que pertencem à área da antiga SUDENE, inclusive os municípios do norte de Minas e do Espírito Santo. Além dos 1.031 municípios já incorporados, passam a fazer parte do Semiárido outros 102 novos municípios enquadrados em pelo menos um dos três critérios utilizados. Com essa atualização, a área classificada oficialmente como Semiárido brasileiro aumentou de 892.309,4 km para 969.589,4 km, um acréscimo de 8,66%.

Figura 1 - Nova Delimitação do Semi-Árido



Fonte: Disponível em: <http://www.museusemiarido.org.br/expedicao/cartilha_delimitacao_semi_arido.pdf>.

Dentre as múltiplas potencialidades desta região, ressaltam-se as possibilidades de Desenvolvimento Rural, que compreendem um conjunto de ações planejadas para induzir

mudanças em um determinado ambiente rural, no sentido de lhe prover melhorias na qualidade de vida. Estas ações sempre tiveram o Estado como seu agente principal, até por sua legitimidade política, entretanto, a definição do que se compreende por “desenvolvimento rural” nestas ações tem variado ao longo do tempo, da mesma forma que a própria noção de desenvolvimento assume novos elementos gradativamente. Em suma, as propostas têm em comum a busca pela melhoria do bem-estar das populações rurais como o objetivo final desse desenvolvimento; as diferenças se explicitam nas estratégias adotadas, prioridades e ênfases metodológicas (NAVARRO, 2001, p.4).

Silva (2006, p. 272), em sua Tese de Doutorado, buscou compreender os sentidos e significados das alternativas de desenvolvimento no Semiárido brasileiro, ressaltando a importância do rural para se pensar o desenvolvimento desta região. Orientado pela perspectiva de “convivência com o Semiárido”, cujo significado está intrinsecamente ligado ao conceito de desenvolvimento sustentável, esta autora define a *Convivência com o Semiárido* como:

[...] uma perspectiva cultural orientadora da promoção do desenvolvimento sustentável no Semiárido, cuja finalidade é a melhoria das condições de vida e a promoção de cidadania, por meio de iniciativas socioeconômicas e tecnológicas apropriadas, compatíveis com a preservação e renovação dos recursos naturais.

Essa concepção pode ser lida como uma *nova* orientação incorporada no âmbito da sociedade civil e pelo Estado. Por outro lado, as estratégias de convivência sempre fizeram parte da vida dos sertanejos, verificadas através de práticas seculares de resistência e respostas individuais ou coletivas às adversidades enfrentadas na região. Nesse sentido, Moreira Neto (2008 apud RAMOS, 2009, p.39) afirma que:

[...] a compreensão da convivência se anuncia como elemento fundante de uma prática política que envolve todas as dimensões da vida e das experiências culturais, sociais, econômicas, políticas e ambientais do povo do Semi-Árido. A relação com a natureza, o armazenamento e uso adequado da água da chuva, o manejo da caatinga, o conhecimento sobre os animais e as plantas nativas ou adaptadas à região são aspectos que interagem neste processo possibilitando a (re) elaboração de alternativas de vida e de vivência de relações sociais e políticas.

Silva (2006) aponta a necessidade de se viabilizar atividades econômicas que promovam o desenvolvimento sustentável a partir das potencialidades naturais e culturais da região. Nesse sentido, assinala o fortalecimento da Agricultura Familiar como eixo central de uma estratégia de Desenvolvimento Sustentável para o Semiárido brasileiro.

Determinadas regiões do Semiárido foram marcadas por épocas de apogeu econômico vinculado aos ciclos do algodão e do açúcar. Quando estas economias entraram

em crise, aprofundou-se a desigualdade social existente, o êxodo rural e a exploração da pobreza por parte das elites agrárias, particularmente nas grandes secas, quando se destinavam recursos públicos para região de forma diferenciada. Nesse sentido, as políticas públicas em diversos momentos não cumpriram seu papel central na região, mas serviram para fortalecer as elites locais. A partir da discussão da “convivência com o Semiárido” algumas diretrizes buscaram alterar essa realidade a fim de se promover, efetivamente, o desenvolvimento da região, mediante a participação dos atores sociais envolvidos.

É importante distinguir que esse tipo de desenvolvimento visa, sobretudo, promover melhorias nas condições de vida dessas populações rurais, não necessariamente inseri-las em um polo de dinamismo econômico, ancorado na intensificação do uso de insumos externos e na especialização produtiva. Compreende-se que, no meio rural, há um modo de vida específico, revestido de valores também específicos, que devem ser respeitados e não violentados por uma lógica produtivista que ignora quaisquer aspectos subjetivos como o apego a terra, as tradições, à cultura local e o cuidado com a natureza, como aquela que provê a vida no campo.

1.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para análise desta temática, utilizou-se a abordagem *quanti-qualitativa*, a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com os agricultores familiares do município de Remígio, na Paraíba, e coletas de dados secundários.

Com uma organização social consolidada, o município selecionado se destaca pela articulação com os municípios vizinhos e a estruturação do Pólo Sindical da Borborema. Conforme Silveira e outros (2010), o movimento sindical no Agreste da Paraíba tem se consolidado como uma experiência singular em busca do desenvolvimento a partir da mobilização social. Em 2010, o Pólo era formado por uma rede de 15 sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais (STR's), aproximadamente 150 associações comunitárias e uma organização regional de agricultores ecológicos, articulando mais de 5 mil famílias agricultoras dos 15 municípios que formam o Território da Borborema. Esta trajetória exitosa teve início nos anos 1990:

[...] três sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) dos municípios de Solânea, Remígio e Lagoa Seca se colocaram o desafio de buscar estratégias inovadoras de intervenção, capazes de gerar dinâmicas sócio-organizativas que atuassem sobre a essência da problemática da agricultura familiar da região (SILVEIRA et. al, 2010, p. 10).

Posteriormente, esta articulação foi decisiva para a estruturação institucional do Território da Borborema, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT).

A amostra das unidades foi selecionada mediante um critério qualitativo, através da busca por unidades que caracterizassem as múltiplas formas de produção-comercialização da população estudada. Embora não seja um número estatisticamente representativo da população, compreende-se que é mais proveitosa uma análise integrada e mais aprofundada dos diversos elementos que compõe as estratégias de cada unidade familiar, a partir da leitura de suas realidades e trajetórias específicas, para tanto, privilegia-se a qualidade da análise em detrimento do número de unidades estudadas.

Assim, buscou-se conhecer unidades familiares que atendessem a critérios pré-estabelecidos e se aproximassem do seguinte perfil: 1) agricultores que produzem somente para o consumo; 2) agricultores que produzem para comercialização (tendo apenas um canal, independente de qual seja) e 3) agricultores que comercializam no mercado institucional e, também, nas feiras livres e através da entrega direta ao consumidor. A ideia era conhecer as diversas possibilidades de comercialização e a trajetória de cada ator social nas mesmas, além de sua percepção acerca das mudanças ocorridas nos últimos anos na agricultura através das políticas públicas voltadas para Agricultura Familiar.

Com a visita ao campo, os próprios agricultores apontavam unidades com os perfis procurados, mas isso não eliminou as visitas aleatórias e as tentativas diversas de contato. Foram visitadas dezenas de unidades, porém apenas vinte entrevistas puderam ser realizadas e gravadas com sucesso. No entanto, percebeu-se que os perfis encontrados eram extratos satisfatórios da realidade e que constituíam um padrão, portanto, tendiam a repetirem-se caso houvesse um aprofundamento maior da pesquisa de campo.

Na prática, não foi possível classificar os agricultores entrevistados exatamente nessa proposta de três níveis de integração ao mercado, pois esta se apresentou muito rígida para a realidade encontrada: o pressuposto que guiou esta classificação inicial pautava-se na hipótese que a diversificação de canais de comercialização proporcionaria melhorias nas condições de vida do agricultor, o que não foi evidenciado no campo, pois há agricultor que possui um único canal de comercialização e isso não lhe representa uma maior vulnerabilidade, por ser mais capitalizado e empreendedor. Diante disso, considerou-se que a diversificação produtiva carrega um maior significado, pois ela representa “vida” no campo, não só uma atividade no sentido de investimento.

Optou-se por utilizar os nomes reais dos entrevistados por dois motivos: primeiramente para preservar as histórias de vida relatadas e possibilitar pesquisas posteriores, que porventura visem aprofundarem-se ou mesmo acompanhar o desenvolvimento e trajetória destas famílias; o outro motivo foi a percepção que alguns agricultores desejam se expressarem acerca de determinadas políticas e/ou instituições governamentais, o que ficou explícito nas entrevistas: o desejo de que suas afirmações ecoassem nos espaços oportunos e provocassem alguma mudança. O seguinte quadro resume o perfil dos agricultores entrevistados:

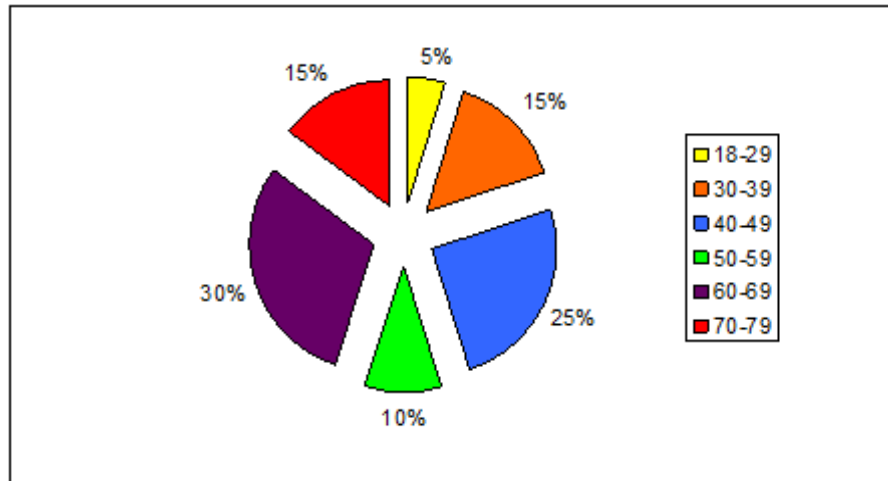
Quadro 1- Perfil dos Agricultores entrevistados no município de Remígio – PB

Chefe da Unidade Familiar	Idade	Produz para comercialização e autoconsumo (C) ou exclusivamente para o autoconsumo (A)
Antônio Medeiros	49	A
Antônio Daniel	61	C
Jacinto Ferreira	47	C
Joildo	56	C
José Erinaldo	35	C
Antonio Ferreira	65	A
Francisco de Assis	71	A
Pedro Freire	65	A
Nailzo Freitas	47	C
Adriano Noberto	32	C
Geraldo Batista	74	A
José Marconi	39	C
Antonio Melo	56	C
Hermano	26	C
Abel	71	C
Sebastião	47	C.
Rivaldo	40	C
Benedito	67	C
Francisco Aquino	64	A
José Antônio	63	A

Fonte: Elaboração Própria, 2011.

Para melhor visualização da faixa etária destes agricultores, apresenta-se o gráfico a seguir:

Gráfico 1: Faixa Etária dos Agricultores entrevistados no município de Remígio – PB



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Observa-se no gráfico acima a predominância de agricultores chefes de família acima dos 50 anos (55%), enquanto apenas 20% estão entre os 18 e 39 anos; estes dados apontam uma realidade mais geral de envelhecimento da população rural e migração dos jovens, filhos de agricultores, para as áreas urbanas.

O roteiro da entrevista teve como base o questionário “Reestruturação Agrícola, Instituições e Desenvolvimento Rural no Nordeste: o Pólo Assú/Mossoró (RN)”, cedido pelo Professor Aldenôr Gomes da Silva, assim como obteve referências nos questionários desenvolvidos pelo Projeto Iponde – Inovação, Poder e Desenvolvimento em Áreas rurais do Brasil, do ano de 2009.

Além da comercialização, o roteiro de entrevista buscou inicialmente, através de questões abertas, conhecer a trajetória social do agricultor e de seus pais, bem como obter a caracterização da unidade familiar, a fim de identificar a existência de diversas ocupações e rendas em atividades agrícolas e não-agrícolas e também informações acerca de transferências diretas de renda (Bolsa Família, Benefícios Previdenciários e Assistenciais). Em continuidade, elaborou-se as questões que tratam das estratégias de produção, identificando o que era produzido naquela propriedade rural, quais as dificuldades existentes e também se havia a produção agroecológica. Por fim, levantou-se dados acerca da participação da família em grupos e organizações sociais, assim como se buscou conhecer as representações dos autores sobre ruralidade e seu futuro: sonhos e projetos.

Este estudo se valeu dos aportes analíticos e teóricos denominados de “perspectiva orientada ao ator”, dos autores Norman Long (2007) e Jan Douwe Van der Ploeg (2008), assim como da leitura realizada destes autores por Ramos (2009) e Menezes e Malagodi (s.d.).

Long (2007, p. 42-43) reconhece que, na análise dos fatos, experiências e processos sociais, existem importantes forças estruturais que afetam diretamente os modos de vida dos indivíduos e de grupos sociais. Afirma também que esta conjuntura é mediada e transformada pelos atores sociais. Dessa forma, é pouco satisfatório buscar analisar os processos de desenvolvimento somente a partir das determinações externas. Isso porque a existência dessas forças externas tornaria os indivíduos meros expectadores e objetos de circunstâncias determinadas externamente; todavia, nesta análise centrada no ator, os indivíduos e grupos sociais são apreendidos como “sujeitos ativos” e estes processos externos são ressignificados pelos atores sociais nas experiências de vida cotidiana.

Portanto, os atores sociais não devem ser considerados destinatários passivos da intervenção do Estado, ou de organismos internacionais, mas devem ser vistos como participantes ativos destes processos. Esta escolha teórica justifica-se pelo pressuposto de que os agricultores familiares, apesar de estarem submetidos a diversas influências, constrangimentos impostos pelo mercado, dentre outros aspectos, têm uma visão própria de mundo e assumem escolhas visando um determinado fim, a partir de um repertório cultural (fruto da coletividade) e de resistência que norteia tais estratégias.

Entende-se como *estratégias* as escolhas adotadas no âmbito da família, que são assumidas a partir de determinados interesses individuais e coletivos. Nesse nível de percepção – microprocessos –, é possível entender como se dão as alocações de recursos materiais e humanos no interior do grupo doméstico, que é um grupo social perpassado por laços de parentesco e orientado por valores morais e culturais, que se expressam de diversas formas e sentidos (SCHNEIDER, 2009, p. 115).

Long (2007) considera que a noção de *agency* é o coração deste paradigma do “ator social”. A partir do postulado de Giddens (1984 apud LONG, 2007, p. 48, tradução livre), define essa noção como a atribuição ao ator individual à capacidade de processar a experiência social e elaborar maneiras de lidar com a vida, mesmo sob as mais extremas formas de coerção social, pois mesmo diante de restrições físicas, normativas ou político-econômicas, os atores sociais possuem capacidade de atuar, e buscam resolver problemas e intervir nos eventos sociais. Estas noções são constituídas de acordo com as relações e os tipos de controle que os atores pretendem ter no campo do desenvolvimento, isto significa como as concepções diferenciadas de poder, influência, conhecimento e eficácia podem penetrar nas respostas e estratégias de diversos atores.

Menezes e Malagodi (2010) sugerem que a tradução mais adequada para o termo *agency* seria “capacidade de agente”, qual seja possuir a capacidade de influenciar e atuar sobre outros, sendo aplicável tanto a indivíduos como a grupos sociais. Interessa particularmente nesse estudo compreender estes fenômenos na construção das estratégias de produção e de comercialização pelos agricultores familiares, articuladas entre os indivíduos e coletividades, através de uma rede de atores sociais.

Este estudo se divide preliminarmente em três capítulos: em **Agricultura Familiar: aspectos teóricos e uma caracterização das unidades familiares em Remígio – PB**, pretende-se conceituar historicamente o termo “agricultura familiar”, a partir da apresentação das convergências e divergências dos autores, destacando os elementos que justificam a posição em favor do uso deste termo, e posteriormente, pontuando os aspectos que se identificam com os relatos empíricos, a partir da pesquisa de campo. O texto em que se apresenta: **Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural**, objetivamos traçar a trajetória histórica destas políticas públicas, inicialmente de intervenção no Semiárido e, progressivamente, as políticas relativas ao Desenvolvimento Rural, na concepção de convivência com o Semiárido. Serão postas também as políticas nacionais, analisando, sobretudo, as interferências dessas políticas nas relações da agricultura familiar com o mercado, visto que este é um requisito básico para garantir uma melhor reprodução das famílias rurais, buscando perceber os mecanismos de participação dos agricultores nessas políticas. Enquanto que **As Ruralidades e as “Novas Ruralidades”: as perspectivas dos atores sociais em Remígio – PB**, analisa aspectos da pluriatividade e de multifuncionalidade na realidade estudada, bem com os significados do rural para os agricultores, assim como a visão destes acerca do futuro do mundo rural, das perspectivas e sonhos construídos para eles e para seus filhos.

2 AGRICULTURA FAMILIAR: aspectos teóricos e uma caracterização das unidades familiares em Remígio – PB

O estudo das formas familiares de reprodução social no mundo rural não é algo novo nos debates acadêmicos. Nesse âmbito, a questão central tem sido a permanência das unidades agrícolas baseadas no trabalho familiar e sua relação com o processo de desenvolvimento das sociedades capitalistas. Essa discussão acadêmica no Brasil, durante certo tempo, concentrou-se nas formas sociais de trabalho a partir de uma inspiração marxista, com o intuito de compreender de que forma o capitalismo iria se desenvolver no campo. Assim, durante as décadas de 1950 e 60 o debate concentrava-se na questão agrária, o que envolvia diretamente as relações de produção no campo e, nesse contexto histórico-político e social, o termo “camponês” passou a ter uma forte conotação política.

No debate clássico do marxismo, havia apenas duas possibilidades para o camponês: a transição para burguesia ou a transformação em proletário. Os camponeses, quando mencionados por Marx, apareciam como espécies fatalmente condenadas à eliminação social, pois postulava que o artesão ou o camponês que produzia com seus próprios meios de produção teria duas opções: ser transformado, paulatinamente, num pequeno capitalista com a exploração do trabalho alheio; ou sofrer a perda de seus meios de produção e ser transformado em trabalhador assalariado. Desta maneira, o estado camponês é praticamente ausente na obra de Marx por razões que se prendem à própria estrutura lógica de sua obra, pois se a vida social no capitalismo consistia na existência dessas duas classes polarizadas, não teria sentido estudar qualquer outra forma de organização social (ABRAMOVAY, 2007).

Assim, do ponto de vista marxista, não existe lugar para o campesinato dentro da lógica do capital, de suas categorias e suas leis de desenvolvimento. Abramovay (2007) apresenta outros esforços interpretativos destas questões, dentre estes se destaca Alexander Chayanov (1888-1930). Diferente de Marx, este autor reconhece a existência da *economia camponesa*, a qual existe por responder a uma necessidade social: para ele, é no interior do organismo camponês, mais do que na sua inserção social, que se busca entender os elementos desta histórica forma social. Assim, se propõe a entender as leis que regem o funcionamento interno da unidade de produção familiar. Mais do que uma forma fadada ao desaparecimento, o camponês seria visto como um “sujeito criando sua própria existência” (ABRAMOVAY, 2007, p. 69).

Desta maneira, o camponês é visto como um proprietário que trabalha. A ausência da mais-valia garante a especificidade e reprodução desta forma de organização produtiva. Para

Chayanov, apesar da dinâmica camponesa ser fundamentalmente interna à família, não significa que esta se isole, produzindo unicamente para subsistência, sem passar pelo mercado ou totalmente avessa ao progresso técnico. A diferença consiste em que existe uma *escolha* da família, a qual irá indicar o quanto de trabalho será suficiente para a satisfação das suas necessidades de consumo, ao uso de insumos industriais e de financiamentos, ou não, o que difere de um comportamento compreendido estritamente à luz da lógica mercantil.

A partir da década de 1970, com a expansão do capitalismo no campo, ao tempo em que ocorre um intenso debate acadêmico inspirado no marxismo enquanto método científico de análise dos fenômenos sociais e políticos brasileiros, as formas de campesinato, vinculadas à mão de obra familiar e a produção para o sustento, foram compreendidas como pré-capitalistas, e, portanto, o completo desenvolvimento do capital se encarregaria de eliminá-las. José Graziano da Silva (1981, p. 126) explica que as transformações ocorridas na agricultura podem ser compreendidas a partir do processo de industrialização dos diversos países latino-americanos, o que significou a passagem de uma atividade de apropriação das condições naturais existentes para uma atividade de fabricação dessas mesmas condições, quando ausentes.

A tecnificação da agricultura trouxe mudanças profundas nos modos de vida dos camponeses, o que Wanderley (2009) interpreta como a configuração de um “novo camponês”, agora sujeito ao capital, quer seja como comprador de suas mercadorias, de sua mão de obra temporária aos grandes proprietários de terras ou como consumidor dos meios de produção modernizantes. Para a autora, esse “novo camponês” nada mais é que um trabalhador para o capital. Assim, lança como hipótese, que, ao invés de eliminado pelo capital, o campesinato ocupa um espaço criado pelo próprio capital, e este espaço é o de um “trabalhador para o capital” distinto do proletariado. Explica que existem outras formas de apropriação da força de trabalho além da proletarização e isso faz com que o campesinato se transforme qualitativamente. A reprodução do campesinato estaria, portanto, intimamente ligada às questões históricas do funcionamento do capital e à postura política em relação às elites agrárias.

Assim, não foi atribuída à economia camponesa uma confortável estabilidade em sua estrutura organizacional. Pelo contrário, haviam várias preocupações relacionadas ao seu desenvolvimento. Apesar de não ter havido o desaparecimento do campesinato, não se pode falar com tranquilidade de sua manutenção nas sociedades contemporâneas, dadas as suas transformações através das relações mercantis.

Nesse percurso histórico (anos 70), a categoria “pequeno produtor” se fortalece com um caráter mais operacional e direcionador de políticas públicas. Progressivamente, torna-se clara a diferença entre àqueles agricultores que se integraram ao processo de modernização e os que foram excluídos. Nessa época, um novo elemento soma-se a essas definições: a força de trabalho, ou seja, além do “tamanho” da área cultivada, da tecnificação ou não, se considerava a predominância da mão de obra familiar ou de trabalhadores contratados como elemento caracterizador do tipo de agricultura existente.

Somente a partir dos anos 90 verifica-se um nítido deslocamento teórico dos estudos rurais e agrários da discussão do caráter capitalista, tradicional ou moderno e das relações sociais predominantes na agricultura. Constrói-se uma nova pauta baseada na “agricultura familiar”, que já era legitimada na maioria dos países desenvolvidos e nessa época obtém reconhecimento no Brasil. Entretanto, não há um consenso acerca da validade deste termo “agricultura familiar”: há autores que acreditam que esta expressão é esvaziada de qualquer conteúdo, tratando-se de uma invenção política, a exemplo de Neves (2007); outros defendem sua importância e validade enquanto categoria analítica, originada na trajetória política e dos movimentos sociais, como Schneider (2009) e Wanderley (2009; 2010).

Assim, este capítulo trabalha com estas visões para fundamentar a opção pelo uso do termo “agricultura familiar” como categoria de análise. Na sequência, a partir do eixo proposto por Lamarche (1998) – terra, trabalho e reprodução familiar –, efetuou-se a leitura dos dados empíricos, a fim de compreender o processo de reprodução social destas famílias e da existência dos elementos inerentes ao campesinato, que nutrem a atual noção de agricultura familiar admitida neste trabalho.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR: uma legítima categoria de análise ou uma invenção do Estado?

Não há um consenso no meio acadêmico brasileiro sobre o uso da noção de agricultura familiar. Para Sérgio Schneider⁶, embora ainda sem contornos definidos, o debate

⁶ Sérgio Schneider tem se destacado no cenário nacional pela vasta produção bibliográfica e pesquisas acadêmicas sobre agricultura familiar. Teve um papel fundamental nos estudos sobre a noção de pluriatividade na agricultura familiar (tema de sua Tese de Doutorado defendida em 1999 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e sobre a temática do Desenvolvimento Rural. Em virtude disso, adotaremos parte de suas considerações acerca do uso do termo “agricultura familiar” como alicerce para este Capítulo.

no Brasil acerca do tema recebeu o impulso através dos trabalhos de Veiga (2001), Abramovay (1992) e Lamarche (1993; 1999).

O maior mérito desses estudos foi revelar que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, nos quais a estrutura agrária é majoritariamente composta por explorações, nas quais o trabalho da família assume importância decisiva (SCHNEIDER, 2009, p. 33).

Outro estudo determinante para formação do conceito de agricultura familiar no país foi fruto de um convênio de cooperação técnica entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que define agricultura familiar

[...] a partir de três características principais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996, p. 4).

Nesse processo, um ponto crítico, conforme Schneider (2009), é que há pouca clareza analítica quanto ao objeto que se pretende caracterizar. Apesar disso, considera que, embora o uso deste termo tenha se dado principalmente a partir da década de 90, trata-se de um debate cujo percurso histórico data dos anos 50, sugerindo que esta noção vem a substituir outros conceitos que marcaram a produção científica das últimas décadas, como o campesinato ou a pequena produção. Esta projeção deu-se a partir da metade da década de 1990 por duas esferas distintas: de um lado, o campo político relaciona-se aos embates que os movimentos sociais, sobretudo ao sindicalismo ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), tiveram nas discussões acerca do espaço e o papel dos pequenos produtores rurais, especialmente os da região Sul do Brasil, no processo de integração comercial dos países que formam o MERCOSUL; do outro lado, o debate foi alimentado por trabalhos acadêmicos que buscavam outras referências teóricas e analíticas.

A partir da unificação do discurso político, os sindicatos e movimentos sociais do campo passaram a se identificar com a noção de agricultura familiar que, na verdade, congregava uma miríade de categorias sociais unificadas sob uma mesma denominação [...] (formando) uma base social numericamente bem mais extensa, o que ofereceria a possibilidade concreta de afirmação e ampliação de sua legitimidade política [...] (firmando-se) como uma nova categoria síntese pelos movimentos sociais do campo, capitaneados pelo sindicalismo rural ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG; SCHNEIDER, 2009, p. 35).

Nesse sentido, o autor expõe que a noção de agricultura familiar congrega uma “miríade de categorias sociais”, e que esta unificação foi uma estratégia, orquestrada por um processo político dos movimentos sociais para o seu fortalecimento, tornando-se uma espécie de “categoria síntese”.

Neves (2007) tem uma visão mais crítica e defende que os termos “agricultura familiar” e “agricultor familiar” tornaram-se apelativos, e sua consagração fez com que abarcassem uma infinidade de significados e usos, sendo, portanto, necessário reconhecer todas as ambiguidades e contradições no seu uso para que sejam realmente compreendidos. A autora destaca que, até o século passado, os termos recorrentes eram pequeno produtor, pequeno proprietário e camponês; outros termos estavam associados a segmentos de produtores modernos, que operavam segundo a lógica de produção industrial. Os princípios de classificação recaíam sobre a renda (agricultor de baixa renda ou agricultura de subsistência); as condições de apropriação da terra (meeiro, parceiro, colono, posseiro) ou as formas de vinculação ao mercado ou de produção.

Considera ainda que, raramente ou muito precisamente, este termo pode ser utilizado ou reconhecido como noção analítica, pois corresponde a um *carrefour* de significados e usos bastante contraditórios, o que obscurece e não facilita o estudo de trajetórias diversas ou de intervenção social distintas. Em virtude disso, este termo não teria sentido em si mesmo, à parte das manifestações que lhe conferem mobilização política (NEVES, 2007, p. 232).

Na mesma linha de pensamento de Schneider (2009), a autora assevera que, no Brasil, o termo “agricultura familiar” foi assumido por pesquisadores de múltiplas disciplinas e pela representação política dos trabalhadores rurais: Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Federações dos Trabalhadores da Agricultura e Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG).

Quanto ao processo histórico, afirma que o termo Agricultura Familiar consagrou-se nos campos acadêmicos dos Estados Unidos e Europa com outros significados. Mas, precisamente, o termo foi qualificado num cenário de críticas elaboradas ao modelo de interdependência entre agricultura e indústria, acirrador de exclusões, opondo-se aos modos de organização dos agricultores diferenciados pela gestão familiar da produção social – *family farm* distinto do termo *corporate farming*.

Em relação à influência do pensamento acadêmico para consolidação desta categoria, Schneider (2009, p. 36-37) faz referência às interpretações marxistas clássicas que influenciaram os estudiosos do mundo rural nas últimas décadas. Essa perspectiva analítica

teria retardado a disseminação da noção de agricultura familiar no Brasil. O autor considera que, embora alguns autores tenham usado a expressão em seus trabalhos, jamais o fizeram com o estatuto e significado semelhante à noção de *family farming*, como nos Estados Unidos, ou de *exploitation familiale*, como na França. Os estudiosos concentravam suas análises sobre a natureza das relações de produção no campo, reproduzindo, em grande parte, os argumentos clássicos do debate que, no marxismo, passou a ser tratado como a “questão agrária”.

Neves (2007) ainda destaca que as contribuições de Bergamasco e Wanderley, com uma produção bibliográfica conjunta no ano de 1995, selaram a consagração do tema na academia e nos grupos mobilizados para constituição das políticas para este segmento. Parte da academia contestava o processo de modernização agrícola, tido como excludente e, portanto, buscava demonstrar a necessidade de um novo modelo de agricultura para o país. Compreende também que a maioria dos autores que integrou a produção intelectual sobre agricultura familiar nessa época realçou a grandeza da agricultura familiar.

Veiga (1995), por exemplo, discute, à luz da produção acadêmica da época, a inadequação do termo *pequena produção* e, relativamente, advoga em torno do termo agricultura familiar, afirmando que, por muito tempo, se definia a agricultura com base simplesmente no “tamanho” da propriedade, mas, de forma progressiva, o tamanho das terras passaria a ser um critério relativo diante das inovações tecnológicas, que passariam a determinar a produtividade das terras em detrimento de outros aspectos.

O autor citado propõe, ainda, a construção de princípios metodológicos para reelaboração de critérios de estratificação segundo o nível de renda – distribuindo os agricultores “não patronais” em três segmentos. Estas categorias classificatórias objetivavam diferenciar as condições de reprodução dos segmentos da agricultura, sendo: A – agricultores consolidados; B – agricultores em transição e C – franja periférica, ou seja, os agricultores desprovidos dos pressupostos produtivos mínimos (VEIGA, 1995).

Neves (2007) ainda inclui outros atores sociais responsáveis pela consagração do termo agricultura familiar, admitindo a existência de uma convergência de esforços de intelectuais, políticos e instituições internacionais, como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), com o intuito de dar visibilidade ao projeto de Agricultura Familiar. Mediante as pressões advindas do mercado e da indústria e a concentração do setor, sob a capacidade de adaptação destes agentes a novas pautas éticas de conduta econômica, a

Agricultura Familiar obteve legitimidade no Brasil a partir do Decreto 1.946 de 28 de junho de 1996 e da Resolução 2.310 de 29 de agosto de 1996.

Do mesmo modo, a autora conclui que a categoria socioeconômica de agricultor familiar deve ser utilizada pela definição jurídica, construída, politicamente, segundo as negociações de interesses e conquistas relativas; e cristalizadas no texto instituidor do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): modelo de organização da produção agropecuária onde predominam a interação entre a gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários e o trabalho familiar complementado pelo trabalho assalariado.

Por outro lado, Schneider (2009) compreende que a afirmação da agricultura familiar estaria relacionada à criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996; porém, esta criação em larga medida seria resposta às pressões do movimento sindical rural realizada desde o início da década. Então, ao invés de reforçar a ideia de que esta legitimação seria uma escala de intervenção escolhida pelo Estado, o autor compreende o papel do Estado como uma resposta às demandas do setor.

A importância da leitura feita por este autor reside no reconhecimento do percurso histórico que o termo agricultura familiar evidencia a partir dos anos 50, assim como na visão que sua projeção atual adviria de nuances complexas, que envolvem o campo político e os movimentos sociais. Assim, a legitimidade desfrutada hoje pela noção de “agricultura familiar” seria uma resposta do Estado a esses movimentos, e não uma ação unilateral, motivada por outros interesses.

Dito isto, resta clara as disputas existentes no meio acadêmico em relação à legitimidade do termo “agricultura familiar” e o reconhecimento de seus múltiplos significados. No esforço de compreender, hoje, o lugar histórico do campesinato e da agricultura familiar, bem como as particularidades destas categorias sociais na sociedade brasileira, torna-se essencial a contribuição de Nazareth Wanderley (2009), uma das principais referências no Brasil dos estudos do mundo rural, definido por ela como um “espaço de vida” e não como um mero campo de investimento de capital. Particularmente, serão abordadas suas explanações em torno do significado da categoria analítica “agricultura familiar”, que é o objetivo central deste capítulo e o aspecto fundamental para compreensão e análise do objeto de estudo desta pesquisa.

Diferente das visões expostas, Wanderley (2009) afirma que “agricultura familiar” não é uma categoria social recente, mas tem sido “renovada” e “ressignificada” nos últimos anos,

principalmente a partir das políticas públicas que visam seu estímulo. É precisamente nesse aspecto que reside a diferenciação entre o agricultor potencialmente viável, que recebe o olhar e estímulo do Estado; e o camponês tradicional, visto como incompatível com este processo evolutivo. Desta maneira, a ideia central é que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna, e, de certa forma, é o resultado da própria atuação do Estado.

Nessa perspectiva, Neves (2007) também compreende que o agricultor familiar torna-se um sujeito de intervenção do Estado, para aquisição de competências que o conduzam a modernização, como parte de um projeto político de constituição de uma categoria socioeconômica. Apesar de reconhecer o peso da atuação do Estado, Wanderley (2009) consegue visualizar nesse sujeito reconhecido atualmente como “agricultor familiar”, uma herança do camponês tradicional.

Assim, qual a semelhança existente entre o camponês e o agricultor familiar? Conforme indica Wanderley o agricultor familiar representa uma adequação à sociedade moderna, expressa através de mudanças produtivas e no seu modo de vida tradicional, mas não através de uma ruptura total com sua forma anterior (camponês). Assim, há rupturas, mas, também, continuidades. No dizer da autora, as características centrais da agricultura familiar são a posse dos meios de produção e o trabalho gerido pela mão de obra familiar, herança do campesinato. As rupturas se demonstram através dos objetivos da atividade econômica, sociabilidade e a inserção na sociedade global. “De certa forma, os agricultores familiares modernos ‘enfrentam’ os novos desafios com as ‘armas’ que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo” (WANDERLEY, 2009, p. 166).

Sintetizando a visão da autora, entre rupturas e continuidades, o campesinato longe de ser um mundo a parte, se define por manter-se integrado principalmente pelos vínculos mercantis, em alguns casos, adaptando-se às exigências desse mercado, em outros, criando formas de resistência. Por isso, não se pode explicar a agricultura familiar hoje como reprodução do campesinato tradicional, tendo em vista que está em curso um processo de mudanças profundas, particularmente nos modos de produzir e de vida, mas pode se perceber a permanência de um elemento central: *a lógica familiar*, cuja origem é a tradição camponesa, mesmo com a integração às exigências do mercado, prevalece a centralidade da família na escolha das estratégias de reprodução.

A questão é verificar até que ponto existe essa prevalência da “centralidade da família” na escolha das estratégias de reprodução social destes agricultores. Com a crescente dissolução das famílias rurais clássicas, hoje a “família” se expande para além do

estabelecimento agrícola, inserindo-se em outras atividades e obtendo outras rendas diferentes da agricultura. Se esta é a principal marca da agricultura familiar, então, como concebê-la a partir destas evidências? Existem razões para ainda tratar a “família” como unidade de análise?

Apesar da unidade produtiva não abrigar, em muitos casos, a plenitude da unidade familiar, esta permanece sendo um elemento de referência para a família. Wanderley (2009) defende que o “lugar” da família (que incorpora o patrimônio, trabalho e moradia) se constitui num elemento de referência e de convergência, mesmo quando a família é pluriativa e seus membros vivem em locais diferentes.

Sua hipótese é que todo agricultor familiar, que se reproduz nas condições da economia e da sociedade contemporâneas, isto é, que realiza uma inserção subordinada nos circuitos da produção de mercadorias, guarda sua condição camponesa na mesma medida em que continua organizando sua produção como uma unidade familiar, ou, como afirma Chayanov permanece como um “sistema econômico não capitalista”, posto que não está baseado no trabalho assalariado; conclui que o que nos resta é demonstrar a competência e a sensibilidade para apreender as “continuidades ocultas” e as “rupturas profundas” (JOLLIVET, 2001 apud WANDERLEY, 2010, p. 31) e, assim, consolidar o que se pode considerar uma teoria contemporânea do campesinato.

Pode ser que o trabalho “alugado” seja mencionado como uma espécie de contratação de trabalho assalariado, o que desmontaria este argumento de Wanderley apoiado em Chayanov. Porém, em outro trabalho, Wanderley (2009, p. 177) argumenta que o trabalho “alugado”, que se caracteriza pela contratação temporária de terceiros, além de ser uma necessidade estrutural da agricultura familiar em virtude dos tempos de estiagem, pode representar a tentativa de poupar a auto-exploração da família (sobretudo dependendo do sexo e idade dos componentes), e não se caracteriza como uma relação trabalhista (capitalista), pois é uma estratégia adotada em função da reprodução da família e não uma típica exploração da mais-valia.

Além disso, segundo a autora, existem outras características que demarcam a especificidade do “ser” agricultor familiar: o campesinato tem uma cultura própria no que se refere a uma tradição inspiradora das regras de parentesco e formas de vida local. Esta agricultura estaria, sobretudo, enraizada em um território como representação de um lugar de vida – moradia e trabalho – que garante o sustento da família e caracteriza uma sociabilidade

específica, em uma sociedade de interconhecimento que ultrapassa os laços familiares e de parentesco.

Nesta agricultura, o uso de novas técnicas e qualificações convive com o saber tradicional do camponês, ora destituindo-o de seu valor, ora resgatando-o. A autora também questiona: Wanderley (2010, p. 31) afirma que “A categoria ‘agricultor familiar’, que, nas últimas décadas, rapidamente se disseminou em todo o mundo, está esvaziada de toda referência camponesa? Transformou-se, ele, num empresário - pequeno, porém, capitalista?” Enquanto o camponês tradicional enfatiza o passado e suas tradições, a agricultura familiar tem um olhar para o futuro, com a inserção da racionalidade moderna, que se reflete em números, estatísticas, planejamento e contabilidade. “Mas, ao dar este salto, ele permanece alheio às categorias de lucro, renda da terra e salário, enquanto parcelas autônomas da mais valia, reiterando a lógica interna do ‘rendimento indivisível’”.

Como desfecho desta seção, destaca-se o posicionamento sintético de Wanderley (2009), quando afirma que os agricultores familiares no Brasil não correspondem a uma invenção moderna, produzida exclusivamente pela ação do Estado, mas tem uma historicidade, uma raiz camponesa. Por isso, o conceito de agricultura familiar é pertinente para compreensão e é aceita pelos próprios agricultores, pois aponta para qualidades positivas valorizadas, ao contrário de outras definições, como agricultor de baixa renda, por exemplo. Afirma, ainda, que existe uma grande diversidade de situações concretas que esta categoria “genérica” agricultura familiar pode incluir.

Com este fundamento e a partir de uma caracterização histórica da agricultura em Remígio, pretende-se auferir os subsídios necessários para análise da reprodução social destas famílias, já que, como enfatiza a autora citada, a agricultura familiar tem raízes locais que lhe prestam determinadas configurações, refletidas nos modos de vida destes agricultores.

2.2 TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA PATRONAL E A RESISTÊNCIA DA AGRICULTURA CAMPONESA EM AREIA E REMÍGIO - PB

A obra de Afrânio Raul Garcia Junior (1989) oferece uma riqueza de detalhes sobre a região estudada ao analisar as estratégias de reprodução social camponesa e as transformações que surgiram nos espaços de grandes plantações açucareiras a partir das migrações para o sul do país. A referida obra é fruto de uma pesquisa realizada durante os anos de 1976-77 e 1982, que se concentrou, particularmente, nos municípios de Areia e Remígio e tinha por objetivo

principal o estudo das práticas econômicas dos agricultores que se baseavam no trabalho familiar, suas origens sociais, históricas e suas trajetórias sociais.

Conforme esse autor, a região foi escolhida para ser alvo de pesquisa de campo porque permitia o estudo, de um ponto de vista comparativo, com as análises feitas sobre a relação camponato/grande plantação canavieira em Pernambuco, e, assim, permitir a compreensão do surgimento de um camponato em larga escala em uma área onde se apontava o domínio absoluto da grande propriedade, até um passado bem recente. Assim, analisa-se o surgimento do camponato não como o fim das grandes propriedades e a liquidação de formas de dominação específicas, mas como um movimento que se choca com os movimentos e transformações das grandes propriedades.

A partir da observação espacial, demonstrou-se claramente a oposição entre os *sítios* de pequenos proprietários e as grandes propriedades representadas pelos *engenhos*, *usinas de açúcar* e as *fazendas*, de forma que os donos de pequenos sítios tinham uma dupla origem: de um lado, uma trajetória descendente de herdeiros de grandes ou médios proprietários em decadência; de outro, uma trajetória particularmente vivida como ascendente, ao passarem de “morador sujeito”⁷ a pequeno proprietário.

Nesse sentido, havia uma distinção entre *terra de agricultura*, que poderia se referir a sítios de pequenos proprietários ou aos engenhos que associavam o roçado de algodão e gado, em oposição às *terras de gado*, onde o terreno era todo coberto por capim plantado. Quando se usava o termo *agricultura*, se explicitava explorações econômicas diferentes, relativas aos cultivos de feijão, milho, mandioca e fruteiras, em oposição à cultura de cana e agave. Interessante, pois isso marca a diferença entre os municípios de Areia e Remígio, que eram uma só cidade até 1957. Um proprietário de pequeno sítio afirmou: “Remígio abastece toda a região, porque tem muita agricultura. Tem mandioca, milho e feijão. Em Areia só tem cana” (GARCIA JÚNIOR, 1989, p. 24).

Isso se torna mais relevante quando se acrescenta que a exclusão da cana e do agave da categoria “agricultura” está diretamente relacionada à exclusão dos agricultores familiares destes cultivos, particularmente dos *moradores* das grandes propriedades, bem como dos agricultores que arrendavam a terra. É importante esclarecer que, nesse contexto, ser morador

⁷ Ser morador significava se ligar ao dono da terra de uma maneira muito específica, numa relação que se supunha residência e trabalho simultaneamente, dominação e exploração, a qual se submetiam aqueles que não tinham como organizar sua “existência social” e, por isso, passavam a depender estritamente de seu *senhor* (GARCIA JÚNIOR, 1989, p. 38-39).

implicava em uma inteira sujeição ao dono das terras, por isso a denominação de *sujeitos*: com a prestação obrigatória de dias de trabalho e o recebimento por dia de trabalho inferior aos trabalhadores “libertos”, que são os agricultores quem moram em casas próprias, mesmo que dependam das terras alheias para o cultivo, mas ter o *chão de casa* fora dos limites da grande propriedade lhes conferia certa autonomia sobre sua vida e de sua família.

Remígio, desde sua criação em 1957, passa a concentrar as partes mais secas do antigo município e também demarcando a oposição entre “libertos” e “sujeitos” na região, pois Areia ficou conhecida como o “canto da sujeição”. Esta classificação foi incorporada de tal forma que, quando algum trabalhador vinha do Sul do país tendo acumulado algum dinheiro, escolhia viver em Remígio, não em Areia. Isso fica claro na fala deste feirante, entrevistado pelo Autor e apresentado na obra como “Z.E”:

O meu natural é o Brejo de Areia. Mas eu não gosto daquele canto, não é um canto bom. Lá só tem engenho, só tem sujeição. Lá todo mundo é sujeito ao senhor-de-engenho. Aquilo ali é um cativo. Aqui em Remígio não, todo mundo é *pobre*, é verdade, mas é um canto melhor, todo mundo é liberto (GARCIA JÚNIOR, 1989, p. 259).

E foi através destas aquisições de pequenas fatias de terra que se fortaleceu a agricultura familiar em Remígio, com a desconstrução das grandes propriedades, o que será visto com detalhes no próximo tópico, quando se abordará as questões relativas à posse da “terra”.

2.3 ANÁLISE DA “LÓGICA FAMILIAR” NAS UNIDADES AGRÍCOLAS EM REMÍGIO - PB

Como exposto anteriormente, o que pode trazer sentido à categoria agricultor familiar são os traços do campesinato que permanecem, as continuidades, quais sejam: a posse dos meios de produção, a prevalência da lógica familiar e um modo de vida específico, constituído a partir da relação “moradia e trabalho” no campo e das relações sociais lá constituídas.

Para colaborar com esta análise, será proveitosa a produção de Hugues Lamarche (1998). O autor estabelece como elemento essencial o “enfoque tipológico”, cujo objetivo deve ser analisar as unidades familiares em seu conjunto e compreender seu funcionamento através das diferentes lógicas em função das quais o agricultor realiza as suas escolhas. Isso é particularmente interessante para esta pesquisa, que trata das escolhas (estratégias) adotadas pelos agricultores familiares e suas repercussões na reprodução social da família.

A obra coordenada por Lamarche e outros (1998, p. 63), buscou analisar o funcionamento da produção agrícola a partir de pesquisas realizadas em diversos países (França, Canadá, Tunísia, Polônia, Quebec e Brasil), assim, os pesquisadores analisaram os diferentes modos de funcionamento da unidade de produção agrícola familiar. Para identificar a intensidade do papel da família na unidade produtiva, três temas foram elencados pelos autores: **terra, trabalho** e a **reprodução familiar** do estabelecimento. Estes temas serão conceituados e, a partir deles, a realidade obtida pela pesquisa de campo será interpretada, mediante estes três elementos-chave.

2.3.1 Trabalho e reprodução familiar

O emprego da mão-de-obra familiar é um dos argumentos atuais em favor da agricultura familiar por dois motivos: por esta não ser poupadora de trabalho, como é a agricultura “patronal”, em virtude da alta tecnificação; e, como consequência, por colaborar com a fixação do homem no campo, evitando o êxodo rural e as diversas consequências sociais e ambientais em que disto procedem.

Na pesquisa citada, considerou-se que a *intensidade da reprodução familiar no estabelecimento* é variável, dada a diversidade da agricultura familiar. Para mensurá-la, verificou-se a existência de mão de obra externa, identificando se havia assalariados permanentes, temporários ou sazonais na unidade familiar e o quanto a participação da família no trabalho é vista como crucial para o êxito da atividade. Posteriormente, avaliou-se as funções familiares na reprodução do estabelecimento e as estratégias implementadas para satisfazê-la, de forma a identificar a situação profissional dos filhos e qual o desejo dos pais para estes. Qual a prioridade dos pais: investir no estabelecimento ou estabelecer moradias ou outros investimentos aos filhos?

O autor considera que “[...] os projetos que os agricultores acalentam para seus filhos traduzem provavelmente, mais fielmente do que qualquer outro indicador, a avaliação global da sociedade na qual vivem, assim como sua visão das perspectivas do estabelecimento agrícola e do futuro das coletividades onde moram” (LAMARCHE, 1998, p. 121). A preparação dos filhos para outra profissão é um forte indicativo que há dificuldades intransponíveis na agricultura, que inviabilizam a permanência de toda a família na atividade.

Seguindo as considerações do autor supracitado, são vários os fatores que influenciam as estratégias adotadas para encaminhamento dos filhos: o tamanho das famílias,

oportunidades no mercado fundiário local etc.; há também os fatores de bloqueio: “um futuro incerto no meio rural pode ser preferido às incertezas ainda mais ameaçadoras do êxodo” . Nas pesquisas, as principais aspirações a respeito dos filhos foram resumidas em categorias, consideradas pelo autor como simplistas, mas suficientes para evidenciar as diferenças entre as áreas de pesquisa:

- *Estratégia ruralista*: visa fixar os filhos no campo, não importando a profissão, ou seja, nem sempre afastar os filhos da atividade agrícola representa o desejo de vê-los partir para a cidade. Há uma preferência pela fixação do filho no estabelecimento e o casamento da filha, há um desejo que as filhas estudem ou se voltem para as atividades de comércio;
- *Estratégia Patrimonial*: conservar os filhos homens no estabelecimento paterno, devendo destinar-se a agricultura e assumir a empresa paterna.
- *Promoção social*: objetivo de dar aos filhos formação superior para que consigam uma profissão com o status social mais elevado.
- *Estratégia Tradicionalista*: limita-se a resolver o problema do encaminhamento das filhas através do casamento.
- *Patrilocalidade*: quando os pais desejam que os filhos permaneçam no estabelecimento, mesmo que em casas separadas.
- *Exolocalidade*: quando os pais preferem que se fixem a certa distância do domicílio paterno ou admitem que haja uma emigração do município ou da região imediata. Este fenômeno foi constatado em um de cada três estabelecimentos no Nordeste. Neste grupo, identificou-se uma preocupação muito forte com os filhos e que os pais estão dispostos a desfazer-se da terra e a utilizar poupança para instalá-los na cidade. Por isso, a escolha da agricultura como profissão é marginal. Os problemas de sucessão são mais acentuados e atribuídos à inviabilidade do estabelecimento, à penosidade do ofício, sendo preferível que os rapazes encontrem trabalho em outro lugar, mesmo que deixe sua comunidade de origem (LAMARCHE, 1998, p. 120-123).

As escassas oportunidades de trabalho existentes na região de Remígio influenciam diretamente nas escolhas e desejos dos agricultores em relação ao futuro de seus filhos. Por este ser um espaço eminentemente rural, não se identifica muitos postos de trabalho em outros setores. Com uma população estimada em 17.581 pessoas (IBGE, 2010), o setor de serviços gera poucos empregos⁸, havendo 385 pessoas ocupadas no setor. Conforme dados disponíveis

⁸Fonte: Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (SNIU, 2002). Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/sdt/programas/territoriosrurais/>>.

no Portal IBGE Cidades (2011), no ano de 2009 havia 201 empresas atuantes em Remígio que empregavam 795 pessoas. Quanto aos postos relacionados ao setor agrícola, é difícil mensurar pelo caráter predominantemente informal destes vínculos.

Garcia Júnior (1989, p.74-75) relata, a partir de entrevistas realizadas à época (1977), que as migrações para o Sul tornaram-se mais frequentes a partir dos anos 1940-1950, o que antes era muito raro. Lá se buscava salários mais elevados que os oferecidos pela *sujeição* dos trabalhadores rurais, mencionada particularmente pelos moradores de Areia. Porém, o que influenciava não era só o aspecto salarial, mas o fato dos trabalhadores *sujeitos* não gozarem de nenhum direito ou garantia legal. Então, dentre os agricultores entrevistados, os mais velhos particularmente, alguns viveram estas experiências de “ir tentar a vida” no Sul do país, trabalharem alguns anos e depois retornarem para suas famílias, com projetos e intenções de permanecer no sítio e na atividade rural, mas muitos não acalentam os mesmos projetos para os seus filhos e isso pode ter vários significados.

Retomando o que foi dito anteriormente, Lamarche (1998, p. 119) aponta que os projetos que os agricultores acalentam para seus filhos traduzem mais do que qualquer outro indicador, suas perspectivas em relação à agricultura e a avaliação global da sociedade na qual vivem. Assim, a preparação dos filhos para outra profissão é um forte indicativo de que há dificuldades intransponíveis na agricultura, que inviabilizam a permanência de toda a família na atividade. Em Remígio, o que se percebe, de maneira geral, é que os pais agricultores não traçaram um destino diferente para seus filhos, mas aceitam suas escolhas, por entenderem da dificuldade ou impossibilidade de manterem-se no campo, trabalhando somente na agricultura.

O fato é que a pesquisa de campo revelou que 60% dos filhos dos agricultores, em idade economicamente ativa, migraram, sobretudo, para São Paulo, Rio de Janeiro e, em menor proporção, para outras cidades da Paraíba (Esperança, Areia e João Pessoa) ou para outro estado do Nordeste (Rio Grande do Norte). Além disso, 4% dos jovens mudaram-se para as “cidades universitárias” – Areia e Campina Grande.

Um destes jovens cursa Agronomia em Areia – PB, e seus pais acreditam que o sonho do filho é trabalhar com agricultura:

Se não ficar aqui, mas o negócio dele é se envolver com agricultura, mexer com a terra, é .. hoje ele tá cursando agronomia, então ele já chega em casa dando vários parecer pra mim, como a gente fazer, como trabalhar mais um pouco ... eu gosto porque ele é calmo, ele conversa, ele senta, ele escuta, também quer que alguém escute ele ...o outro não, não tem vocação pra aqui não...esse pode ser que um dia mude né...porque às vezes a pessoa não quer nada porque tá lá fora, mas quando

ele pega uma responsabilidade vê que a coisa é mais diferente” (Sebastião Araújo, 47 anos).

Na entrevista ficou claro que estes pais desejam uma “promoção social”, utilizando a categoria de Lamarche (1998), pois sonham em dar aos filhos uma formação superior, para que consigam uma profissão com o “status social mais elevado”. No caso deste jovem, este sonho se funde com o da permanência no meio rural, pois o curso escolhido pelo filho do casal demonstra o interesse do mesmo pela atividade agrícola, quer seja em sua propriedade ou em outra, os pais animam-se pelo fato do filho interessar-se pelo meio rural.

Dos 19% dos filhos que permaneceram na agricultura, a maioria é do sexo masculino. As filhas de agricultores que moram na zona rural em geral não exercem a atividade agrícola, sendo que apenas uma pessoa deste grupo reside no sítio e exerce uma atividade não-agrícola formal: é funcionária da Prefeitura local, ocupando o cargo de Agente Comunitário de Saúde (ACS).

Confirmaram-se, portanto, as estratégias familiares pontuadas por Lamarche (1998) em relação às filhas, quando os pais agricultores preferem que estas encontrem alternativas de vida. Antônio Medeiros (Agricultor, 49 anos) prefere que suas filhas “procurem seu destino”, porque acha que hoje para viver de agricultura é muito difícil, principalmente no caso da mulher, já que, para esse agricultor, até quem tem mais terras atualmente prefere investir em criação de gado em detrimento da atividade agrícola.

Outro agricultor acha que os jovens não têm mais interesse pela agricultura, seus filhos estudam e ele não tem sonho de vê-los na agricultura. Diz inclusive que nunca teve e prefere que cada um faça o que gosta: “Cada um tome seu destino, que é pra amanhã ou depois não dizer que eu fui o ‘calo seco’ da história, se não tiver sucesso na vida, mas não se queixa de mim ...eu vou ter que dar a eles o que, alguma coisa de mim, mas diferente não é? cada um, é cada um” (Antônio Daniel, 61 anos).

Enquanto isso, Antônio Melo (56 anos) regozija-se no fato de seus dez filhos permanecerem no sítio. Em suas palavras: “a família está toda junta, eles não foram embora não”. Assim, percebe-se a *patrilocalidade*, pois os filhos e filhas residem em casas separadas, mas na mesma propriedade rural.

Outra estratégia de encaminhamento dos filhos citada por Lamarche (1998) e evidenciada em campo é a “exolocalidade”, pois os pais conscientes das dificuldades derivadas da agricultura preferem que os filhos partam, mesmo que para longe, para terem melhores condições de vida. Rita, de 63 anos, teve dez filhos e, destes, apenas um permanece na agricultura. Ela declara que todos “foram” agricultores, mas que só a agricultura não é

suficiente, já que no ano que não tem chuvas, não há produção. Então, conclui que “tem que ter os dois lados”, ou seja, trabalho na agricultura e fora dela.

No mesmo sentido são as declarações de Pedro Freire (65 anos). Ele afirma que, se dependesse dele e de sua esposa, com certeza os filhos estariam vivendo junto deles, mas como as condições de sobrevivência são difíceis no local, compreende o fato de eles terem que ir buscar renda e trabalho fora, para viverem em melhores condições.

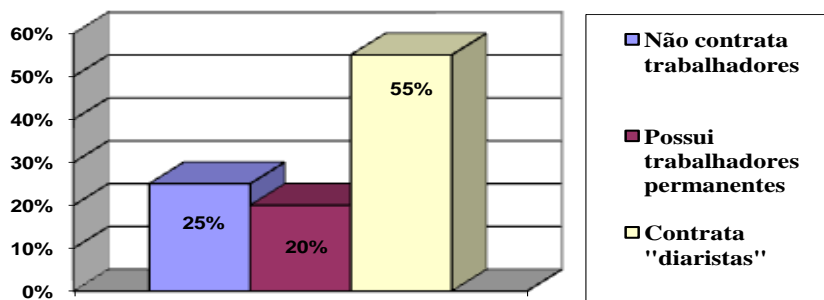
Já o agricultor Joildo (56 anos) demonstra tristeza em relação às escolhas dos filhos, deixando claro que gostaria muito que seus filhos estivessem junto dele. Teria, assim, uma força para lhe ajudar durante a noite (refere-se a um recente roubo que teve no sítio e que, por causa disso, a mulher dele ficou com medo e estão morando na “rua”). Entretanto, na sua concepção, os filhos “se abestalharam” e foram embora para São Paulo. Fala de uma filha que trabalhou muito na agricultura com ele antes de ir para São Paulo: “acho que isso foi conselho que deram a ela, tu vai se acabar que nem teu pai é melhor tu sair logo de perto dele, ela plantava horta ali, mas era horta viu?”. Ele tem dois filhos e duas filhas, todos moram em São Paulo: “começaram a trabalhar na agricultura, aí quando viram que era pesado desvaneceram, ô povo besta né não ...num tem nada lá em São Paulo, nada! o que ganha, gasta por lá mesmo”. Eles foram jovens para lá, em média aos 20 anos.

Enquanto Francisco Félix (71 anos) está mais conformado com a escolha dos seus filhos: “Cada qual siga seu destino. Sabe por quê? Porque nós não pode dar o destino a ninguém, se todos combinasse tava muito bem, mas uns combina e outros não combina, porque cada qual tem o seu não é...” .

Assim, a agricultura familiar em Remígio está inserida em um contexto sócio-econômico de consideráveis restrições, em uma região marcada pela história de relações de dominação social e uma elevada concentração de terras, que se diluiu a partir do declínio das atividades econômicas dominantes. Com terras pequenas, desenvolve-se praticamente uma agricultura de subsistência, com algumas regiões mais dinâmicas, que produzem frutas como banana e laranja. Diante da evasão dos filhos dos agricultores, há uma constante contratação de um trabalho precário, na forma de “diarista”, para suprir as necessidades de mão de obra. Assim, com uma população predominantemente idosa no campo, reforça-se às questões relativas à sucessão do patrimônio da família.

A partir das entrevistas, constatou-se o seguinte panorama em relação à contratação de mão-de-obra de terceiros pelos agricultores familiares:

Gráfico 2 - Contratação de mão-de-obra externa pelos agricultores entrevistados em Remígio



Fonte: Elaboração própria. Pesquisa de Campo (2011)

Como se vê, é elevado o percentual de agricultores que contratam o trabalho de terceiros. Wanderley (2009, p. 177) atribui ao contexto em que se reproduziu o campesinato no Brasil a existência de uma longa tradição de trabalhar alugado para terceiros e de o próprio camponês empregar trabalhadores alugados em seu estabelecimento familiar. Afirma também que a motivação para esta situação pode ser diversa: desde a necessidade de reduzir a “auto-exploração” da força de trabalho da família ou as características que a compõe (sexo e idade). Entretanto, as motivações para essas contratações em Remígio parecem ser outras, em particular, a escassez de mão-de-obra da própria família.

Outro panorama, que acrescenta dificuldades ao desenvolvimento da atividade agrícola, se apresentou na pesquisa de campo: muitos agricultores relatam a dificuldade de pessoas interessadas em trabalhar como “diaristas”. Segundo eles, com a ascensão de transferências de renda (Bolsa Família, Benefícios Previdenciários Rurais), não havia mais interesse em submeter-se a um trabalho tão penoso. Mencionam, nesse sentido, principalmente os jovens filhos de aposentados. Para Sebastião (Agricultor, 47 anos), hoje é mais difícil contratar mão de obra porque mesmo tendo dinheiro para pagar, raramente há alguém que queira exercer essa atividade:

A juventude hoje ... hoje é uma coisa, que o governo criou uma coisa muito bem, mas também fez mal demais, por uma parte, hoje tem um velho uma velhinha aposentada dentro de casa, filho nenhum trabalha não, vivo daquilo ali, segurado... o velho fazendo empréstimo pro filho comprar uma moto, uma coisa ... e nisso aí vai... ninguém quer trabalhar.

Este Agricultor observa que o trabalho “alugado” é desestimulante, não apenas por sua penosidade, mas pelo fato de que a remuneração auferida não é indispensável, dada a

existência de outras rendas no campo advindas das transferências diretas. Por isso, ele faz um confronto entre a juventude de ‘hoje’ em relação à juventude de uma época anterior, quando não havia tais políticas de transferência de renda. Como há poucos “jovens” no campo, e os que permanecem provavelmente irão arregimentar mão-de-obra no interior da unidade de produção, reduzindo a mão de obra disponível para as propriedades de terceiros.

Então, são dois fatores imbricados que, de alguma forma, tornam o exercício da atividade da agricultura familiar mais difícil na visão destes agricultores: a restrição de mão-de-obra interna à unidade familiar e a dificuldade em contratar terceiros.

Na Pesquisa de Campo, encontramos um casal de agricultores que eventualmente tem que vender sua força de trabalho⁹ para complementar a renda doméstica, mas o fazem com pesar. Relatam que nos meses de estiagem pouco se consegue produzir, então, precisam trabalhar até três dias por semana “alugados”, deixando de investir tempo na própria agricultura:

Nós temos a terra, nós temos a água, nós temos a sabedoria, temos o amor, temos a vocação de fazer, de lidar com isso aqui, mas a gente pára, por quê? Não temos, não temos recurso até mesmo para nós, alimentação, nós deixa de fazer para nós, pra ter que trabalhar um dia fora, e arrumar um dinheiro para comprar o nosso alimento. Se nós tivéssemos o dinheirinho certo da nossa feira, a gente precisava trabalhar para os outros? (Maria, 47 anos)

Analisando a fala destes agricultores, nota-se que para ambos (quem contrata e quem é contratado) o trabalho “alugado” é um último recurso. Longe de ser a situação idealizada pelos agricultores familiares, reforça as múltiplas relações do agricultor familiar na sociedade atual, e, nesse caso específico, como um “trabalhador para o capital”. A reprodução familiar, alvo de análise nesta seção, mostra-se comprometida, mas não extinta.

O fato desta Agricultora (Maria) e seu esposo venderem, mesmo contrariados, parte de sua força de trabalho, somente confirma a hipótese defendida nesta pesquisa de que a agricultura familiar adota estratégias para garantir sua permanência em meio a situações adversas, sinônimo de resistência e apego à atividade, que além de prover o sustento da família, lhes confere um significado de vida. Isso transborda nas palavras da agricultora, em que há uma identificação com a atividade rurícola, denominada por ela como uma “vocação”: embora existam dificuldades que chegam a ameaçar até a própria subsistência da família, não

⁹ A força de trabalho é uma categoria marxista e representa o “valor de uso” que o trabalhador tem para oferecer ao capitalista, é uma capacidade que se torna realidade quando posta em movimento pelo capital, sendo uma “mercadoria” tem um valor e é capaz de criar um novo valor.

estremece a convicção em permanecer no campo, nessa relação com a terra, que não se limita ao mercantil, mas transcende e nutre um sentimento de apego e resistência.

Esta convicção em permanecer no meio rural pode ser melhor compreendida por meio do histórico profissional deste casal. Ambos são filhos de agricultores, porém, Maria ainda muito jovem deixou sua terra natal (Catolé do Rocha-PB) e trabalhou em atividades urbanas, como empregada, comerciante autônoma e, por último, como trabalhadora rural, com vínculo empregatício em uma granja no Conde-PB, onde conheceu seu esposo. Ambos trabalhavam numa fruticultura fortemente baseada no uso de agrotóxicos, que descrevem, com perplexidade, as consequências provocadas neste cultivo às pessoas e ao meio ambiente.

O casal decidiu morar em Remígio, em 2004, nas terras cedidas pelos antigos patrões do pai de Adriano. Esta volta ao meio rural é ressignificada pelos valores relacionados à proteção a natureza e a vida humana, pois afirmam que o que produzem hoje não irá provocar males aos consumidores. Em suas falas, há um convite pelo reconhecimento dessa atividade rural embasada em valores que transcendem o material e, particularmente, ao econômico, havendo uma clareza que prevalecem nas atuais relações mercantis os aspectos relativos ao lucro e ao poderio econômico, independente das consequências ambientais que isso possa provocar. Por se considerarem guiados por outra lógica, acreditam que *ser agricultor familiar* não é algo admirável nesta sociedade. Inclusive, a agricultora demonstra satisfação por estar sendo entrevistada por uma estudante jovem e “urbana” que se interessa pela atividade que ela executa, ao tempo que compara com seus filhos jovens que interpretam como uma decadência profissional a escolha da mãe e o seu atual “espaço” de trabalho. Compreende-se que isso é fruto de uma visão centrada no urbano, de onde extraem todas as referências de modernidade e qualidade de vida.

Para manter uma renda constante, e não só na época das safras, Maria e seu esposo pretendem cultivar produtos que possam ser comercializados via mercado institucional, como será detalhado no capítulo relativo às políticas públicas. Note-se este espaço de manobra existente, que proporciona a criação de estratégias para estes agricultores, que são concebidas e praticadas no interior da unidade familiar.

Assim, resta claro que tanto há a contratação como a venda da força de trabalho pelos agricultores familiares, e isso gera uma discussão importante no que concerne à descaracterização das raízes camponesas na agricultura familiar quando se intensificam esses fenômenos. Sabe-se que a simples existência de trabalhadores assalariados em uma unidade familiar não implica, propriamente, em uma relação de produção capitalista. Isso porque não

se constata o desenvolvimento do capital enquanto relação social entre os envolvidos. Pelo contrário, a forma salário ocorre no interior da produção camponesa em função do ciclo de existência da família; então, a soma do dinheiro gasto no pagamento de salários reduz o rendimento familiar (SANTOS, 1978 apud WANDERLEY, 2009, p. 179).

Diante do exposto, nesta análise específica acerca da “reprodução familiar”, que é um dos indicadores propostos por Lamarche (1998), verifica-se que a reprodução familiar das unidades analisadas em Remígio é bastante frágil. Com a evasão dos filhos e a contratação de trabalhadores assalariados, a organização do trabalho não centrada em torno da mão-de-obra familiar dá novos contornos à agricultura familiar e ao seu significado.

A prevalência da lógica familiar para a tomada de decisões dos agricultores é uma marca identitária dessa forma de vida e, como ressaltado, quando os pais traçam outros rumos para os filhos, é um forte indicativo das dificuldades enfrentadas na atividade. Na verdade, percebeu-se que muitos pais aceitam resignados as escolhas dos filhos, por compreenderem não ser possível viver bem apenas com a prática da agricultura, já que percebem nela dificuldades intransponíveis; outros acreditam que a tentativa de vida no sul do país não lhes garante melhorias reais nas condições de vida e acúmulo de bens materiais, mas esta é uma visão minoritária.

- *Terra*

Quanto à “terra”, o outro elemento central para agricultura familiar citado por Lamarche (1998), foram eleitos os seguintes questionamentos como determinantes: a terra é vista como patrimônio familiar, com todo conteúdo ideológico que se apresenta na noção de patrimônio ou, a terra é apenas objeto de especulação e/ou ferramenta de trabalho? Há apego a terra e até que ponto se está disposto a vendê-la ou ampliar seus limites?

Garcia Júnior (1989, p. 51) revela que em Areia e Remígio os estabelecimentos pequenos, de menos de 10 hectares, desde os anos 1950 sempre representaram mais de 60% dos estabelecimentos, mas nunca controlaram mais de 13% das terras. Por possuírem terras muito pequenas e insuficientes para produzir o sustento da família, os agricultores por vezes se subordinavam aos grandes proprietários através do arrendamento de terras ou pelo trabalho por dia de serviço. Além disso, se inseriam nas clientelas políticas lideradas pelos grandes proprietários e só ocupavam posições subordinadas nas atividades religiosas ou culturais, pois dispunham de poucos recursos para se contrapor ao poderio dos senhores-de-engenho e fazendeiros nos jogos sociais em que a honra era o móvel da disputa.

É oportuno destacar que, durante os anos de 1950-80, acentuou-se o declínio dos *senhores-de-engenho*, com uma queda de 62% das atividades na região. Nessa época, muitos engenhos foram completamente abandonados e os moradores de alguns destes engenhos tornaram-se “libertos” de fato, vivendo da agricultura e criação. Por outro lado, as migrações para o mercado de trabalho industrial no Sul do país favoreciam o acúmulo de dinheiro por parte de antigos *moradores*, que quando retornavam às suas origens, adquiriam terras. Assim, o resultado desses processos é uma transformação radical no mercado fundiário da região, com a entrada de novos compradores legítimos, aqueles mesmos que no passado só teriam acesso à terra mediante a cessão gratuita e conseqüente dependência do “patrão” (GARCIA JÚNIOR, 1989, p. 72-77).

Como visto anteriormente, o sentido da terra é um dos elementos centrais para se compreender o quanto é importante o papel da família em uma unidade produtiva. A terra é ao mesmo tempo um bem patrimonial e de produção. Conforme Lamarche (1998, p. 89-90), a relação do produtor com a terra é um feixe denso de relações, então o que diz respeito ao jurídico, ao econômico e social e ao simbólico é indissociável, pois a relação com a terra não pode ser reduzida a nenhuma destas dimensões.

Quando se coloca a terra como um bem patrimonial e de produção, reafirma-se o conceito da agricultura familiar que se realiza em um espaço de múltiplos significados, que reúne trabalho, moradia, vida social e também um patrimônio material. Então, compreender o sentido da posse da terra para estes agricultores significará compreender melhor a existência ou inexistência da lógica familiar no exercício da atividade agrícola em comento.

Por isso, buscou-se na pesquisa de campo, voltada apenas para estabelecimentos da agricultura familiar, penetrar nessa realidade, encontrando-se a seguinte configuração: das vinte unidades entrevistadas, o tamanho médio das propriedades é de 7,2 hectares, no entanto, apenas três unidades possuem mais de 10 ha de terras. Esta configuração está presente desde os anos 1980, quando 76,5% dos estabelecimentos de Areia e Remígio correspondiam a áreas de até 10 ha.

Como visto, as terras dos agricultores entrevistados são pequenas, limitando as possibilidades de obtenção de empréstimos e a elaboração de projetos mais ousados. Dois agricultores entrevistados possuem propriedades tão pequenas que arrendam terras para fazerem seus sítios, tendo praticamente um espaço suficiente só para moradia na zona rural.

De acordo com o Censo Agropecuário (2006), 60% dos agricultores familiares de Remígio são proprietários de suas terras, assim, uma menor parcela destes agricultores exerce

a atividade em terras de terceiros (2,4% são parceiros ou arrendatários e 12% não possuem área ou são ocupantes). Apesar disto, resta claro que alguns pequenos proprietários necessitem arrendar terras para exercerem suas atividades de forma satisfatória, como exposto no parágrafo anterior.

É interessante observar a origem da posse destas terras: a pesquisa de campo demonstra que a maioria das famílias – 80% – herdou as terras de seus pais; alguns agricultores compraram mais terras ou mesmo as partes da herança que couberam aos demais parentes. Somente em uma unidade familiar entrevistada se exerce a atividade em terras cedidas por terceiros e 15% das famílias entrevistadas compraram as terras em que trabalham, sendo que todas estas tiveram ascendência de pais agricultores, mas estes não deixaram o patrimônio por herança.

Então, a partir da análise destes dados empíricos, é possível produzir algumas conjecturas, mas não capturar os significados deste patrimônio de forma absoluta. De maneira geral, se percebe que há um apego a terra, mas existem outros fatores, como pouca mão de obra disponível na família, que representam um desestímulo para ampliação da propriedade; e, por outro lado, a violência no campo, que leva alguns agricultores a terem vontade de se “desfazer” do patrimônio.

Dos agricultores entrevistados, apenas Francisco Félix (71 anos) responde firmemente que, se tivesse mais recursos, investiria na compra de mais terras, pois, segundo ele, “terra nunca se acaba”, além de ser um investimento seguro para formação de um patrimônio. Em nenhum momento na fala destes agricultores a terra foi mencionada como objeto de especulação, pois uma forte característica da agricultura familiar é percebê-la com um patrimônio da família e, portanto, de caráter permanente e inegociável.

O aparente desinteresse em ampliar o patrimônio – terras – se compreende pelo fato de uma parte dos entrevistados, correspondente a 35%, ser constituída por agricultores mais jovens, que possuem projetos mais emergentes: desejam diversificar os investimentos na propriedade, seja ampliando os reservatórios de água, implantando irrigação ou mesmo na compra de veículos e na modernização de suas moradias.

Ressalte-se que, apesar da escolha destes agricultores não se afirmar no sentido de ampliar os limites das terras, nota-se que os seus projetos relacionam-se a permanência na atividade rural e a garantia de melhorias na reprodução social de suas famílias.

Do total de entrevistados, 25% afirmam que, se pudessem, investiriam na criação de gado e não na ampliação de suas terras. Então, nesse sentido, utiliza-se um critério

econômico na formulação da estratégia, ou seja, a partir do retorno financeiro do investimento, já que possuir mais terras provavelmente não significaria um aumento da renda familiar. É interessante ressaltar a faixa etária desse grupo: todos têm mais de 65 anos. A criação de gado não foi mencionada como um projeto dos agricultores mais jovens. Estes percebem pouca rentabilidade na atividade agrícola e, como não podem contar com abundante mão de obra familiar, não manifestam interesse em ampliar os limites das terras.

O caso de Sr. Joilton (56 anos) ilustra bem essa realidade: como seus filhos abandonaram a agricultura, ele se considera velho e cansado para cuidar da propriedade e pensa em comprar um sítio menor, só para se “entreter”, e se mudar para a cidade. Temos aqui nitidamente um problema de sucessão patrimonial, pois os herdeiros e conservadores do patrimônio da família migraram para o “sul” do país, assim como outros tantos filhos de agricultores nordestinos. Ficou nítido nesse grupo – de agricultores mais velhos - que não se percebe a terra como um patrimônio a ser *preservado* para a família (até porque em alguns casos esta se dispersou), mas o sentido de manter a propriedade é para moradia ou para manter um pequeno sítio, pelo apego à atividade rurícola.

Diversas nuances devem estar postas, mas o valor simbólico da terra tornou-se claro na fala do agricultor José Antônio, de 63 anos, ao afirmar que até pensa em residir no núcleo urbano do município, devido a violência que assola a região. Contudo, não pensa em vender sua “terra” nem afastar-se da atividade agrícola, que não lhe rende nem o suficiente para o autoconsumo, mas parece lhe conferir um sentido de vida: “Ia não, minha terrinha não dou fim nunca não, eu vinha todo dia trabalhar, mas eu não posso, fico por aqui mesmo né? Deus é quem livra a gente. Nasci e me criei na agricultura e quero ficar até o fim”.

Percebe-se claramente que a posse da terra não se constitui como um objeto de especulação ou um espaço de produção simplesmente, mas abriga um sentido mais amplo: é parte da história e vida deste agricultor. Ele não quer perder o vínculo com a terra mesmo que os frutos que obtêm com seu trabalho rurícola não sejam indispensáveis para o sustento de sua família, embora pareçam sê-lo para sustentar sua identidade, construída desde sua infância na agricultura, a qual pretende conduzir até o fim de seus dias.

Houve, ainda, muitas menções à violência no campo, principalmente em algumas comunidades mais próximas ao núcleo urbano. Dois dos agricultores entrevistados foram vítimas de assaltos em suas residências. Segundo os moradores da região, muitas casas, por medo, foram abandonadas. Inclusive em campo, presenciou-se a demolição de uma casa que,

segundo os vizinhos, pertencia a uma senhora idosa que fora duramente humilhada por assaltantes em sua residência.

Assim, a “terra” apresentou-se pelos agricultores entrevistados como um instrumento de trabalho e também, acrescentando às possibilidades postas por Lamarche (1998), como um espaço de moradia, em ambas situações (moradia e trabalho), posto que são indissociáveis. Constata-se o apego ao rural, não como um espaço somente que lhes provê o sustento, pois em alguns casos nem se obtêm lucros financeiros da atividade, pelo contrário, há muitas despesas; mas o espaço rural é tido como o meio em que se completa o sentido da vida, que se dá prazer pelo contato com a natureza e como uma ocupação para os idosos, que se sentem bem em ter essa atividade para preencher-lhes o tempo, pois, diferente do aposentado urbano, que assume a condição de *inativo*, o agricultor não tende a desvincular-se da atividade ao aposentar-se, pelo contrário, muitas vezes a existência de uma renda fixa estimula certos investimentos. Ainda, há uma identificação com a tranquilidade (no sentido da ausência da agitação característica das zonas urbanas) proporcionada pelo meio rural. Com esta análise, reforça-se em Remígio a prevalência de elementos constitutivos do que se compreende como agricultura familiar.

Diante das dificuldades relatadas, compreende-se as múltiplas realidades da agricultura familiar no município, pois não há uma realidade homogênea: cada unidade familiar analisada tem um histórico e um contexto singular que induz ao abandono da atividade ou do meio rural; ou, pelo contrário, mostra a necessidade e possibilidades de investimento e crescimento da atividade, pelas razões que seguem.

Das vinte unidades analisadas, 25% estão nas mãos de agricultores jovens, com menos de quarenta anos de idade, e que estão motivados com novos projetos. Outras 10% são geridas por agricultores que tiveram uma experiência de vida nas grandes cidades e não pretendem voltar, pois na atividade rural vêem a possibilidade de prosperarem naquilo que lhes pertencem, já que trabalham para si próprios. Então, quando este grupo de agricultores demonstra que têm diversos projetos de investimentos na propriedade ou mesmo de diversificação da produção, isso traz claras projeções de crescimento do patrimônio da família e melhoria da qualidade de vida no campo.

O desejo de prosperar foi visto claramente neste grupo de agricultores. Como ressalta Wanderley (2009), de forma equivocada a agricultura camponesa comumente é tratada como agricultura de subsistência ou pequena produção, mas não se pode confundir campesinato com subsistência, pois o camponês não prescinde de um projeto futuro, mas pauta-se,

sobretudo, na garantia de um patrimônio que promova condições de sobrevivência às gerações futuras. A autora assevera que nada indica que o campesinato brasileiro se restrinja, em seus objetivos, à simples obtenção da alimentação familiar, o que só acontece quando as formas do mercado estão efetivamente fechadas para eles. E, se a agricultura camponesa é, em geral, pequena, é em virtude das diversas restrições que sofre. Não é o seu tamanho que a qualifica como tal, e sim, suas relações internas e externas.

Esta visão é bastante coerente. Existe um projeto de vida que não se restringe somente à imediata sobrevivência, mas que almeja “fartura, reconhecimento e a dignidade”, nos termos utilizados pela autora e reforçados pelas palavras deste Agricultor de Remígio-PB:

O meu plano é esse, sempre multiplicando as coisas... ajeitando uma coisa, ajeitando outra..., sempre pra não cair, enquanto vida eu for, a minha multiplicação é assim, eu trabalho para não faltar as coisas e sempre aumentar.

Eu só espero coisa mais melhor, né?... sempre mais melhor porque a gente enquanto vida vai tendo vai esperar as coisas melhor, embora que não seja, mas tem que esperar (Francisco de Assis Félix, 71 anos).

Embora a realidade demonstre que a vida no campo tem sido historicamente a expressão de muitas limitações para os agricultores familiares, Wanderley (2009; 2010) argumenta que as unidades familiares não são incompatíveis com o desenvolvimento agrícola, acredita que elas são capazes de adaptarem-se as novas tecnologias e obter melhor rentabilidade dos recursos produtivos. No entanto, diferente do reconhecimento que esta categoria obteve em países como a França, as sociedades latino-americanas não reconheceram no seu campesinato a potencialidade para assumir um projeto de desenvolvimento. Este crédito foi outorgado aos latifundiários e não se estendeu aos camponeses, a quem eram atribuídas práticas e atitudes arcaicas. Assevera que, na década de 1970, o progresso foi oferecido às nações sob o “manto da modernização da agricultura”, através do uso racional das terras e demais recursos produtivos, articulando a agricultura ao processo mais geral de desenvolvimento. Porém, foi a grande propriedade de terra – aos seus representantes na cena social e política – que se delegou a bandeira do progresso e se outorgou créditos públicos para sua concretização.

Hoje, com os questionamentos levantados acerca da agricultura moderna, em virtude de suas consequências sociais e ambientais, parcelas organizadas dos agricultores familiares se colocam como portadores de outra concepção de agricultura, comprometida com a qualidade dos produtos, com o respeito à natureza, que conhecem de modo especial, e com o amor pela profissão, distinguindo-se da visão da agricultura como simples campo de

investimento de capital. Essa identidade começa a assumir uma expressão significativa, com a produção de um novo discurso referente a uma “outra agricultura”.

Este trabalho apoiou-se nesses pressupostos para análise dos dados empíricos, particularmente por defender que há uma raiz do campesinato no que hoje se compreende como agricultura familiar. E, por isso, este não é um termo esvaziado. Além disso, a agricultura possui uma relevância insubstituível para se pensar o desenvolvimento do “mundo rural”, compreendido como um espaço de vida e não como um espaço exclusivo de investimento, pois abriga um modo de vida peculiar, que deve ser preservado e estimulado, a partir da própria noção de valorização dos espaços naturais.

É por isso que, embora em meio a um horizonte árido, apresenta-se alternativas que apontam boas perspectivas para o desenvolvimento da agricultura familiar e do desenvolvimento rural sustentável. O fato é que, ao longo da história, o campesinato brasileiro e o que se compreende hoje como agricultura familiar, sempre estiveram em confronto ou à mercê das grandes propriedades rurais. Quer seja na luta pela terra ou por autonomia, diversas estratégias foram e têm sido adotadas ao longo do tempo para garantir a permanência e a reprodução da agricultura familiar. Nesse processo, há um ator social que assume um papel relevante: o Estado, através das políticas públicas que se remetem a este processo de reconhecimento e valorização da agricultura familiar.

O capítulo seguinte visa apresentar tais políticas e a repercussão das mesmas na vida das famílias que têm, através da agricultura, construído sua história de vida e reprodução social.

3 ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL NO SEMIÁRIDO

A sociedade que emergiu na zona semi-árida, cujo povoamento deu-se com base na pecuária extensiva, tinha como traços característicos a dispersão espacial dos camponeses e a total dependência destes com respeito aos proprietários de terras. [...] As sociedades que não realizaram qualquer investimento no fator humano até os albos do século atual foram condenadas às piores formas de subdesenvolvimento. [...] Assim, o ecológico, o econômico, o social e o político se entrelaçaram para produzir o duro cimento em que se alicerçou o subdesenvolvimento do Nordeste (FURTADO, 1999, p. 22-23).

Para discutir os modos de vida, as estratégias adotadas e os projetos das famílias rurais, é necessário considerar a sua historicidade e as heranças culturais e políticas em que estão submersas. Em virtude disso, concordamos com Furtado (1999), profundo conhecedor do Semiárido brasileiro, quando revela a tamanha complexidade de se pensar o desenvolvimento rural nesta região, que foi palco de seculares relações de dominação política e depreciação ambiental. Nesse sentido, convém analisar os papéis dos atores sociais ao longo deste processo histórico, as formas e discursos assumidos pelo Estado e quais as efetivas implicações e reações dos agricultores familiares a essa conjuntura.

Ressalte-se que, nesse estudo, consideram-se os agricultores como atores sociais que resistem aos processos de exclusão social e produtiva por todo um percurso histórico, não sendo, portanto, uma mera criação do Estado, como explica este autor:

Essa representação que concede ao Estado um papel decisivo no futuro do agricultor reforça uma interpretação da agricultura familiar moderna que considera essa forma social de produção agrícola como uma criação do Estado, que assegura sua existência através de normas legislativas e jurídicas (LAMARCHE, 1998, p. 284).

Entretanto, estes atores sociais não devem ser considerados destinatários passivos da intervenção do Estado ou de organismos internacionais, pois, apesar dos agricultores familiares estarem submetidos às diversas influências e constrangimentos impostos pelo mercado, dentre outros aspectos, têm uma visão própria de mundo e assumem suas escolhas centrados na família, a partir de um repertório cultural (fruto da coletividade) e de resistência que norteia suas estratégias de reprodução social.

Por outro lado, assume-se a hipótese de que, diante do desenvolvimento desigual que se cristalizou na região, como explicitado anteriormente, faz-se necessário interferências planejadas pelo Estado visando o Desenvolvimento Rural e provocando mudanças impossíveis de efetivarem-se apenas pela regulação do mercado. Dessa maneira, este capítulo disserta sobre o papel do Estado e suas intervenções históricas no Semiárido nordestino, além

das atuais políticas voltadas para o desenvolvimento rural, analisadas a partir dos dados obtidos na Pesquisa de Campo, da relação com os mediadores sociais e da visão dos próprios atores sociais.

Com isso, será possível elencar, a partir das experiências vivenciadas pelos agricultores familiares, quais as perspectivas e dinâmicas que se desencadeiam a partir das políticas que atingem o Semiárido brasileiro. Sabe-se que o Estado, durante décadas, atuou na perspectiva de combate às secas na região, baseado em diretrizes desenvolvimentistas ou assistencialistas, conforme fosse o público-alvo da política. Atualmente, segue um viés de “experimentalismo institucional”, que, de acordo com Diniz (2007), representa uma tentativa de se construir uma nova relação entre o Estado e a sociedade civil, na formulação e execução das políticas públicas, quer seja apropriando-se de práticas “bem sucedidas” das organizações sociais ou adaptando-as a novos programas sociais.

Assim, a partir de um discurso que visa a “emancipação” destas populações rurais, emergem novos atores sociais que ingressaram na disputa por projetos de desenvolvimento:

Neste contexto, são decisivos os aportes dos atores sociais com atribuições técnicas, políticas, metodológicas de ‘apoio e assessoria’ às organizações e movimentos sociais rurais, que, a partir de diferentes lugares de inserção social, direcionam seus recursos, seu tempo, seus conhecimentos específicos a diferentes projetos de convivência com a região semiárida paraibana. [...] o debate político-acadêmico acerca das potencialidades regionais, nas últimas três décadas do século XX, ressignificam as concepções de poder local, consistindo na espacialidade pensada como município, microrregião, região e, também, o movimento dos atores sociais como forças políticas na disputa de projetos de desenvolvimento (RAMOS, 2011, p. 36).

3.1 INTERVENÇÕES HISTÓRICAS DO ESTADO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

As intervenções do Estado no Semiárido foram norteadas principalmente pelas grandes secas que marcaram a história do Nordeste. Assim, conforme Silva (2006), o primeiro registro sobre medidas e decisões do Governo é relacionado à Seca de 1845, onde se determinava a busca de uma solução técnica e a execução de obras que pudessem superar os problemas ocasionados pelas prolongadas estiagens. Seguem-se diversas intervenções que se caracterizaram, principalmente, pela busca de uma “solução hidráulica”, com a construção de açudes e poços e, também, de estradas. O que também marcava a ação governamental, nessa época, era o assistencialismo imediatista e descontínuo, que se cristalizou na região por várias décadas.

Com a persistência e gravidade das secas, outras instituições foram sendo criadas: a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909 - que dez anos depois viria a ser denominada Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). O IOCS enfrentou escassez de verbas, mas deu continuidade à lógica tecnicista de combate às secas, não mitigando os milhares de vítimas da fome. Nos anos que seguiram à criação do IFOCS, foram empreendidos esforços intensificados. Conforme relatos de Villa (2000 apud SILVA 2006, p. 49), centenas de poços foram perfurados, mais de duzentos açudes e 500 quilômetros de pavimentação das estradas foram construídos entre 1920-22. Nessa época, com o término do Governo Epitácio Pessoa, os recursos minguaram e várias obras foram paralisadas, só havendo uma retomada com elevado aumento de recursos após o período historicamente instituído como “Revolução de 30”.

Em virtude da descontinuidade das obras e da inconstância dos recursos, a Constituição Federal de 1934 determinou o enfrentamento e uma permanente defesa contra os efeitos da seca, estabelecendo um percentual mínimo de 4% da receita tributária da União para este fim. Nesse mesmo sentido, o IFOCS, é convertido, em 1945, em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em busca de uma permanência na realização dessas obras. Aconteceram, com isso, mudanças de perspectivas a partir do gerenciamento dos açudes e um olhar para as famílias dos agricultores que povoavam as áreas dos açudes.

Oliveira (2003, p. 51) compreende que, com essas políticas, houve um significativo avanço no conhecimento físico do Nordeste, de suas potencialidades e limites, mas que não se avançou nada em termos de entendimento da estrutura socioeconômica da região. Para ele, embora alguns técnicos discordassem da política de obras executadas, houve tímidas iniciativas nesse sentido, como a obra famosa, de Guimarães Duque, “Solo, Água e Polígono das Secas”, na qual é denunciada a exploração dos camponeses pelos grandes fazendeiros; por outro lado, existia uma forte organização política, constituída pela oligarquia agrário-algodoeira-pecuária, que com sua representação política dava uma roupagem “socialista¹⁰” às ideias, denúncias e projetos de Guimarães Duque. O autor revela ainda um ponto crítico dessas políticas:

¹⁰A América Latina se caracteriza nessa época, como uma área explosiva. No Brasil, nas décadas 50 e 60, emergiu no nordeste um significativo movimento social no campo, amplamente, conhecido como “Ligas Camponesas”. Este Movimento lutou contra a exploração dos camponeses, a violência, a concentração de terras e pela aplicação dos direitos trabalhistas no campo. Dessa forma, foi tratado como “comunista” e perseguido duramente pela polícia e combatido pela igreja católica, particularmente após a ditadura militar. Seu grande líder foi Francisco Julião, que visava armar os camponeses, ideologicamente, para se libertarem “por suas próprias mãos” (BARRETO, 1963, p. 92 apud COHN, 1976, p. 74).

O DNOCS dedicou-se, sobretudo, à construção de barragens para represamento de água, [...] e a construí-las *nas propriedades* de grandes e médios fazendeiros: não eram barragens públicas na maioria dos casos. Serviam, sobretudo, para sustentação do gado desses fazendeiros, e apenas marginalmente para a implantação de pequenas ‘culturas de subsistência de várzeas’ [...] (OLIVEIRA, 2003, p. 54).

Como destaca o autor, regularmente as barragens eram construídas em propriedades privadas, além de serem construídas estradas através da mão-de-obra gratuita dos agricultores despossuídos. Essas construções se davam pelas chamadas “frentes de trabalho”, que consistiam em recrutar a mão-de-obra desocupada em virtude da estiagem e, como não recebiam salários, os trabalhadores recebiam, em retribuição, alimentos. Como os recursos do Estado sempre tardavam, os donos das propriedades se encarregavam de adiantar a “recompensa” e, depois, receber o repasse do Governo Federal dos respectivos valores.

Convém ressaltar que, além de estarem recebendo o beneficiamento em suas propriedades, sem custo algum, os grandes proprietários ainda obtinham outras vantagens. Os mantimentos, entregues aos trabalhadores, eram supervalorizados, o que fazia com que os “coronéis” se fortalecessem ainda mais, já que, além dos lucros financeiros, eram portadores do poder político, pois podiam barganhar a participação nas “frentes de trabalho” em troca de votos no período eleitoral.

Nesse contexto, percebe-se que há uma submissão dos agricultores familiares, despossuídos das condições mínimas de trabalho, aos grandes proprietários de terras, sob a tutela do Estado. Não havia uma política voltada para estes agricultores, mas eles eram utilizados como instrumentos para manutenção e fortalecimento das “elites” agrárias da época, ao passo que lutavam pela sobrevivência e manutenção de suas famílias.

O pensamento de Cohn (1976, p.44) corrobora com esta visão. Para a autora, as frentes de trabalho eram também uma estratégia para que os grandes proprietários não precisassem pagar os salários dos seus trabalhadores no período de menor atividade em suas terras – nas estiagens – e, também, para evitar a dispersão dessa mão de obra. Assim, reforça-se a ideia de que, nessa conjuntura, as próprias medidas do Governo Federal protegem e perpetuam a organização socioeconômica existente. Dessa forma, a elite agrária mantinha o *status quo* - o que lhes garantia o controle social e político no campo, a posse dos meios de produção e o acesso privilegiado às políticas públicas para satisfação dos seus interesses. E, exatamente por isso, estas políticas ficaram conhecidas como a “Indústria da Seca”; isto é, em síntese, o que Oliveira (2003) denomina de captura do Estado pelas oligarquias.

Andrade (1988, p. 49) afirma de forma contundente que a pobreza era útil a estes grupos dominantes, que detinham poder político para obterem mais recursos e favores oficiais. Destaque-se que, por outro lado, não havia uma ampla e consolidada organização social no campo, o que viria a alterar-se somente com o surgimento das Ligas Camponesas. A primeira organização desta natureza surgiu em Pernambuco, no Engenho Galileia, em 1955.

A partir dos anos 50 parece haver um novo direcionamento nas ações do Governo para este público que, até então, consistiam, essencialmente, no socorro aos “flagelados” da seca. Nos anos que antecederam o período de Juscelino Kubitschek, e paralelo com a tentativa de modernização do DNOCS, existiram importantes iniciativas no sentido de desenvolver o Nordeste, como a ampliação energética, com a criação da Companhia Hidrelétrica de São Francisco – CHESF (1948); e do Banco Nordeste do Brasil - BNB (1952), que nasceu com o propósito de fomentar o desenvolvimento da região. O início da política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-60) pautou-se na busca pelo crescimento econômico do país com a integração das áreas periféricas, visto que as desigualdades entre as regiões ficaram ainda mais latentes com o crescimento econômico do Sul do país.

Para Andrade (1988) e Cohn (1976), esta desigualdade adviria do controle da atividade industrial por uma área do país, enquanto o restante apenas fornecia mão de obra barata e matérias primas, o que também pressionava os salários para baixo. Nesse sentido, a estagnação e debilidade econômica do Nordeste não afetava o desenvolvimento econômico nacional, pelo contrário, favorecia-o, mas as tensões existentes foram consideradas um risco ao sistema federativo e à segurança nacional. Sendo assim, essa percepção, motivou algumas ações por parte do Estado.

O crescimento desigual do país trouxe inúmeras consequências sociais no campo. Com a promessa de uma melhoria de vida, muitos trabalhadores rurais e agricultores familiares deixaram seus lugares de origem - moradia e trabalho - e buscaram refúgio nas cidades polo do desenvolvimento industrial, o que acarretou um segundo problema: o do subemprego ou mesmo desemprego, verificado nas regiões urbanas (COHN, 1976, p. 77). Os salários mais altos e a expansão do urbanismo como modo de vida aumentaram as ondas de migração para o meio urbano. No entanto, o setor industrial não consegue absorver esse excedente de mão de obra do setor agrário, então, surgem nos núcleos urbanos os mocambos, as palafitas, que constituem essencialmente as populações marginais da região.

Visando reverter esse quadro, tem-se como marco no pensamento do desenvolvimento do Nordeste e das políticas que afetavam as populações rurais a criação do Grupo de Trabalho

para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), em 1956, liderado por Celso Furtado, que precedeu a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959. De forma inovadora, o Relatório GTDN diagnosticou as causas do subdesenvolvimento do Nordeste, desvinculando-as das condições naturais desfavoráveis e apontando causas de ordem política e econômica:

[...] a falta de obras de infra-estrutura, a necessidade de uma modernização agrícola que modificasse o caráter monocultor, com a implantação de propriedades familiares e policultoras, na melhor adaptação da economia nordestina às condições ecológicas, no desenvolvimento industrial que, oferecendo empregos, sustasse o movimento migratório, e na correção da política financeira a fim de que as divisas adquiridas com a exportação dos produtos nordestinos fossem utilizadas na industrialização da região e não desviadas para financiar a política de industrialização de áreas mais ricas (ANDRADE, 1988, p. 39).

É importante ressaltar que, embora a SUDENE e o BNB tivessem sido criados em anos de grandes secas, são resultados dessa “nova visão”, na qual os problemas nordestinos passam a ser tratados como problemas econômicos e não, exclusivamente, de engenharia hidráulica, visto que antes se superestimava o fenômeno da seca e se isolava do contexto econômico regional (CONH, 1976, p.61).

O BNB é o primeiro Órgão Federal para desenvolvimento do Nordeste com sede na própria região, inaugurando essa “nova era”, que trazia uma nítida ênfase ao fortalecimento econômico regional. Apesar disso, muitas de suas ações permaneceram favorecendo somente às elites agrárias. Alguns autores chamam a atenção para o fato de que os financiamentos deste banco eram, em sua maioria, direcionados para o fortalecimento de grandes e médios proprietários, principalmente criadores de gado, em detrimento dos pequenos produtores; orientando-se pela maximização dos lucros, pois, apesar de ser um banco público, não havia um nítido foco social (ANDRADE, 1984).

No início de 1959, foi criado o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) para implementar as diretrizes gerais da política econômica, proposta na criação da SUDENE, até que fosse aprovado o projeto de Lei da SUDENE, enviado ao Congresso. É nesse trâmite que se percebe a intensidade dos problemas políticos do Nordeste e toda a trama que envolve as precárias condições de vida e reprodução social dos agricultores familiares da região.

A letargia e a obstrução ao projeto lei da SUDENE vira notícia no Jornal do Comércio de 15/12/60, cujo extrato é citado por Amélia Cohn (1976, p. 138):

[...] há no Nordeste, por parte de políticos e interessados, o plano, claro, de torpedear a SUDENE, cujo papel constituirá um golpe de morte neste crime que

se vem perpetuando entre maus nordestinos de fazer da seca, do Nordeste e seus problemas, uma verdadeira indústria.

Essa tensão entre as elites agrárias surgiu porque se visualizou a subordinação do DNOCS (já “capturado”) à SUDENE; assim, estavam em risco espaços de poder privilegiados da política regional. Conforme a mesma, essa posição não era hegemônica. Alguns governadores apostavam na reforma e na inovação, enquanto as forças políticas conservadoras utilizaram as mais diversas estratégias: atacaram Celso Furtado, que coordenava todo o processo, de comunista; afirmaram que o projeto privilegiava alguns Estados em detrimento de outros; mantiveram o discurso do combate às secas, como prioridade; defenderam a existência de um suposto projeto contra o DNOCS, representativo dos interesses de grupos ligados à indústria. Pretendia-se, com isso, provar que os recursos seriam desviados do combate à seca para um grupo econômico, em detrimento do interesse geral dos “nordestinos”.

Alguns nomes em particular de destacaram nessa postura em favor do DNOCS e, não por acaso, a maioria destes pertenciam à Paraíba: Argemiro Figueiredo, Jacob Frantz, Raul Góes e Plínio Lemos, visto que esse posicionamento era típico dos Estados considerados mais pobres e menos industrializados, onde a predominância das elites agrárias sobre as “forças políticas urbanas” era maior. Por fim, sobre todas essas resistências, a SUDENE foi criada em 15 de dezembro de 1959. Sendo “resultante das tensões sociopolíticas nordestinas, representa uma acomodação entre os vários grupos em jogo, diante da impossibilidade de uma solução autônoma, no âmbito da própria região.” (COHN, 1976, p. 153).

A autora supracitada prossegue na avaliação da SUDENE. Em relação às indústrias de bens de consumo, assevera que o setor industrial foi a grande prioridade, uma vez que, na época, predominava-se a ideia de que a industrialização era a chave do desenvolvimento. Para atrair investimentos, havia diversos subsídios na região, que atraíram empresas do Sudeste ou multinacionais. Assim, por não serem empresas locais, os lucros obtidos eram transferidos e aplicados em outras áreas, não contribuindo expressivamente para acumulação regional.

A ação da SUDENE no setor agrícola pretendia ser enérgica, com uma modernização aliada às aspirações sociais, e, para isso, planejou efetuar financiamentos de obras de infraestrutura nas grandes propriedades, mas, para tanto, os proprietários deveriam doar parte das terras. Como essa era a época de efervescência das lutas no campo, tanto dos assalariados rurais pela aplicação da legislação trabalhista no campo, como dos camponeses, exigindo melhores condições de trabalho e remuneração, houve muita oposição a estas ações reformistas e, no fim, pouco foi feito (ANDRADE, 1984, p.40).

Com o Golpe de 64, muitos líderes camponeses foram presos e torturados, particularmente os ligados ao Partido Comunista (PC), às Ligas e certas correntes católicas; assim como houve mudanças profundas de gestão e uma relativa perda de autonomia da SUDENE (GARCIA JÚNIOR, 1989, p.82).

Com o imperativo da “industrialização do campo”, o Estado amplia os incentivos fiscais, facilitando empréstimos a proprietários rurais e a empresas que formulassem projetos de modernização pecuária e agroindustrial. Também houve um estímulo à irrigação com foco na agroindústria, além de ampliação nas estradas, redes de comunicação e sistema bancários, sendo que:

[...] houve um considerável crescimento em termos econômicos e estatísticos da região, mas o modelo de crescimento apresentado está divorciado da realidade existente, despreocupado com o ecológico e o social, tendo feito decair consideravelmente a qualidade de vida da população [...] em termos relativos, [pois o Nordeste] fica, em termos relativos, cada vez mais pobre, mais distante do Sul e do Sudeste do Brasil. (ANDRADE, 1988, p. 47).

Em síntese, optou-se pela modernização técnica e pela conservação das estruturas sociais e políticas. O crescimento econômico do sul do país tornava ainda mais nítido as diferenças regionais.

Quanto à estrutura agrária, Garcia Júnior (1989, p.82) informa que havia uma proposta de redistribuição fundiária do presidente deposto, João Goulart (1961-64), porém uma versão mais moderada do projeto fora aprovada após terem sido cassados os parlamentares mais progressistas. O Governo pretendia acalmar as “tensões sociais” no meio rural para poder promover a “modernização agrícola necessária”. É nesse contexto que se promulga o Estatuto da Terra (LEI 4.504 de 30/11/64).

Seguiu-se essa lógica modernizante até que, a partir da década de 70, houve uma imposição de programas tecnicamente bem elaborados, mas que fracassaram por refletirem modelos importados pelos técnicos de organismos internacionais, que começam a aumentar sua influência no país. Isto é manifesto pelos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), dentre os quais se encontra o Polonordeste de 1974, que, basicamente, investia em recursos para mecanização e irrigação (CHACON, 2007, p. 167). Nesse sentido, cabe refletir quais as consequências imediatas para os agricultores familiares desta orientação estratégica e política do Estado quando este investe na modernização técnica e conservação das estruturas sociais e políticas existentes.

José Graziano da Silva em seu livro “A modernização Dolorosa” explica que a agricultura passou por um “processo de industrialização” ao transformar-se de sua base

natural para fabricação dessas condições naturais. Entretanto, como os países da América Latina não se inseriram na onda mais dinâmica dessas transformações do capital sobre a agricultura, participando de uma industrialização tardia, o país submeteu sua agricultura a uma “modernização conservadora”, na qual o grande capital aliou-se ao latifúndio sob a égide do Estado, através de generosos subsídios, o que representa a dominação do velho capital comercial (exportação) e usurário, ao lado do moderno capital financeiro, reproduzindo, muitas vezes, formas arcaicas de trabalho. A existência das pequenas unidades familiares nessa nova conjuntura estaria subordinada ao grande capital através das relações de mercado, tanto na venda dos produtos como na compra de insumos. Assim, as precárias condições de existência do camponês o obrigam a assalariar-se parte do ano nas grandes propriedades, garantindo mão-de-obra na agricultura capitalista quando há maior necessidade (SILVA, 1981).

Não obstante, o sistema desenvolvimentista adotado no país provoca, além de uma acentuação da pobreza e da dominação que se exterioriza em várias consequências, o esvaziamento dos campos e o inchaço das cidades. Andrade (1988) faz uma interessante representação dos problemas do Nordeste. Quanto ao esvaziamento rural, o autor explica que, com o desenvolvimento da tecnologia agrícola, provocou-se uma uniformização da paisagem, com a expansão das monoculturas e ausência de moradores, pois milhares deles haviam sido dispensados, às vezes de forma violenta e hostil. Assim os agricultores familiares que iam para as cidades, sofriam com a incerteza do trabalho e com a falta dos alimentos que produziam no sítio cedido pelo “patrão”¹¹.

Por outro lado, os grandes proprietários não prescindiam totalmente da mão de obra barata destes agricultores e em algumas ocasiões sentiam “falta de braços” para suas propriedades. Como analisado anteriormente, as elites agrárias gozavam de elevado prestígio político e social. Então, para resolver este impasse, o governo implantou agrovilas, fixando os trabalhadores próximos às suas propriedades; assim, garantia mão de obra barata nas ocasiões de maior necessidade, tendo cuidado de fazer com que as áreas disponíveis para as famílias assentadas fossem tão pequenas que não garantissem sua manutenção, o que os obrigava a vender a força de trabalho aos grandes proprietários de terras. De forma contínua, a

¹¹Estas constatações trazem uma obrigatória ponderação sobre o sistema de moradia (ver fls. 39), que apesar de representar subordinação e exploração por todas as questões postas, representava, por outro lado, um mínimo de garantia, que era perdida quando os moradores optavam por migrarem e enfrentar todas as incertezas impostas pelo êxodo rural.

reprodução social destes agricultores e de suas famílias estava sempre vinculada e dependente, direta ou indiretamente, dos grandes proprietários de terras (COHN, 1976, p. 77).

Outra face dessa política modernizante é que os investimentos realizados nos anos de 1960 a 1980 provocaram mudanças diversas na infraestrutura básica e na indústria, promovendo um dinamismo econômico e altas taxas de crescimento. Todavia, esse processo caracterizou-se pelo caráter seletivo dos investimentos estruturais, provocando uma intensa heterogeneidade na região, verdadeiras “ilhas de prosperidade¹²”, pois ocorre em paralelo com o declínio da economia tradicional do Semiárido, tendo em vista que sucedeu a estagnação e a crise das culturas tradicionais, que tinham fundamental importância para a economia regional, como é o caso do algodão, do cacau e da cana-de-açúcar. Dessa forma, a miséria e as situações de calamidade voltavam à cena a cada grande seca, que trouxeram consigo, na década de 90, 2,1 milhões de pessoas para as Frentes de Emergência, especificamente nos anos de 92 e 93 (SILVA, 2006, p.76).

Havia um claro descompasso entre as políticas públicas existentes e as necessidades das populações rurais. Então, nas últimas décadas do século XX, destacam-se a voz de outros atores sociais e políticos, cujo esforço era comprovar a possibilidade de desenvolvimento sustentável no Semiárido, através de propostas de tecnologias apropriadas à realidade da região.

Uma mostra deste processo ocorre em 1982, através da EMBRAPA e a EMBRATER, com a divulgação de um documento intitulado “*Convivência do Homem com a Seca*”. Tratava-se de uma proposta simples, mas inovadora, pois pretendia a criação de infraestrutura de captação e armazenamento da água de pequeno porte em propriedades dos pequenos agricultores (SILVA, 2006, p.79). Note-se que a água era um dos principais meios de barganha das “elites agrárias” para obtenção de recursos para região. Dessa forma, promover uma tecnologia que trouxesse independência ao acesso à água às populações rurais seria um notável avanço. Além disso, nesta época, estava-se vivenciando uma grande seca, que durou de 1979-1983, e a resposta imediata do governo veio novamente na forma de assistência social aos “flagelados da seca”.

¹²Sobre essas ilhas de prosperidade, Furtado expõe que: “a Bahia teve um super-crescimento porque se beneficiou com o petróleo, mas do ponto de vista social é igual ou pior do que o Piauí, com imensa pobreza nas áreas rurais. É verdade que existe essa ilha de prosperidade entre Juazeiro e Petrolina – projeto a que dei início na SUDENE, e que resultou ser extraordinário –, mas isso é uma mancha, assim como no Rio Grande do Norte há também uma mancha de boa irrigação. [...] A verdade é que não há uma sub-região do Nordeste que seja socialmente homogênea (FURTADO, 1997, p. 379 apud SILVA, 2006, p. 75).

Os discursos, práticas e experiências de convivência com a seca emergem no cenário sociopolítico da redemocratização da sociedade brasileira. Estes processos são marcados por lutas sociais e políticas até então reprimidas pelo governo autoritário. Assim, a relação entre o Estado e a Sociedade assume, aos poucos, uma nova configuração social a partir deste viés democratizante, o que conduz a uma relativa participação da sociedade no planejamento e execução das políticas governamentais através de espaços de discussão que favorecem a participação dos atores sociais. Nessa perspectiva, a participação do público-alvo dos programas constituiu-se como um elemento relevante no final dos anos 80 e início de 90 na implantação das políticas públicas. Entretanto, por uma série de fatores, não se trata de um deslocamento do poder decisório para as mãos destes agricultores; o que se tem de concreto é a possibilidade de participação na construção de diversas políticas, mas a qualidade desta participação e o poder decisório permanecem demarcados pelas relações de poder (expressos politicamente ou pela força da técnica).

Nesse processo, inicialmente, o Estado opta pela definição do “público-meta”, a partir da população mais carente e, depois, parte-se para uma exigência efetiva da participação das comunidades a serem beneficiadas com os recursos. São inovações significativas, entretanto, não são espontâneas e, sim, frutos de pressões dos agentes financiadores. A ideia de participação passou a ser um elemento norteador para elaboração e avaliação de políticas públicas, visto que, até então, não se existia um único interlocutor dos beneficiários nos processos decisórios, e sim os tecnocratas definiam a implantação dos projetos de forma autônoma e autoritária (CHACON, 2007, p. 171).

Evidencia-se que um aspecto limitador é que a participação da sociedade nestas políticas partiu de um imperativo externo e não de uma mudança de postura da comunidade. Assim, a participação dos agricultores era, em sua grande maioria, fictícia e utilizada pela forma de destinação dos recursos do Governo:

Muitos associados não tinham ideia da razão pela qual eram solicitados a pôr sua assinatura ou a marca do polegar em uma lista passada por algum líder político local ou mesmo por algum comerciante. [...] O sertanejo continuava apenas um objeto manipulável, que justificava programas e trazia novas verbas. (CHACON, 2007, p. 172).

Compreende-se, entretanto, que havia reações a estas práticas e um inconformismo pela continuidade dos mesmos problemas na região, em maior ou menor grau. Como parte dessas lutas, foi criado, em 1993, o Fórum Nordeste, que exigia ações permanentes para o desenvolvimento do Semiárido. Em resposta, o Governo formulou o “Projeto Áridas”, que expressa uma preocupação com o meio ambiente e com a melhoria da qualidade de vida das

populações da região, a partir da geração de emprego e renda. As respostas do Estado são parte desta nova conjuntura. Note-se que, até então, as políticas favoreciam quase exclusivamente as “elites agrárias” locais, essa nova configuração emerge com a redemocratização do Estado, inserindo-se a experiência da atuação e participação dos agricultores familiares nas políticas que lhes são pertinentes, embora com fortes traços limitadores, como apontado anteriormente.

Na próxima seção, serão analisadas as políticas públicas que influenciam notadamente a vida no campo hoje, assim como será observado este componente relativo à “participação” dos agricultores nas formulações das políticas para o campo. Inicialmente, por se tratar da política mais antiga, é relevante compreender o papel da Previdência Rural na vida dos agricultores familiares e também, de forma mais simplificada, o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores rurais. Registre-se que estes espaços no campo dos direitos e das políticas públicas foram garantidos a partir de um histórico de lutas sociais como explicitado ao longo deste capítulo; por isso, em uma esfera mais ampla, rejeita-se neste estudo a figura do “agricultor familiar” como uma produção do Estado, mas se percebe, por trás da legitimidade que este termo goza atualmente, um retrato deste processo histórico ora relatado.

3.2 DIREITOS TRABALHISTAS E PREVIDÊNCIA RURAL

Em um contexto de lutas camponesas, como apontado na seção anterior, que, em 1955, constituiu-se uma contribuição obrigatória sobre a remuneração paga aos trabalhadores rurais, foi instituído o Serviço Social Rural. Em uma sequência de lutas, em 1963, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, através da Lei 4.214, que lhes garantiu repouso semanal, piso salarial, férias remuneradas, jornada de trabalho, dentre outros direitos, além de estabelecer a Previdência ao trabalhador rural e aos seus dependentes. Até então, estes direitos só eram previstos aos empregados urbanos.

A legislação social no campo era frequentemente ignorada, apesar disso: “Se o *morador* não estivesse contente com [...] o *senhor*, tinha a possibilidade efetiva de ‘ir buscar seus direitos’, primeiro através do sindicato, mas também através da Justiça ou da Inspeção de Trabalho [...]”, o que antes do Estatuto, era impossível (GARCIA JÚNIOR, 1989, p.83).

A Previdência ao trabalhador rural se efetiva em 1971, com a instituição do fundo denominado FUNRURAL, que garantia benefícios, como: aposentadoria por invalidez, pensão por morte aos dependentes e aposentadoria por velhice, que correspondiam a 50% do

salário mínimo e se restringia ao chefe da unidade familiar (arrimo da família) aos 65 anos de idade.

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, há uma equiparação do trabalhador rural ao urbano. Isso inclui igualdade quanto ao valor do benefício - que passa a ter garantia de um salário mínimo integral ao invés do meio salário; institui-se, também, a figura do “segurado especial¹³”, que se aposenta aos 55 anos (mulher) e 60 anos (homem); a aposentadoria passa a ser concedida aos dois cônjuges, pois não há mais a restrição de ser direito somente do arrimo da família. O agricultor familiar é classificado como “segurado especial” pelo fato de perceber os benefícios da Previdência Social, que é um sistema contributivo, sem, no entanto, prestarem a contribuição monetária nos moldes dos demais segurados.

Hoje, inúmeras pesquisas atestam o peso da Previdência rural para sobrevivência no campo. Destaca-se a pesquisa realizada por Caldas e Anjos (2007), no Rio Grande do Sul, que constata que os recursos previdenciários financiam, indiretamente, as atividades produtivas, ao invés de servirem como instrumento exclusivo de sobrevivência dos beneficiários. Os autores afirmam que em torno de 40 a 66% dos estabelecimentos consultados informaram o uso dos recursos previdenciários para financiar atividades agropecuárias. Nas conclusões, afirmam que:

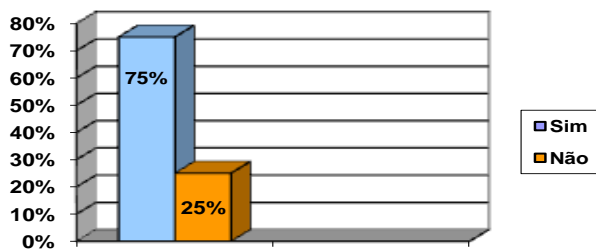
Mesmo entre localidades com alto Índice de Desenvolvimento Humano, a previdência social é um dos grandes esteios da economia local. Para municipalidades submetidas a condições exatamente opostas, a previdência ergue-se como instrumento por meio do qual se torna possível garantir a permanência de pessoas no campo e nos pequenos municípios brasileiros. (CALDAS; ANJOS, 2007, p. 155).

A partir destes dados secundários, buscou-se na Pesquisa de Campo realizada em Remígio - PB identificar a relevância das rendas obtidas através da Previdência Social para manutenção das famílias entrevistadas, e particularmente, se também havia o uso desta renda no financiamento das atividades agrícolas, mesmo que isto representasse um investimento “incerto”.

¹³ Conforme a Lei 8.212 de 24/07/91 *segurado especial* é a pessoa que explore atividade agropecuária, na condição de produtor (proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais), em área de até quatro módulos fiscais, ou exerça atividade de seringueiro/extrativista vegetal ou pescador artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, sem a utilização de empregados permanentes. A contribuição ocorre somente quando o produtor comercializa a pessoas jurídicas, que ficam obrigados a descontar o percentual de 2,3% incidente sobre o valor bruto da comercialização do produtor rural e efetuar o respectivo recolhimento ao INSS.

Assim, das vinte unidades familiares entrevistadas, doze afirmaram perceber benefícios previdenciários e/ou assistenciais (no caso o Benefício de Prestação Continuada – BPC ao Portador de Deficiência Física), o que representa 60% das unidades familiares. Quanto ao uso desses recursos na atividade produtiva, o resultado se vê no seguinte gráfico:

Gráfico 3 – Utilização do benefício previdenciário ou assistencial na Agricultura



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Embora esta não seja uma política que vise propriamente o desenvolvimento rural, há um reflexo imediato desta política no estímulo à permanência do homem no campo, de preservação dos espaços rurais evitando a desertificação, mantendo-o um espaço com “vida”, em suas diversas expressões. Então, além dos aspectos sociais, de proteção ao trabalhador e sua família, que é o cerne da política previdenciária, há um reflexo positivo desta renda na manutenção e viabilização da produção agrícola de agricultores familiares mais fragilizados e descapitalizados e, também, nas questões inerentes à preservação das áreas rurais.

Não é difícil compreender a importância da Previdência Social à permanência do homem no campo. Um dos agricultores entrevistados destacou-se em seus relatos: nos próximos anos ele irá completar os requisitos para a aposentadoria por idade rural e, apesar da desmotivação em exercer a atividade rurícola, afirma expressamente que não abandona a atividade para não perder o direito ao benefício, se não fosse isso, teria seguido o caminho de seus irmãos e somado às estatísticas do êxodo rural da região.

Outro viés deste processo se revela na fala dos próprios agricultores, no que se refere às motivações dessa destinação da renda. Antônio de Melo (56 anos) relatou na entrevista que só durante o ano de 2011, já havia investido mais de dois mil reais no “roçado”, com o pagamento dos trabalhadores e com a compra das mudas. Afirma, ainda, que nos últimos dois

anos teve prejuízo com a agricultura, pois não conseguiu lucrar com as plantações, mas, continua tentando, pois lhe parece ser a única alternativa. A família recebe três benefícios previdenciários (a esposa recebe auxílio-doença; sua madastra pensão e aposentadoria).

Enquanto José Antônio (63 anos), apesar de estar com a saúde debilitada, não quer deixar o roçado: todo trabalho no sítio é pago e afirma que, mesmo que viesse a morar “na rua”, por conta da violência, viria todos os dias na sua “terrinha” trabalhar. O resultado do plantio é praticamente para o consumo da família e há dois anos não lucrou nada por conta da escassez de chuvas. Apesar de contrariar a lógica econômica (retorno do investimento), o agricultor não hesita em permanecer exercendo a atividade rural.

Geraldo Batista (74 anos) é aposentado por invalidez há alguns anos e sua esposa, Rita (65 anos), é quem administra o sítio. Ela conta com detalhes acerca dos custos da atividade agrícola financiado pelas duas aposentadorias da família:

Com a roça, eu tenho muita despesa. Porque olhe, esse ano da minha aposentadoria eu comprei dois carros de estrume, eu ainda to devendo um. Eu comprei por R\$300 cada carro de estrume [...] tirei da aposentadoria porque não tem outro meio né... aqui não tem renda de nada. A própria agricultura do ano passado não deu para eu.. quer dizer, já diminui da renda de casa, das coisas de casa. [...] Aí quando dá, a família tá boa de saúde, aí eu vou e emprego um pouquinho porque eu gosto do meu roçado, gosto da minha agricultura, chega uma pessoa eu tô com os sacos cheio de feijão, eu dou um cozinhado a “a” e a “b”, aí eu me alegro por isso, mulher.

Eu faço tudo pago, sai da aposentadoria. É R\$20 o dia, agora há dois anos eu empeleito, empeleitar você sabe o que é né ...eu já tenho aquele total, paguei tá feito o serviço aí... depende do tamanho do roçado, esse ano eu empeleitei por R\$350 (Rita Batista, 65 anos).

É interessante observar nestes relatos que nem sempre o que se espera é uma produção suficiente para comercialização, mas o que importa, realmente, é o prazer de manter uma pequena produção para o consumo da família. Note-se a importância que a agricultora demonstra em ter algo a oferecer, ela não quer ser uma agricultora de “mãos vazias”, pois a fartura de alimentos é um desejo vital ao homem do campo. Esta evidência corrobora o conceito de “mundo rural” desenvolvido por Wanderley (2009). Não se trata de uma relação meramente econômica e produtiva com a terra, há uma identidade que perpassa o mundo do trabalho, pois neste espaço comungam as diversas esferas da vida: o campo é um lugar de moradia, de trabalho e de laços sociais. O sítio representa o pulsar da própria vida do agricultor, assim, vida e trabalho tornam-se dimensões inseparáveis.

Dentre as unidades pesquisadas, o plantio das culturas tradicionais, milho e feijão, são geralmente para o autoconsumo; o pouco excedente é comercializado para incrementar a renda da família. Como muitos agricultores não têm mão de obra familiar suficiente, é preciso

contratar terceiros na forma de “diarista”, isso inviabiliza o plantio em maiores quantidades para comercialização, e, por isso, é feito basicamente para consumo. Todos entrevistados que afirmaram utilizar os recursos dos benefícios na agricultura mencionaram o pagamento de diaristas para auxílio nos trabalhos do campo. O senhor Abel (71 anos) explica que:

Se for pagar é 20 reais o dia, trabalha 5 dias por semana vai embora cem reais né? For botar a despesa da feira, não cabe não, o dinheiro da aposentadoria vai embora somente nessas coisas, porque a gente não apura nada né? E outra coisa assim olhe, primeiramente Deus, segundo a aposentadoria, porque se não fosse a aposentadoria não tinha um bodegueiro que vendesse um maço de fósforo, um... até a um morador da minha qualidade, não ia com dinheiro pra vender.

Já Francisco de Assis (71 anos) relata a importância da aposentadoria rural. Primeiramente, afirma que investe a aposentadoria na agricultura: “é onde eu boto todinho, eu pago ajudante para ajudar eu, porque uma pessoa só não pode movimentar o que eu movimento, cinco quadras, e ainda cuidado de dez reis, o gado que tem aí tudo é meu”. E complementa:

A agricultura antes era mais difícil, era tudo mais curtinho, a pessoa comia do trabalho que a pessoa trabalhasse. Hoje o povo come do que o governo dá. Se não fosse isso de ter o governo assumir, assumir muita gente, como é que tava esses velhos? Com essa arrumação que existe agora? Queria saber onde era que tava? Se não tava com uma cuinha na feira pedindo. É porque hoje todo mundo tem seu salariozinho, tem a feira do domingo garantida. Justamente como é essas mães de família, que recebe o Bolsa Família, tem as coisas para ajudar um filho. Naquele tempo não tinha nada não, fazia um empréstimo no banco para pagar com a safra do feijão, se não pagasse, eles vinham e tomava o que a pessoa tinha. Agora não, a pessoa vai pagando pelo salário que recebe (Francisco de Assis Félix, 71 anos).

Considerando a percepção deste agricultor, torna-se evidente a importância da renda Previdência Rural para reprodução social destas famílias e o resgate da dignidade dos idosos, muito embora, em conversas informais durante a pesquisa, alguns agricultores tenham relatado, insatisfeitos, que há muitos filhos de agricultores que não se envolvem nas atividades agrícolas e passam a depender inteiramente da renda dos idosos da família. Uma das queixas é que haveria, por conseguinte, uma escassez de mão de obra para trabalhar no “alugado”. Esse desapontamento não é algo recente. Na pesquisa de campo realizada por Garcia Júnior (1989, p.88), um fazendeiro entrevistado em 1980 tece um comentário preocupado com a diminuição do número de moradores imigrantes: “O salário elevou-se demais pela falta de gente. Eu me queixo muito da aposentadoria do velho. O velho aposentado não trabalha mais. Pega o dinheiro, dá aos filhos e eles vão embora para o Sul”. O empregador lamentava a perda de mão de obra barata e o fato de seu poder econômico não ser mais exclusivo, existiam outras fontes de renda, nas quais ele não poderia interferir.

Além das nuances já expostas sobre a importância da Previdência Social no campo, é importante destacar estes números, pois as estatísticas apontam que os municípios pequenos, em sua maioria, têm sua economia movida a partir das rendas da Previdência Social. O estudo realizado pelo Ministério da Previdência Social comprova que os cerca de 29 milhões de benefícios pagos transferem renda dos municípios mais ricos para os mais pobres do país, contribuindo, de forma decisiva, para a redução das desigualdades regionais e intermunicipais. Desta maneira, os benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS são responsáveis pela retirada de cerca de 23,1 milhões de brasileiros da situação de pobreza. Como apontado pelo estudo citado, em 2010, 3.875 cidades contaram com pagamentos da Previdência superiores ao do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ou seja, quase 70% do total (FRANÇA, 2011), o que demonstra a fragilidade econômica destes municípios brasileiros, que dependem precipuamente da transferência de rendas para sobrevivência de suas populações, não havendo o desenvolvimento de suas potencialidades de forma autossustentável.

No município estudado, durante o ano de 2010 foram injetados através dos *benefícios rurais* da Previdência Social R\$17.611.137 (dezessete milhões, seiscentos e onze mil e cento e trinta e sete reais); este valor foi três vezes maior que a transferência do Governo Federal através do Fundo de Participação dos Municípios – FPM (Art. 159 da Constituição Federal - 1988) do mesmo ano, que correspondeu a R\$ 7.570.775 (sete milhões, quinhentos e setenta mil e setecentos e setenta e cinco reais (FRANÇA, 2011).

Torna-se evidente que esta política tem um papel fundamental para a redução da pobreza nas áreas rurais. Entretanto, apesar de tamanha importância econômica, não se trata de uma política desenhada para a região, mas de uma política nacional que a beneficia de forma particular, como destaca a economista Tânia Bacelar de Araújo em entrevista no ano de 2008¹⁴:

O Nordeste mudou pelas políticas nacionais. Elas beneficiaram a maioria da população, chegaram ao Nordeste e tiveram impactos muito relevantes [...] Com 28% da população brasileira e metade dos pobres do país, [...] O Nordeste já tinha se beneficiado com a Constituinte quando ela ampliou a previdência rural. Hoje tem seca no Nordeste e ninguém ouve falar, porque lá no miolão do Semiárido chegou a previdência rural. Há, aí, uma transferência de grande significado financeiro. Em alguns municípios, a do INSS é maior do que a do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) que a União repassa às prefeituras. Segurou a população mais vulnerável do semi-árido, ela ficou no meio rural.

¹⁴Disponível em: <http://www.zedirceu.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4181&temid=61>. Acesso em 12/11/11.

Apesar das dinâmicas positivas geradas por essa política pública, no campo produtivo, social e ambiental, essa repercussão se deve às próprias características da região, a falta de geração de renda dessas populações rurais, a precariedade das condições de vida e miserabilidade a qual estas populações estão sujeitas. Ao passo que um recurso externo é injetado em uma comunidade rural, sem uma contrapartida específica, aproxima-se do estéril assistencialismo, pois apesar de esta ser uma grande conquista do trabalhador rural, diferente das outras categorias de trabalhadores, não há a contribuição monetária para o segurado especial acessar aos benefícios previdenciários.

A Seguridade Social no Brasil firmou-se na Constituição Federal/88 com os seguintes pilares:

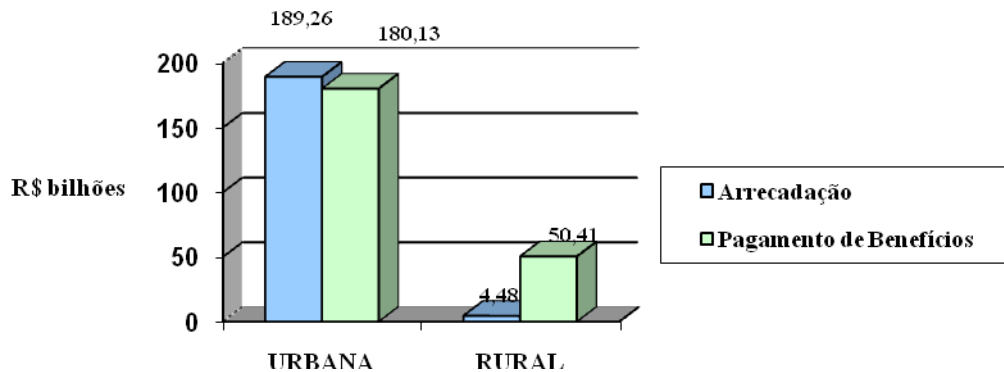
Figura 2 – Pilares da Seguridade Social no Brasil



Fonte: Ministério da Previdência Social – MPS.

Note-se que, das três vertentes da Seguridade Social no país, apenas uma delas é *contributiva*: a Previdência. Porém, como já visto anteriormente, os agricultores enquadrados como “segurado especial” não contribuem monetariamente para o regime, bastando somente comprovar a sua condição de agricultor nos moldes previstos em Lei. A contribuição ocorre somente quando o produtor comercializa a pessoas jurídicas, que ficam obrigados a descontar o percentual de 2,3% incidente sobre o valor bruto da comercialização do produtor rural e efetuar o respectivo recolhimento ao INSS.

Gráfico 4 – Arrecadação líquida, despesas com benefícios previdenciários segundo a clientela – acumulado até outubro de 2011



Fonte: MPS/SPPS, 2011

Como não há uma fonte de financiamento específica para a cobertura previdenciária do segurado especial, os benefícios são pagos da arrecadação global, o que gera um desequilíbrio atuarial nas contas da Previdência Social, como se vê no Gráfico 4.

A arrecadação “rural” não é capaz de financiar nem 10% dos benefícios pagos aos segurados especiais, logo, essa diferença é custeada pela arrecadação relativa aos empregados urbanos. Não se questiona a relevância desta política para o meio rural hoje, particularmente no nordeste brasileiro. A questão é: se essas populações tivessem um tratamento igualitário (entre trabalhadores rurais e urbanos) – como cidadãos plenos – com educação e oportunidades de desenvolvimento que respeitassem os valores e necessidades específicas do meio rural, além do acesso a relevantes recursos financeiros no auge de sua vida laboral para dedicarem-se e, a partir dos saberes locais e estratégias compartilhadas, a agricultura familiar e geração de renda no campo, a realidade ao chegarem à velhice não seria outra, mais favorável, o que dispensaria este tratamento diferenciado e repleto de limitações?

O direcionamento histórico de investimentos do Estado no urbano gerou tamanha discrepância que estes trabalhadores rurais foram reconhecidos como “incapazes” de financiar a própria Previdência, como o fazem os demais. Em virtude disso, criou-se um tratamento diferenciado no âmbito do Regime Geral de Previdência Social, que contraria o princípio da contributividade. Ressalte-se que os benefícios previdenciários aos segurados especiais são previstos exclusivamente em um salário mínimo e o processo de comprovação da atividade rural no âmbito do INSS gera inúmeras dificuldades aos trabalhadores e abre portas as mais diversas fraudes.

Defende-se, portanto, não a extinção da previdência ao trabalhador rural, mas um aperfeiçoamento das formas de financiamento para evitar um desequilíbrio atuarial e ameaça ao sistema previdenciário do país, além do tratamento isonômico e equitativo por parte do Estado, com a oferta de recursos que possibilitem, de fato, a ascensão das famílias rurais, para que desenvolvam suas atividades de maneira sustentável e não careçam dessa diferenciação por incapacidade contributiva.

Prosseguindo no histórico das políticas públicas que tencionaram a melhoria da qualidade de vida das populações rurais, será apresentado o Programa Um milhão de Cisternas, voltado para o Semiárido, que pode ser lido como um marco da atuação do Estado em parceria com algumas articulações sociais existentes no campo.

3.3 PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS

O Programa “Um milhão de Cisternas” tornou-se um marco nas relações de gestão de políticas públicas no meio rural, particularmente na articulação do Estado com outros atores sociais em ações que visam a convivência com o Semiárido.

O surgimento deste programa foi provocado pela mobilização da sociedade, inconformada com as inadequadas ações do poder público para a região nordestina. Diante de uma grave seca no final da década de 90 é que, paralelo ao evento oficial que ocorria em 1999, na cidade de Recife – PE, a 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca – COP3, organizada pela ONU, surge o Fórum Paralelo da Sociedade Civil, que aglomera diversas organizações e traz grande repercussão às questões do Semiárido.

É nesse contexto, que nasce o embrião do que viria a ser a Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA Brasil, a partir da congregação de cerca de 750 entidades: igrejas, ONGs ambientalistas, sindicatos rurais, organismos de cooperação internacional, dentre outros, tendo como base a “Declaração do Semiárido”, que visava unificar as vozes de diversos segmentos da sociedade civil em torno de um ponto central - a convivência com o Semiárido (DINIZ, 2007, p. 58).

Este documento serve de referência, um manifesto de constituição da Articulação do Semiárido (ASA), como se depreende desse trecho da Declaração de Convivência com o Semiárido de 26/11/99, divulgado no Portal da ASA Brasil:

A descentralização das políticas e dos investimentos, de modo a permitir a interiorização do desenvolvimento, em prol dos municípios do Semiárido; A priorização de investimentos em infraestrutura social (saúde, educação,

saneamento, habitação, lazer), particularmente nos municípios de pequeno porte; Maiores investimentos em infraestrutura econômica (transporte, comunicação e energia), de modo a permitir o acesso da região aos mercados; Estímulos à instalação de unidades de beneficiamento da produção e empreendimentos não agrícolas; A regulação dos investimentos públicos e privados, com base no princípio da harmonização entre eficiência econômica e sustentabilidade ambiental e social (ARTICULAÇÃO..., 2012, s.p).

Sob o princípio da convivência com o Semiárido, a ASA Brasil empreendeu um amplo processo educativo de capacitação e mobilização social das famílias agricultoras. No ano de 2000, com o apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), materializou-se na construção de cisternas para captação de água das chuvas, no que ficou denominado de PIMC (Programa de Mobilização Social: Um Milhão de Cisternas Rurais), esta meta foi estabelecida a partir do “Governo Lula”. De acordo com Diniz (2007, p. 60) “Fato é que, tendo a cisterna¹⁵ como elemento mobilizador da diversidade de atores e organizações sociais presentes na região, a intenção do programa foi – e está sendo – de mostrar que é possível viver no Semiárido, valorizando a ‘força do seu povo’”.

Apesar dessa não ser uma construção isolada, mas parte de um contexto mais amplo, foi a partir deste Programa que se materializou uma nova relação entre o Estado e a Sociedade Civil, denominada por Diniz (2007) como “experimentalismo institucional”. O autor assegura que o empenho do Governo Federal no início do Governo Lula, com ampla destinação de recursos ao projeto, despertou o interesse dos governos estaduais e municipais do Semiárido, o que provocou tensões, pois a ASA temia o uso “eleitoreiro” dessa política, retornando-se a práticas históricas de dominação e dependência das populações mais pobres. Para garantir seu espaço de influência, a ASA passa a negociar com o Governo Federal, buscando ampliar o foco do debate, que fora reduzido para construção das cisternas, quando o Programa se propunha a uma reflexão bem mais ampla, vinculada ao desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas, da segurança alimentar e da sustentabilidade.

A construção social de políticas públicas, no nordeste em particular, é até certo ponto virtual. Mesmo diante do êxito do PIMC, o discurso da ASA informa uma luta pelo desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas destes atores sociais, e a própria instituição vê a iminente possibilidade de este programa ser capturado pelos poderes locais e

¹⁵ Essas cisternas tem características bem particulares, trata-se de uma tecnologia simples e de baixo custo. Suas placas são construídas de cimento pela própria comunidade, assim como, a construção da cisterna é feita por pedreiros da localidade, capacitados pelo Programa, em contrapartida a família participa do processo de construção e obtém a capacidade de armazenar até 16 mil litros de água, quantidade suficiente para uma família de cinco pessoas enfrentar o período de estiagem da região (Fonte: < <http://www.asabrasil.org.br>>).

utilizado como “moeda de troca” no mercado eleitoral. É provável que por tratar-se de uma política que gerenciava muitos recursos, há traços de disputas por espaços e poder, porém, esta cautela da ASA tem reais fundamentos: a tendência histórica é que a participação do público-alvo das políticas seja instrumentalizada pelas suas “tutelas”, pois a dependência das comunidades rurais da oligarquia política local e regional continua extremamente forte (SABOURIN, 2009).

Quanto ao seu fim precípua, o saldo do Programa é positivo. Quase a totalidade das unidades familiares entrevistadas em Remígio possui em sua casa uma cisterna, que lhes garante água para o consumo durante o período de estiagem. Em determinadas localidades, ainda é necessária a vinda de água pelo Exército, o que é mencionado pelos agricultores como algo indesejável. Há uma expressão de autonomia e segurança em ter o acesso facilitado à água, o que representava um dos aspectos mais críticos para manutenção das famílias na região do Semiárido nos períodos de estiagem.

3.4 POLÍTICAS ATUAIS: PRONAF; PAA E PNAE e seus reflexos em Remígio – PB

Como foi dito anteriormente, na década de 90 emergiram vários movimentos sociais após a redemocratização do Estado; e é nessa conjuntura que a categoria “agricultura familiar” passa a ser legitimada no âmbito das políticas públicas. Schneider e outros (2004, p. 2) consideram o movimento sindical dos trabalhadores ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e ao Departamento Nacional Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR-CUT), um fator decisivo para a mudança nos rumos do desenvolvimento rural no país, pois estas entidades passaram a reivindicar a chamada “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares que seriam afetados pelo processo de abertura comercial da economia, na ocasião influenciado pela criação do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

Embora esta noção de “agricultura familiar” abarque formas e racionalidades múltiplas, gerando intensos debates em torno destas controvérsias, é a partir desse momento histórico - década de 90 - que se desenha uma política nacional voltada para este segmento. Conforme dados do IPEA (2011), a agricultura familiar corresponde a 84% dos estabelecimentos rurais no país e, apesar disso, até então, era um universo completamente ignorado.

Com o discurso de um novo paradigma de desenvolvimento rural, constituiu-se, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, “[...] com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (BRASIL, 1996).

O Programa foi concebido para gestão em parceria com os agricultores familiares e suas organizações. E, por ser a principal ação do Governo para agricultura familiar e permanecer até os dias atuais, o PRONAF, será apresentado a partir de diagnósticos realizados por alguns estudiosos, assim como, a partir das perspectivas dos beneficiários entrevistados na pesquisa de campo realizada no município de Remígio - PB.

Entre as principais mudanças ocorridas ao longo da trajetória do PRONAF, a criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999, no Governo de FHC, foi a mais significativa; ocasião em que o PRONAF deixa de ser vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Rural, e, no lugar desta, foi criada a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). Nessa nova estrutura organizacional, a agricultura familiar ganhou mais visibilidade e espaço.

No início do “Governo Lula”, no âmbito do MDA, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), que passou a definir e gerenciar a modalidade do PRONAF Infraestrutura e Serviços municipais. O objetivo desta Secretaria é melhorar as condições de produção e de infraestrutura nos municípios rurais, onde a agricultura familiar representa um papel estratégico na economia local. O enfoque territorial traz como pressuposto o envolvimento dos diversos atores sociais no planejamento das políticas públicas. Nessa perspectiva, se define Território como:

[...] um espaço de vida de uma sociedade local, que tem uma história, uma dinâmica social interna e redes de integração com o conjunto da sociedade na qual está inserida. É a unidade de intervenção reconhecida pelos poderes públicos, através de um programa de desenvolvimento resultante da convergência, no plano local, das demandas e iniciativas locais e dos grandes projetos nacionais e supranacionais (WANDERLEY, 2009, p. 231).

O Território Rural da Borborema foi homologado em 29 de julho de 2003, imediatamente após a constituição do Programa de Territórios Rurais de Identidade da por meio da SDT. Na verdade, o que ocorreu foi a legitimação por parte do Estado de um “território” já consolidado, fruto de uma intensa articulação regional, que se destacou pela forte presença da sociedade civil, capacidade de ação coletiva e de iniciativas locais, além da integração de agências e políticas governamentais com representações de agricultores

familiares e organizações não-governamentais (como o Pólo Sindical da Borborema, a ASA/PB e a ASPTA/PB, (DELGADO, 2010, p. 46).

Ainda segundo o Autor, a motivação desta participação da sociedade expressa seu descontentamento com a atuação tradicional do poder público local, bastante associada ao clientelismo. Este descontentamento da sociedade civil se reascendeu quando da ampliação do Fórum, com o lançamento do programa Territórios da Cidadania em fevereiro de 2008, em virtude do modelo de composição paritária do poder público e da sociedade civil, havendo receio de que houvessem prejuízos ao poder das representações da sociedade civil, porém, a tradição e consolidação do Fórum com acentuado protagonismo da sociedade civil, aliado à pouca participação dos representantes do poder público, têm assegurado à sociedade civil a priorização de seus objetivos; por outro lado, reconhece-se que para viabilizar ações e projetos na escala territorial é essencial uma maior participação do poder público.

O Território da Cidadania Borborema, do qual Remígio faz parte, se caracteriza pelo pluralismo: desde o período inicial de ocupação, é marcado pela força de uma policultura diversificada complementada e pela criação extensiva de gado, com a presença de “relações arcaicas” de trabalho, em especial, do sistema morador. Destaca-se, ainda, pelo forte adensamento populacional, tendo sido palco dos vários ciclos econômicos, como o do fumo, do café, do sisal e também da cana-de-açúcar. Porém, com a expansão do plantio da cana-de-açúcar e da pecuária, há um declínio da exploração da terra na forma de parceria e da cessão do sítio aos moradores e, em uma conjuntura mais ampla, intensifica-se a concentração fundiária e o êxodo rural (GONÇALVES, 2004, p.3).

Conforme classificação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, este Território abrange uma população de aproximadamente 670 mil pessoas e Remígio é considerado, pelos critérios do IBGE, um município *predominantemente urbano*.

Não obstante, torna-se evidente a fragilidade desta divisão entre o rural e urbano, pois os aspectos econômicos do município (que serão vistos adiante) demonstram que Remígio possui um reduzido número de postos de trabalho na indústria e comércio, o que leva a dedução que se trata de um município eminentemente rural, mas os dados estatísticos negam isto por uma incoerente metodologia de discriminação destes municípios.

Quadro 2 - Aspectos Populacionais do Território da Borborema

Município	População Total	Rural		Urbana		Área (Km2)	Densidade Demográfica
		Nº Absolutos	%	Nº Absolutos	%		
Campina grande	385.213	18.004	5%	367209	95%	594,179	648,31
Queimadas	41.049	18.813	46%	22236	54%	401,774	102,17
Esperança	31.095	9.464	30%	21631	70%	163,78	189,86
Solânea	26.693	7.361	28%	19332	72%	232,094	115,01
Lagoa Seca	25.900	15.330	59%	10570	41%	107,589	240,73
Areia	23.829	9.231	39%	14598	61%	269,492	88,42
Alagoa Nova	19.681	9887	50%	9794	50%	122,25	160,99
Remígio	17.581	4.628	26%	12953	74%	177,998	98,77
Puxinanã	12.923	8.706	67%	4217	33%	72,68	177,81
Massaranduba	12.902	8.418	65%	4484	35%	205,956	62,64
Arara	12.653	3.729	29%	8924	71%	99,111	127,66
São S. Lagoa de Roça	11.041	6.382	58%	4659	42%	49,923	221,16
Casserengue	7.058	3.600	51%	3458	49%	201,38	35,05
Serra Redonda	7.050	3.442	49%	3608	51%	55,905	126,11
Pilões	6.978	3.646	52%	3332	48%	64,446	108,28
Areial	6.470	1.870	29%	4600	71%	33,142	195,22
Serraria	6.238	2.771	44%	3467	56%	65,299	95,53
Borborema	5.111	1.379	27%	3732	73%	25,979	196,74
Montadas	4.990	1.834	37%	3156	63%	31,587	157,98
Matinhas	4.321	3.639	84%	682	16%	38,123	113,34
Algodão de Jandaíra	2366	1.135	48%	1231	52%	220,248	10,74

Fonte: IBGE, 2010.

Há uma falência no sistema de caracterização dos espaços urbanos. Diversas localidades, apesar de não terem os equipamentos urbanos mínimos, são chanceladas como cidades pelos critérios do IBGE, visto não considerar-se a densidade populacional, formando verdadeiras “cidades imaginárias”, na feliz expressão utilizada por Veiga (2007, p. 137). Para ele, “o Brasil é mais rural do que oficialmente se calcula, pois a essa dimensão pertencem 80% dos municípios e 30% da população”.

Em outro artigo, Veiga (2004) tece comentários acerca do peculiar caso brasileiro de urbanização, que é único no mundo. Segundo o autor, se considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características estruturais ou funcionais, podendo se chancelar como “cidade” espaços com menos de dois mil habitantes.

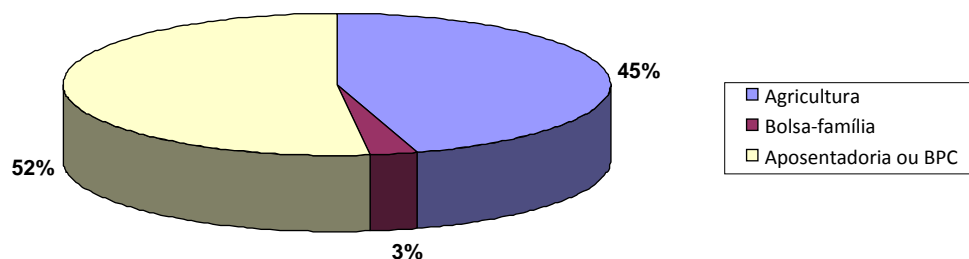
De um total de 5.507 sedes de município existentes em 2000, havia 1.176 com menos de 2 mil habitantes, 3.887 com menos de 10 mil, e 4.642 com menos de 20 mil, todas com estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que constituem evidentes centros urbanos regionais. [...] Para efeitos analíticos, não se deveriam considerar urbanos os habitantes de municípios pequenos demais, com menos de

20 mil habitantes. Por tal convenção, que vem sendo usada desde os anos 1950, seria rural a população dos 4.024 municípios que tinham menos de 20 mil habitantes em 2000, o que por si só já derrubaria o grau de urbanização do Brasil para 70% [...]. Não é admissível que se considere a maior parte do território brasileiro, 80% de seus municípios, e 30% de sua população como mero resíduo deixado pela epopéia urbano-industrial da segunda metade do século 20. (VEIGA, 2004, p.6-8).

Grandes consequências se sucedem deste “modelo” de urbanização, pois trata como “urbanos” espaços eminentemente rurais, tornando invisível a relevância econômica e social do meio rural. Que pré-conceitos envolveriam este modelo de urbanização? Wanderley (2009, p. 263-264) compreende que a redução da população rural é percebida como um sinal de progresso, de que seriam exemplos as “nações desenvolvidas”. Ocorre, pois, exatamente o contrário, já que nos países desenvolvidos as preocupações crescentes sobre o meio ambiente e o papel atual da agricultura no desenvolvimento, bem como a busca por soluções para as crises sociais, recolocaram a “ruralidade” no contexto das sociedades modernas.

Após a desorganização das principais atividades econômicas da região, historicamente vinculadas ao complexo gado e algodão, parte da população vive de uma “economia sem produção¹⁶”, constituída basicamente por rendimentos da Previdência Social, dos funcionários públicos e das transferências do Estado. A Pesquisa de Campo ratifica a importância econômica das transferências de renda na vida dos agricultores. Apesar da notória dificuldade em mensurar os ganhos com a atividade agrícola, por não fazer parte da vida dos agricultores qualquer tipo de controle, de série histórica dos preços que variam de acordo com a safra, etc., a partir da média da produção declarada, estimou-se a seguinte composição de renda:

Gráfico 5 - Composição da Renda dos Agricultores entrevistados em Remígio - PB

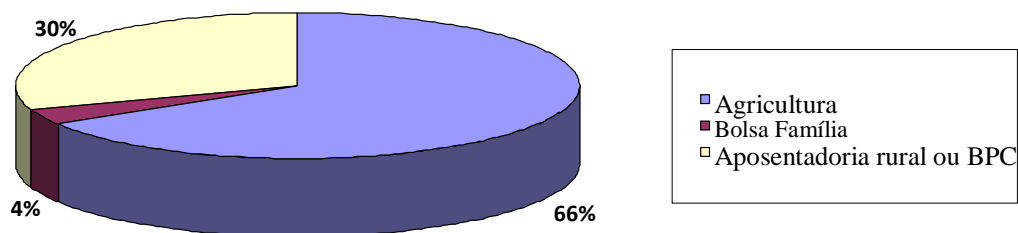


Fonte: Pesquisa de Campo, 2011

¹⁶ Para maiores esclarecimentos sobre o tema, ler o Artigo de Araújo e Lima (2009) intitulado Transferências de renda e empregos públicos na economia sem produção no Semiárido nordestino.

No Gráfico 5 foram somadas as rendas obtidas por todos os entrevistados; porém, considerando que dos 20 (vinte) entrevistados, 07 (sete) produzem apenas para o consumo da família, e estes são, quase em sua totalidade, agricultores aposentados, para fazer essa distinção, elaborou-se um novo gráfico, considerando apenas as rendas dos agricultores que comercializam suas produções:

Gráfico 6 - Distribuição de Renda dos Agricultores entrevistados em Remígio-PB
Excluindo-se os agricultores que produzem somente para o consumo da família



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

O primeiro gráfico confirma a relevância das transferências de renda, quer seja através da aposentadoria ou de programas sociais para garantia de renda no campo. Por outro lado, constata-se que para as famílias produtivas, a importância destas transferências de renda cai de 52% para 30%. Isso se explica também por estes serem agricultores mais jovens, não tendo no núcleo familiar a predominância das rendas da Previdência Social.

Apesar da redução da importância do ponto de vista econômico, as atividades agropecuárias no município têm resistido. Mesmo diante da instabilidade que a seca representa para os rebanhos, por meio da Pesquisa de Campo, verifica que estes representam uma forma de “poupança” disponível aos agricultores, uma espécie de segurança diante das incertezas dos anos de seca. Embora com números pouco expressivos, a pecuária em Remígio vem apresentando um crescimento significativo entre os anos de 2004 e 2005; o rebanho de bovinos atingiu o número de 5.863 cabeças em 2006, correspondendo a um crescimento de 19,8% em relação ao ano anterior, conforme dados do IBGE.

Quanto à lavoura permanente, Remígio posiciona-se em 5º lugar no Território¹⁷; os seguintes dados fornecidos pelo IBGE detalham a quantidade produzida, em Remígio, quanto às lavouras permanentes e temporárias:

Quadro 3 - Lavouras Permanentes de Remígio PB

Lavoura Permanente 2010 de Remígio – PB (em toneladas)	Quantidade
Banana	1.200
Castanha de caju	2
Laranja	250
Manga	102
Sisal ou agave (fibra)	160

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

Quadro 4 - Lavouras Temporárias de Remígio - PB

Lavoura Temporária 2010 de Remígio – PB (em toneladas)	Quantidade
Amendoim (em casca) - Quantidade produzida	4
Batata - doce - Quantidade produzida	210
Batata - inglesa - Quantidade produzida	32
Fava (em grão) - Quantidade produzida	60
Feijão (em grão) - Quantidade produzida	24
Mandioca - Quantidade produzida	600
Milho (em grão) - Quantidade produzida	12

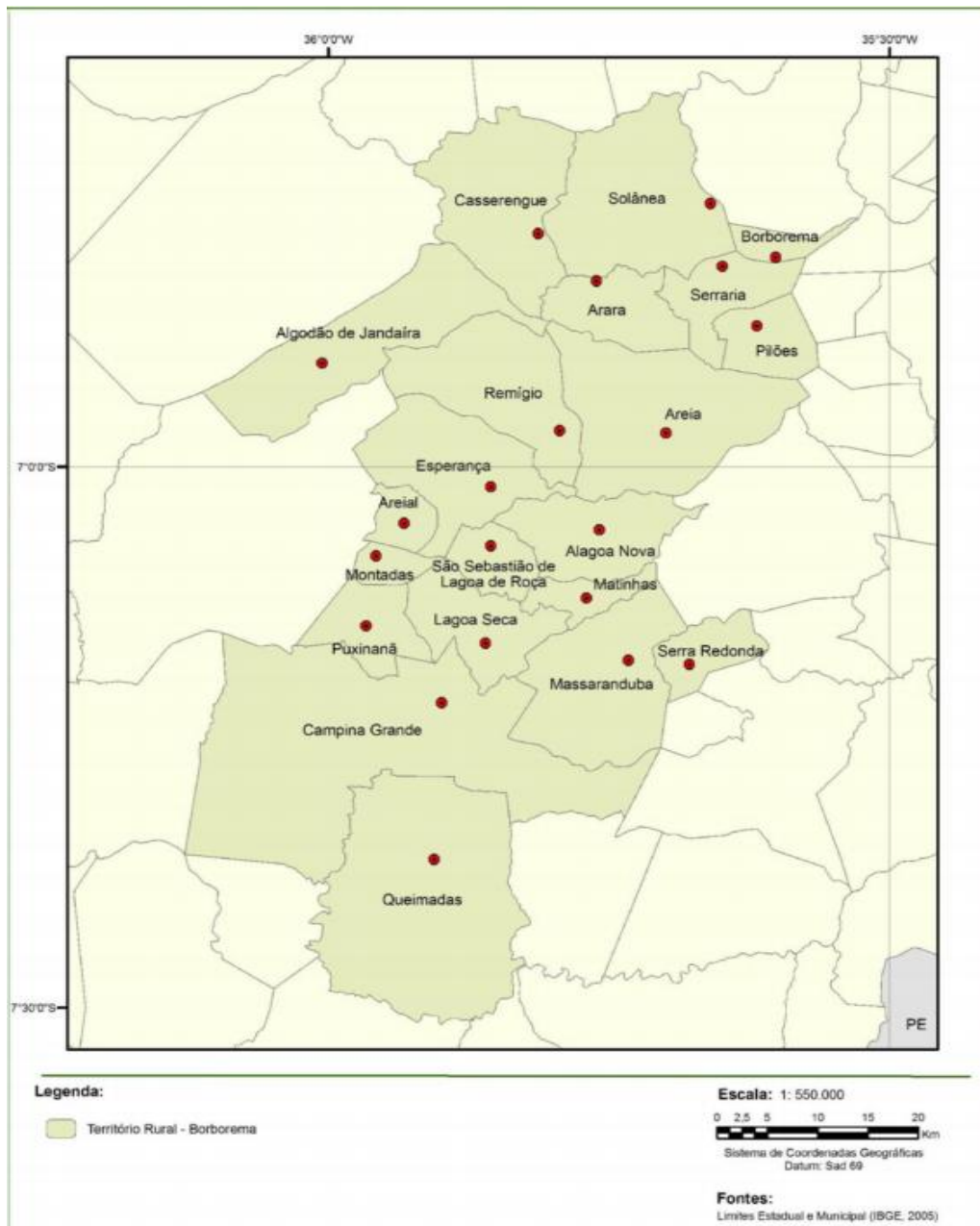
Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

Prosseguindo com a contextualização do município estudado dentro do Território, observa-se que dentre os 21 municípios do Território da Borborema, conforme dados do

¹⁷ Conforme dados do IBGE – Produção Agrícola Municipal (2005) Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/territorio.php?menu=territorio&base=1&informe=s>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2012.

IBGE (2007)¹⁸, Remígio possui o 8º maior PIB. Entretanto, quando comparado a três municípios limítrofes (Esperança, Areia e Alagoa Nova), verifica-se que o PIB de Remígio corresponde a apenas 45% da média do PIB dos municípios citados.

Figura 3 - Território da Borborema



Fonte: Resumo Executivo do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável - PTDRS (2010), disponível em http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_qua_territorio024.pdf. Acesso em 12 de janeiro de 2012

¹⁸ Dados obtidos através do Resumo Executivo do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável - PTDRS (2010), disponível em: http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_qua_territorio024.pdf. Acesso em 12 de janeiro de 2012.

Para alguns autores, existem, em particular, vantagens nesta noção de território para utilização nos estudos de regiões rurais. Abramovay (2006 apud KAGEYAMA 2008, p.76) aponta quatro dimensões neste sentido: *i*) o abandono do horizonte estritamente setorial – que limita as regiões rurais ao um único setor, a agricultura, e os agricultores como atores exclusivos; *ii*) o favorecimento a distinção entre crescimento econômico e processos de desenvolvimento, ao introduzir enfoques multidimensionais; *iii*) o estímulo aos estudos empíricos dos atores e suas organizações e dos mecanismos de governança pública; *iv*) uma evidência da relação entre sistemas sociais e ecológicos, por enfatizar o uso dos sistemas naturais que sustentam as sociedades, conforme sua maneira de organização.

O enfoque territorial, ao invés de centrar esforços na modernização técnica como elemento suficiente para o desenvolvimento, traz como foco as pessoas, as relações sociais e a identidade cultural, e isso se torna perceptível no esforço das políticas serem mediadas por diversas representações. Exemplo disso é a criação obrigatória dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) por demanda do PRONAF Infraestrutura, sendo este conselho que aprova o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural - PMDR.

Considera-se um avanço inegável a participação dos agricultores, ou de suas representações, em políticas nacionais de tamanha relevância; porém, há muitos desafios para que seja construída uma participação efetiva dos agricultores familiares nestes espaços de discussão política.

Este espaço para atuação dos agricultores pode ser interpretado pelo “[...] desengajamento do Estado de seus apoios diretos para a agricultura familiar e a segmentação dos programas públicos [que] levaram as organizações de agricultores a assumir novos papéis, substituindo os poderes públicos” (SABOURIN, 2009, p. 248). Entretanto, a leitura dos avanços das políticas públicas para o mundo rural realizado neste capítulo mostra que não se trata apenas de um recuo do Estado, mas de uma ação planejada para atender diretrizes de organismos internacionais, como o Banco Mundial, em um primeiro momento e, em outra fase, parece resultar de um amplo processo de lutas da categoria que culminou nas atuais políticas e formatos ora discutidos.

Como se trata de um requisito para acesso a determinadas políticas, ocorre algumas vezes uma artificialização destes mecanismos de participação social. Muitos conselhos são formados para receber os recursos do governo, não preexistindo uma articulação social da comunidade. Assim, embora formalmente haja a “participação” dos agricultores, as principais decisões são tomadas pelo poder municipal constituído e presente na direção dos conselhos.

Em virtude das relações históricas centradas no Estado, as relações que perpassam os CMDRs podem ainda ser afetadas pelo clientelismo, sem que isso gere um amplo processo de revolta e indignação nessa categoria.

Sabourin (2009, p. 105-106) explica que os novos “mediadores” sociais - associações de líderes camponeses, ONGs -, podem representar, simultaneamente, novas “tutelas” para o povo nordestino. A deformação das relações de reciprocidade originou relações baseadas no paternalismo e clientelismo, que permanecem muito fortes no Nordeste e, como ao longo do tempo, são capazes de corromper legítimas representações. Então, o “coronel nordestino” pode apresentar-se hoje em outros formatos, mais dissimulado, cristalizando esta forma de atuação através de políticos, igrejas ou instituições técnicas. O que o autor constata é que até mesmo instituições e espaços supostamente cidadãos e democráticos têm sido usurpados, ao longo de anos de governos conservadores, pelos descendentes dos “coronéis”, reproduzindo a herança dos currais eleitorais através de métodos modernos.

Os resíduos da ditadura também fazem com que os agricultores familiares tenham uma postura recatada diante das instituições, não se sentindo capazes de contrariá-las. O retorno à democracia num contexto de analfabetismo e pobreza reacendeu as práticas clientelísticas no país. Até mesmo as lideranças camponesas são frequentemente manobradas pelos interesses do Estado e das classes no poder .

Para avaliar a efetividade dos PMDRs, Romano e Delgado (2002, p. 9) apresentam uma pesquisa, da qual eles participaram ativamente, que foi realizada em 185 municípios pertencentes a quatro estados de regiões diferentes do país. Dos resultados, convém destacar que em mais da metade dos casos (57%), o cargo de presidente do conselho era exercido por algum representante da administração municipal. Desta maneira, na formulação e implementação dos PMDRs “[...] o poder político-administrativo do prefeito e o poder técnico da extensão rural são os mais presentes e influentes, superando o poder participativo das lideranças locais da agricultura familiar e o poder representativo dos sindicalistas”.

Outro aspecto limitador citado para o pleno funcionamento dos Conselhos foi a descontinuidade administrativa do poder municipal, que traz certa instabilidade (o problema não seria a alternância de poder, tão necessária para a democracia, mas a prática de desconstrução/descontinuidade do trabalho da gestão anterior); também as práticas clientelísticas no uso dos bens públicos adquiridos através do PMDRs, um problema antigo, já enraizado nas políticas públicas no Nordeste. Outra complicação apontada foi a falta de sincronia entre as políticas e os programas públicos nas esferas federal, estadual e municipal,

muito embora a política dos Territórios vise justamente conectar as políticas em âmbito local, onde convergem os grandes projetos nacionais e supranacionais, além das próprias demandas locais (WANDERLEY, 2009, p. 231).

Apesar disso, a política compreendida pelo PMDR é capaz de gerar resultados positivos (ROMANO; DELGADO, 2002, p. 15), como melhorias na infraestrutura (abastecimento de água, aquisição de máquinas e melhorias nas estradas); melhorias nas condições técnicas de produção, transformação e comercialização e uma maior organização e participação dos agricultores familiares.

Dentre as restrições que foram percebidas no processo de elaboração e execução dos PMDRs, os atores citaram: a má gestão de recursos e a falta de interesse das Prefeituras; os recursos financeiros insuficientes e o atraso na liberação dos mesmos; a inflexibilidade quanto ao tipo de atividade que pode ser incluída no programa; falta de capacitação dos conselheiros; carência ou inadequação da assistência técnica e o predomínio de uma visão imediatista na determinação das atividades prioritárias, o que dificulta a implementação de uma estratégia sustentável de desenvolvimento rural.

Logo após a criação do PRONAF, Carneiro (1997) escreveu um artigo no qual faz uma leitura do programa e aponta diversas contradições entre suas diretrizes e as estratégias de ação, das quais se destacam:

- O apoio à Agricultura Familiar em um contexto de retração do Estado nos processos de desenvolvimento econômico e social;
- A percepção da Agricultura Familiar por uma lógica produtivista, visando garantir a capacidade de pagamento e por outro lado, reforçando a lógica modernizante;
- A noção de sustentabilidade mais voltada à preservação ambiental do que a busca por tecnologias alternativas que se adequassem às necessidades desse público;
- A busca simultânea pelo aumento da produtividade e pela geração de empregos. Aqui, a autora questiona: qual o limite da tecnificação para viabilizar estes dois aspectos imediatamente antagônicos ou, se esse aumento da capacidade produtiva estaria relacionado à ampliação do número de estabelecimentos via reforma agrária. São pontos obscuros no desenho desta política;
- A contradição da garantia da melhoria nas condições de vida atrelada à integração da agricultura familiar à lógica do mercado auto-regulador de preços (o aumento da produtividade acarreta a queda dos preços e põe em risco a reprodução social destes agricultores);

- A designação do público-alvo como aquele que tem um potencial de viabilização econômica, de transição a uma empresa rural (profissionalização do agricultor, olhar econômico que não privilegia os aspectos culturais envolvidos), e que 80% da renda da unidade familiar seja de origem agropecuária ou extrativista, excluindo a opção e viabilidade de outros rendimentos – pluriatividade – para fixação destes trabalhadores no campo.

Diante disso, evidencia-se a necessidade de revisão de diversos aspectos dessa política para aproximação das necessidades reais do público-alvo, como conclui a autora citada: “[...] o apoio à agricultura familiar tem que ser pensado no âmbito do desenvolvimento local no qual os aspectos econômicos, sociais, ecológicos e culturais devam ser igualmente levados em conta na busca de soluções não excludentes.” (CARNEIRO, 1997, p. 6).

Ao longo dos anos, foram implantadas diversas melhorias no PRONAF, como o aumento do volume de recursos e a distribuição mais equitativa em todo o território nacional, visto que inicialmente houve uma exacerbada concentração dos financiamentos no sul do país. Nesse sentido, Schneider et. al. (2004) informa que a partir de 1999 houve uma classificação diferenciada dos agricultores, permitindo que as regras de financiamento fossem mais adequadas à realidade de cada segmento, como se vê no Quadro 5. Em 2008, foram extintos os grupos C, D e E do PRONAF, constituindo-se uma única categoria intitulada “Agricultura Familiar”, permanecendo inalterados os grupos A – para agricultores da reforma agrária e o grupo B – microcrédito rural.

Em uma abordagem mais recente, Aquino e Schneider (2010) avaliam que o PRONAF tem se desenvolvido como uma política excludente e pouco capaz de promover transformações que conduzam ao desenvolvimento rural. Os autores demonstram que, desde o início, o programa destinou os financiamentos somente às atividades agropecuárias, e que outras atividades só foram incluídas recentemente, a partir do Plano Safra 2007/08, quando são criadas diversas linhas de crédito, dentre estas, linhas voltadas ao turismo, a agroindústria familiar e ao Semiárido.

Esta última linha, denominada PRONAF Semi-Árido tem como finalidade é o

[...] investimento em projetos de convivência com o Semiárido, focado na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando projetos de infraestrutura hídrica (para onde deve migrar pelo menos 50% do crédito) e na implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região semi-árida. (BRASIL, MCR 525, 2011).

Quadro 5 - Grupos de enquadramento do PRONAF

Grupos	Enquadramento	Finalidade
A	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), público-alvo do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e os reassentados em função da construção de barragens.	Financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias.
A/C	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou público-alvo do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que já tenham contratado a primeira operação no Grupo “A”	Financiamento do custeio de atividades agropecuárias, não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção
B	Agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 6 mil	Financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias no estabelecimento rural ou áreas comunitárias próximas.
C	Agricultores familiares titulares de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) válida do Grupo C, emitida até 31/03/2008, que, até 30/06/2008, ainda não tinham contratado as seis operações de custeio com bônus.	Financiamento de custeio, isolado ou vinculado, até a safra de 2012/2013.
D	Agricultores familiares com renda bruta anual acima de R\$ 6 mil e até R\$ 110 mil	Financiamento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural, bem como o custeio agropecuário.

Fonte: Cartilha de Acesso ao Pronaf, 2010/2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.sebrae.com.br/>>.

Apesar da criação de novas linhas que possibilitaram a inclusão de atividades não agrícolas, os autores ainda consideram o programa seletivo e excludente. Isso porque desde seu início, o PRONAF não pretendia atender os agricultores de forma homogênea, mas sim, àquelas famílias que tinham potencial para tornarem-se empresas familiares viáveis. Somente no ano 2000, ou seja, quatro anos após sua criação, é que o programa passa a financiar o denominado Grupo “B”, no qual se enquadra a grande maioria dos agricultores do Nordeste¹⁹

¹⁹ Conforme relatório do IPEA (2011) o PRONAF B predominou no Nordeste nos anos agrícolas de 2008 e 2009, representando 88% dos contratos e do montante. Note-se que a inexistência desta linha de crédito para os agricultores familiares de baixa renda exclui quase completamente a região dentre os beneficiários do programa.

e os índices mais elevados de pobreza rural e, contraditoriamente, este público ficou excluído do PRONAF em seus primeiros anos. Esse recorte também explica a concentração de investimentos na região Sul do país, que possui um número elevado de unidades mais competitivas.

Outro aspecto visto negativamente pelos autores é a ampliação do valor de financiamento com a criação do Grupo “E” em 2003 (que hoje foi incorporado junto às categorias C e D em “agricultura familiar”), que tende a concentrar parte significativa dos recursos. A partir dos dados apresentados pelos autores, percebe-se que em 2007 o grupo mais capitalizado – “C” “D” e “E” absorvem juntos mais de 74,5% dos recursos, isso revela o viés concentrador que marca a trajetória do Programa. Dessa maneira, a fatia mais empobrecida, os grupos “A” e “B”, que representam mais de 70% dos estabelecimentos rurais do país, só receberam no ano citado, cerca de 10% dos recursos disponíveis no PRONAF Crédito.

Tabela 1 -Número de contratos e montante de crédito rural do PRONAF por enquadramento

Ano Agrícola/Enquadramento (R\$ milhões)	2008-2009		2009-2010	
	Contratos	Montante	Contratos	Montante
Grupo A	14.526	241,94	14.003	225,52
Grupo A/C	7.258	29,34	4.529	17,66
Grupo B	321.816	484,41	295.244	506,62
"Agricultura Familiar" (C + D + E)	899.656	8.291,31	894.206	7.925,00
Exigibilidade bancária	126.954	1.529,48	5.627	154,19
Identificado/não registrado	373	7,13	82	0,76
Miniprodutores	15.455	444,09		
Grupo Z fumo	40.516	146,21	7.536	25,1
Identificação pendente			37.707	124,47
Total	1.426.554	R\$ 11.173,91	1258934	R\$ 8.979,32

Fonte: IPEA, 2011.

Essa tabela foi extraída do Relatório do IPEA (2011), no qual se avalia que, embora existam incrementos orçamentários nos planos-safra para a agricultura familiar, não há uma

ampliação do público atendido. A maior parte dos recursos e da quantidade de contratos concentra-se entre agricultores do grupo CDE, o que reforça a tendência de direcionamento do PRONAF aos grupos mais capitalizados da agricultura familiar.

O Relatório também aponta que os valores do Plano Safra: 2009-2010, para o crédito PRONAF, atingiram o montante de R\$15 bilhões (um aumento de quase três vezes em relação à Safra 2003-2004), entretanto, estes recursos representam somente 16% dos valores destinados ao financiamento da agricultura patronal pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, o que demonstra a opção do Estado pela agricultura patronal, que representa apenas 16% dos estabelecimentos, mas detém 76% das terras. Apesar disso, destaca-se o fato que os grupos familiares mais vulneráveis necessitam de outras ações governamentais anteriores ao crédito, como acesso à terra e água, assistência técnica de qualidade, educação e apoio à comercialização, elementos essenciais para a promoção de uma agricultura familiar sustentável.

Para Neves (2007, p. 246), os critérios de distinção e redistribuição de recursos do PRONAF obedecem a uma lógica relativamente empresarial, que busca a ampliação do consumo e opera na lógica das vantagens competitivas, além de incluir atividades complementares, não agrícolas, abarcando produção e comercialização, o que exige competências específicas. Estas inovações valorizam alternativas portadoras de condições de reordenação social, metaforizada como “novo mundo rural” ou outros termos semelhantes, que exigem que os agricultores, para permanecerem nessa posição, incorporem práticas para além da agricultura, que se torna apenas uma das formas de produção possíveis, articulando-se a diferentes serviços e à constituição de profissões não agrícolas.

Historicamente, o campesinato no Brasil sempre esteve subalterno a grande propriedade. Percebe-se, ao longo da história, que esta categoria tem lutado por um espaço próprio na economia e na sociedade, quer seja pelos constantes deslocamentos em busca de terras produtivas, pela submissão à grande propriedade para o cultivo de um pequeno sítio ou driblando as instáveis chuvas do Nordeste. Em todas estas estratégias, estes agricultores sempre buscaram formas de se integrar, positivamente, à economia local e regional.

Wanderley (2009) ressalta que o objetivo do campesinato nunca se pautou exclusivamente na luta pela própria subsistência, mas sempre se demonstrou articulado com a atividade mercantil, exceto quando as portas do mercado se fecham para este segmento completamente. Nesse sentido, ressalta que existe claramente um projeto futuro do agricultor

e de sua família, que vise não somente garantir as condições de sobrevivência, mas um patrimônio às gerações futuras.

O fato de estas políticas visarem ampliar o acesso ao mercado pela agricultura familiar não seria por si só uma violência aos elementos históricos constitutivos do agricultor familiar, que traz em seu “gene” a capacidade de adaptação às circunstâncias que lhe são impostas, mas podem ser desconectadas da realidade de cada agricultor, de suas reais necessidades e sonhos. Em prosseguimento a uma análise crítica desta política, serão analisados alguns dados obtidos na Pesquisa de Campo – Remígio/PB.

Alguns agricultores entrevistados relataram experiências de tentativas frustradas de se obter o crédito do PRONAF:

Eu passei um ano, eu e meu irmão, gastamos mil reais para fazer um projeto, passamos um ano correndo, gastamos mil conto e esse projeto não saiu, o PRONAF C, que era para fazer esse barreiro, eu só achei bom porque a gente fizemos e tamo pagando de qualquer maneira, pagando juro de dinheiro, pagando os pedacinhos, mas tá feito aí (José Irinaldo, 35 anos).

O Dr. da EMATER de Remígio...homem...o açude secou e eu queria fazer um empréstimo para fazer um serviço nele, dei umas dez viagens lá e não fiz. Cansei de ir lá, uma dez viagens .. pra fazer uma limpeza no açude no ano passado, ia gastar uns 20 mil (Joildo, 56 anos).

Já Adriano Noberto (32 anos) tem vários projetos, a exemplo da plantação de frutas, mas ele e sua esposa acham que os valores do PRONAF que lhe são ofertados são muito baixos (em torno de R\$ 3.000) e, portanto, insuficientes para por em prática o seu projeto. Na visão deles, com este valor o agricultor fica endividado e o que produz é insuficiente para o pagamento no prazo. Eles gostariam de obter em torno do dobro deste valor e acreditam que, assim, poderiam obter uma lucratividade maior, pagar o empréstimo e já investir na própria moradia e em outros projetos. Contudo, a realidade é bem diferente. Eles esperam visita de técnicos para fazer a avaliação do solo e não têm perspectivas, em curto prazo, para sobreviverem, precisam inclusive vender a mão de obra, “trabalhando no alugado”, como se diz na região, o que lhes traz um grande descontentamento:

Nós temos a terra, nós temos a água, nós temos a sabedoria, temos o amor, temos a vocação de fazer, de lidar com isso aqui, mas a gente pára, por quê? Não temos, não temos recurso até mesmo para nós, alimentação, nós deixa de fazer para nós, pra ter que trabalhar um dia fora, e arrumar um dinheiro para comprar o nosso alimento. Se nós tivéssemos o dinheirinho certo da nossa feira, a gente precisava trabalhar para os outros? (Maria Batista, 47 anos).

Em contraponto, outra agricultora não percebe obstáculos ao acesso às políticas públicas. Acha que existem muitas formas de apoio do Governo, mas que depende das comunidades estarem em contato com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural –

EMATER, ASPTA²⁰ a fim de receberem as orientações necessárias, além do interesse pessoal de cada agricultor: “Eu acho que o Governo ajuda né, mas tá a critério da gente se deixar ajudar né... porque vem muitos projetos né... a facilidade assim de empréstimos no banco né, pra ta melhorando os sítio, trabalhando né? Eu acho importante assim a ajuda do Governo” (Josefa Miranda).

Outro agricultor também demonstra otimismo com esta política. No entanto, ressalta a dificuldade na elaboração do projeto, pois, para isso, depende da visita de técnicos e, segundo ele, há mais de *dois anos* tem um projeto na EMATER dependendo desse procedimento, mas sem avanço algum. Seu alvo é obter empréstimo através do PRONAF Semiárido, que conta com juros mais baixos: “Você imagina a gente com dez mil reais, é pra pagar só 1% ao ano, do Governo Federal, você só não melhora de vida se não quiser!” (Rivaldo, 40 anos).

José Marconi (39 anos) também está dependendo da EMATER para realização de alguns projetos. Diz que precisa colher uma amostra de solo para identificar as culturas apropriadas e as necessidades do solo, e não ficar apostando. Para fazer o investimento de forma segura, sente falta de Assistência Técnica: “Muita, muita! Porque a gente tem uma EMATER que a gente vai pedir uma informação e fica voando assim...nunca veio aqui, nunca veio. Não foi por falta de solicitação não”. Além disso, vê dificuldades na aprovação de um projeto para ampliação de seus reservatórios de água: “eu tenho condição de armazenar água, eu tenho como captar água, mas cadê dinheiro pra fazer o reservatório, entendeu?”

Então, se percebe a complexidade da oferta de crédito a este público, que tem que estar associada e articulada a diversos outros fatores que serão essenciais para atender as reais necessidades da agricultura familiar.

Outros agricultores tratam as políticas públicas com muito descrédito, como restou claro na entrevista com Sr. Antônio Medeiros (49 anos), que ressaltou seu descontentamento com a política desde a escala municipal. Assim, não acredita que haja políticas públicas que venham a beneficiá-lo. Para ele, antigamente quando se fazia empréstimo, se tivesse prejuízo por conta das chuvas vinha a fiscalização e o banco oferecia descontos significativos. Hoje, reconhece que existe o Garantia-Safra²¹, mas é muito pouco e pago em cinco parcelas. Então,

²⁰ A AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil (Fonte: <http://aspta.org.br>)

²¹ O Garantia-Safra (GS) é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) voltada para os agricultores e as agricultoras familiares localizados na área de atuação da SUDENE, majoritariamente Semiárida — que sofrem perda de safra por motivo de seca ou excesso de chuvas. Para Safra 2011/2012 corresponde a R\$ 680,00, pagos em cinco parcelas de R\$ 136,00.

“se houver prejuízo é só isso e quem precisa realmente não recebe”. Diz que conhece comerciantes de Remígio que recebem o Garantia Safra e agricultores de verdade que não recebem: “vem para uns e para outros não vem nada”. Por isso, acredita que antes, na época de seus pais, as políticas eram mais justas.

Nesse sentido, também destacamos o relato do agricultor Benedito, de 67 anos, que fez uma proposta para plantar 2 ha de laranja tangerina perto da barragem em seu sítio. Entretanto, a época devida para o plantio situa-se entre os meses de maio e junho e o empréstimo foi concedido no final do mês de julho, então ele teve que cancelar a operação. Conta que foi em Areia-PB para levar a documentação das terras, que veio um técnico fazer uns testes nas terras e foi tudo aprovado, mas o dinheiro demorou a sair. Depois disso, nunca mais foi atrás de “nada”. Não percebe apoio do Governo para os pequenos agricultores:

Lá pro lado do Sul tem muito investimento porque tem muito trabalho, aqui no Nordeste é fraco demais... Antigamente eu alcancei um tempo que saía algum empréstimo as vezes pro cabra comprar os troços todinho, vamos supor, arame, pra fazer cerca de arame, quem é que vê falando disso hoje? Não é não? E se tiver só vem pros maior, pros pequenos não vem não, nenhum caroço de nada vem pro agricultor pequeno plantar, que era pra vim né, mas não vem, só dá pro cara!

Outros esbarram em questões meramente burocráticas, que tolhem os projetos de um jovem Agricultor:

Se for pra você fazer irrigação tem que ter bastante água, aqui a gente tem lugar pra fazer, mas a gente não tem açude, não tem nenhuma represa de água não, tem só água pro consumo de casa mesmo... se tivesse dava pra fazer irrigação, aí seria melhor...(se tivesse irrigação, trabalharia com) hortaliça se quisesse, maracujá, laranjeira você também pode irrigar, tiraria na entressafra, tiraria uma boa quantia no preço, hoje a caixa de laranja tá a quinze reais, mas se você tiver produzindo na entressafra chega até a vinte e cinco reais a caixa de laranja, em compensação, a despesa aumenta pouca coisa mas o retorno é bem melhor. Quando a gente vai fazer empréstimo eles dizem não, a propriedade é sua? Não é, é de herdeiro. Aí já vem as burocracias... Já tentei fazer, não pra barragem, pra reforma de cerca, pra outras coisas, aí quando fui eles diz: não você é solteiro, mora na casa de sua mãe, no caso, de uma certa forma eu ainda sou dependente dela, aí já impõe as *dificuldades* que a gente não pode fazer um empréstimo. Se for pra ela fazer, aí diz, não ela é aposentada, aí tem lá as suas *dificuldades*. Aí quando vem na propriedade só são 2,5ha no nome dela, é muito pequeno, a propriedade em si são 12, mas no nome dela são 2,5 aí vem a *dificuldade*... A gente discutiu lá na EMATER, eu fui me informar mais pra ver se podia fazer, mas não pode não, aí o Banco não aprova. Se eu tiver um crédito de acima de cinco mil, dez mil, eu faço, agora pra fazer de dois mil reais... A pessoa com dois mil reais... faz o que com dois mil? É pouco demais. Eu queria fazer pra investir em curral de gado, cerca ...Às vezes o caba vai, aí diz: não tem que ter isso, mil *dificuldades*, aí acaba se estressando, dá num sei quantas viagens pra fazer um negócio desse, aí as vezes você vai..vai.. e quando chega no final não consegue, aí eu desisti logo. Aí tem as coisas pra fazer, só é eu pra tomar conta de tudo, aí fica ruim, fica puxado pra pessoa (Hermano, 26 anos).

Como se vê, Hermano é um agricultor jovem, que se identifica com o trabalho rural, mas frustra-se com as limitações que lhe são impostas por entraves burocráticos. Em seu discurso, aparece quatro vezes a expressão “dificuldade”, esta é de tamanha proporção que o

levou à desistência: como não vê possibilidade de realizar os investimentos que idealiza, Hermano revelou a única alternativa que lhe resta: “Às vezes eu tenho vontade de sair, trabalhar uma temporada fora, juntar alguma coisa fora, pra vim e investir aqui no sítio”. Esse relato expressa a dificuldade das políticas de crédito se adequarem às necessidades e particularidades da agricultura familiar: este é o perfil de agricultor potencial para garantir a sucessão das famílias rurais, pois, como visto anteriormente, a maioria dos jovens filhos dos agricultores entrevistados já abandonaram a atividade rural, e os poucos que restam, enfrentam as dificuldades aqui relatadas, além das questões relativas ao tamanho da propriedade, o crédito oferecido é incompatível com projetos que de fato seriam capazes de promover mudanças significativas na vida destas famílias.

Além das questões operacionais, das quais os agricultores sempre criticam, percebe-se um descontentamento com os valores oferecidos, insuficientes para garantir a execução de projetos que seriam, efetivamente, capazes de promover mudanças no patamar produtivo das unidades familiares.

Por fim, uma questão considerada central é o fato de haver a prevalência de certa “cultura” que associa o bem estar das populações rurais ao crescimento das atividades agropecuárias. Esta visão seria uma herança dos anos 70, quando o imperativo da modernização guiou as ações dos mediadores sociais. Na pesquisa de campo, observa-se que alguns agricultores, principalmente os que estão mais desestimulados com a agricultura, afirmam que se pudessem, investiriam na criação de gado, porque para eles “dá mais lucro”.

Aquino e Schneider (2010) entendem que o PRONAF estimula a prática de atividades agropecuárias que são particularmente vulneráveis às estiagens, não havendo nenhum esforço no sentido de adequar a política as peculiaridades do Semiárido. Por tudo isso, concluem que o PRONAF não contribuiu de forma significativa para trazer modificações na região e reduzir a pobreza que a assola historicamente.

Além do PRONAF, outro programa voltado à Agricultura Familiar se destaca no cenário nacional: o **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA**, criado pela Lei 10.696/2003 com a finalidade de incentivar a agricultura familiar através da compra dos seus produtos, para destiná-los às pessoas em situação de insegurança alimentar e para formação de estoques estratégicos. Conforme a Lei, é dispensada a licitação para essa aquisição desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais. São estabelecidos, então, preços de referência, que respeitam as particularidades regionais. Dessa forma, o agricultor familiar não se submete aos preços impostos pela agroindústria e há

um estímulo à diversificação e ao fortalecimento dos sistemas locais de produção e abastecimento.

Como ação estratégica do Fome Zero, o PAA é operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Conforme dados do IPEA (2011), o número de agricultores beneficiados com o programa tem aumentado, assim como o volume de recursos aplicados. Só que os recursos têm crescido em maior proporção em virtude do aumento da cota máxima por agricultor, que passou de R\$ 2.500 em 2006 para R\$ 4.000 a 8.000/ano em 2009, dependendo da modalidade²². Apesar disso, enquanto o volume de crédito destinado ao PRONAF foi de R\$ 15 bilhões em 2009, os recursos aplicados no PAA foram em torno R\$ 360 milhões, sendo, portanto, insuficiente para o universo de agricultores. No ano citado, menos de 9.000 famílias eram participantes do PAA em todo país. O valor total do Programa de Aquisição de Alimentos no Município de Remígio em 2009/2010 foi de R\$ 171.698,91.

Assim como no PRONAF, a maioria dos recursos do PAA se concentra na região Sul do país. Para exemplificar, conforme dados do IPEA (2011), em 2009 mais de 60% dos recursos da modalidade Compra Direta e quase a metade do correspondente à modalidade Formação de Estoque foi injetada naquela região, que, por outro lado, concentra apenas 20% dos estabelecimentos de agricultura familiar, enquanto o Nordeste aglutina 50% destes estabelecimentos. Isso reflete o grau de organização da agricultura familiar na região e a atuação positiva dos gestores locais; por outro lado, a agricultura familiar no Semiárido demonstra fragilidades estruturais - predominam agricultores descapitalizados e desarticulados socialmente.

Outro canal institucional para a agricultura familiar constitui-se através do **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**, que beneficia 45,6 milhões de estudantes da educação básica em todo o país. Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% desse valor – ou seja, R\$ 930 milhões – devem ser investidos na compra direta de produtos da *agricultura familiar*, visando estimular o desenvolvimento econômico das comunidades locais.

Em 2010, conforme dados disponíveis no Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), existiam mais de 3.000 alunos matriculados no município de Remígio e, neste ano, o município recebeu mais de R\$200 mil em transferências

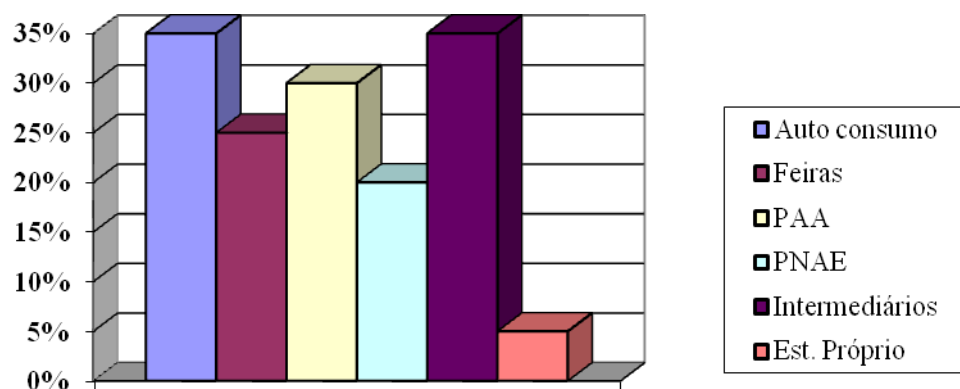
²² O PAA opera em três modalidades: Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF); Formação de Estoque pela agricultura familiar (CPR Estoque), que visa a comercialização com melhores preços e a Compra da agricultura familiar com doação simultânea (CPR Doação).

Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

diretas ao PNAE. O limite anual de aquisição da produção por agricultor familiar para a alimentação escolar é de R\$ 9.000, conforme a Resolução nº 38 de 2009 do FNDE.

Visando atingir um dos objetivos deste trabalho, a Pesquisa de Campo em Remígio demonstrou a seguinte participação dos agricultores nos canais relativos à comercialização da agricultura familiar:

Gráfico 7 – Canais de Comercialização da Agricultura Familiar dos agricultores entrevistados em Remígio – PB



Fonte: Pesquisa de Campo (2011)

Analisando a participação dos agricultores nos canais de comercialização, percebe-se que 35% dos entrevistados afirmam comercializar seus produtos através do PAA (percentual semelhante ao da comercialização a intermediários), e um número menor – 20%, também destina seus produtos ao PNAE. Em seus relatos, resta clara a importância destes programas para não dependerem dos intermediários e para alguns produtos específicos, destacam a valorização do produto e estabilidade da renda da família, como afirma este agricultor: “A salvação da gente é esse PAA porque dependendo da época, alface e coentro ficam de graça” (Irialdo, 35 anos).

Em alguns casos, os entrevistados apontam que a venda do produto ao PAA tem um valor 100% maior que a venda aos intermediários. Esse é um aspecto relevante, pois para agricultura familiar um dos maiores entraves é a comercialização, então, essa proposta se efetiva com a real valorização dos produtos da agricultura familiar, eliminando (ou reduzindo)

nestes casos a presença dos intermediários e a crescente importância do mercado institucional para a agricultura familiar.

Além disso, se ressalta a garantia da venda dos produtos, como destaca esta agricultora: “Porque no PAA, olhe, a gente pega, tira e entrega não se preocupa com mais nada, e na feira não, você vai batalhar pra ver que o freguês venha comprar né? (Josefa Miranda). Nota-se que a regularidade e segurança da comercialização são fortes estímulos a produção da agricultura familiar.

Nesse sentido, uma agricultora tece rico comentário acerca das mudanças ocorridas a partir da comercialização no mercado institucional, expressando que a segurança obtida nesse processo serve de estímulo a produção dos alimentos, pela valorização e preço que lhes são garantidos, evitando a barganha por parte dos intermediários, que tendem a pressionar os preços para baixo num processo desigual, pois muitos agricultores representam a parte mais frágil da negociação, não tendo as ferramentas necessárias para se impor ao sujeito que está diante dele com o veículo para transportar a mercadoria e os valores monetários para efetuar o pagamento imediatamente, aspectos bastante distantes da realidade de grande parte dos agricultores familiares. Na entrevista, alguns agricultores retrataram esse processo de compra por intermediários como um processo humilhante e depreciativo ao trabalho por eles realizado:

Confiança, a gente tá agora produzindo com maior confiança porque a gente tem certeza que tem onde colocar os produtos da gente. Isso é muito gostoso, você tá plantando e sabendo que quando chegar no momento da colheita você tem onde colocar seus produtos. Você não vai procurar mercado, não vai correr atrás de uma CEASA, de atravessador, porque o atravessador quando chega na casa da pessoa quer comprar tudo de graça, como se não valesse nada, como se a gente não tivesse gastado nada (Maria Batista, 47 anos).

Esta agricultora, junto com seu esposo, traça projetos em torno deste mercado institucional – PAA e PNAE. Pensam, por exemplo, em trabalhar com outras culturas, como mamão, maracujá e melancia, pois estas teriam demanda para a merenda escolar. Além disso, Maria tem um projeto mais ousado: a intenção de construir uma cozinha habilitada nos padrões recomendados pela Vigilância Sanitária para fazer os produtos para entrega via PNAE às escolas (cita: pamonha, canjica, cocada, doce e tapioca, frango, etc.), porém, esbarram nos valores que lhes foram oferecidos por empréstimo através do PRONAF, que seriam insuficientes para realização deste projeto.

Alguns aspectos operacionais do PAA prejudicam os agricultores, como explica Rivaldo (40 anos). Ele afirma que o tempo entre a inscrição do projeto pela associação, a

aprovação e a permissão para o início da entrega dos produtos, por vezes, é muito longo. Assim, algumas safras de frutas que estavam inclusas e previstas no projeto acabam sendo desperdiçadas em virtude deste lapso temporal. Como não há um canal de comercialização que absorva esta produção, Rivaldo está buscando financiamento para construção de uma cozinha comunitária, para que haja beneficiamento destas frutas e uma maior geração de renda na comunidade, principalmente para as mulheres.

Os entrevistados que comercializam sua produção neste programa pactuaram uma entrega de produtos que varia entre R\$ 3.000,00 ou 4.500,00 durante a vigência do contrato, que é de dez meses. Os valores são recebidos de forma parcelada, assim como o é a entrega dos produtos. Como se observa na fala destes agricultores, é muito importante para eles esse canal de comercialização, porém, isso só demonstra quão elevadas são as restrições a que são submetidos. Este valor é considerado para eles como algo expressivo, chegando a representar uma melhoria significativa em suas vidas.

Conforme Ramos e Cavalcanti (2011), no município de Remígio há 55 (cinquenta e cinco) agricultores beneficiados com o PAA, sendo que existem 959 estabelecimentos rurais no município conforme o Censo Agropecuário (2006). Logo, apesar da importância assumida na vida destes agricultores e das centenas de beneficiários (alunos de escolas e creches), trata-se de um grupo de agricultores muito restrito, o que não permite associar esta política ao desenvolvimento rural da região por sua abrangência limitada.

Apesar disso, evidencia-se que estas políticas geram novas dinâmicas no meio rural, embora em pequenas proporções, devido ao baixo número de agricultores atingidos, assim como geram novas perspectivas aos agricultores familiares, pois como destacado anteriormente, estimulam a busca por estratégias que gerem renda (beneficiamento de produtos, cozinha comunitária, dentre outros projetos citados), já que existe um canal de comercialização garantido e acessível.

A “capacidade de agente” se resalta nos projetos destes agricultores, uma vez que revelam a possibilidade de promoção de desenvolvimento, enraizado nas potencialidades locais e motivado pelas restrições e dificuldades em escoar a produção. O que se pode problematizar em relação à atuação destes atores sociais é a interface realizada pelas associações entre as famílias rurais e a sociedade externa (mercado, instituições); não se questiona a existência dessa relação, relevante para a construção de mercados locais, mas da possibilidade de geração de novas dependências, pois, no lugar de dependerem do Estado ou dos coronéis, como citado pelos agricultores, para acesso ao PAA e PNAE, o processo é

intermediado, necessariamente, por uma representação rural, que poderá suscitar ou mesmo reavivar antigas relações de dependência no meio rural.

Dentre as estratégias de comercialização realizadas pelos agricultores familiares na luta por progresso por meio da ampliação da margem de apropriação dos frutos do trabalho, assiste-se a criação de diversas estratégias de relação com o mercado para venda de seus produtos agrícolas *in natura* ou produtos da agroindústria familiar. Para Gazolla e Pelegrini (2010, p. 2), “entender os mercados e como os agricultores de relacionam com eles é uma tarefa importante do desenvolvimento rural”.

Neste sentido, considera-se os agricultores dotados de poder de agência, que conforme Ploeg (2008, 2009), os mesmos tornam-se atores que manejam uma base de recursos autocontrolada, que envolve tanto recursos sociais como naturais (conhecimento, redes, força de trabalho, terra, gado, canais de irrigação, terraços, esterco, cultivos, etc.), o que lhes garante certa autonomia em relação à existência de um ambiente hostil, marcado por relações de dependência, marginalização e privação. As pressões existentes perpassam os esquemas regulatórios, que implicam no aumento dos custos de produção e queda do preço dos produtos agrícolas e pelo poder do agronegócio.

Essa relativa autonomia pode ser conferida através do ingresso dos produtos da agricultura familiar nos circuitos curtos de comercialização, representados pela entrega direta de cestas de alimentos e pelas feiras livres, pela capacidade de constituir mercados com fortes laços sociais, retendo no território a riqueza gerada com um valor social específico. Além disso, o acesso ao mercado institucional representa novos mercados para a agricultura familiar, eliminando a figura do “intermediário” e cujo acesso se dá através das redes sociais constituídas pelas representações destes agricultores.

Sabourin (2009, p. 268-269) descreve o que seriam os “mercados socialmente controlados”, representados por feiras locais ou mercados de proximidade, nos quais há vínculos que mobilizam a sociabilidade por meio de relações diretas entre os produtores e consumidores, mas essa construção de mercados não se limita a proximidade. Outro aspecto importante é a ideia de qualidade associada a um território específico, o que representa uma potencial criação de territorialidades socioeconômicas e culturais, por meio das relações humanas, produtivas e culturais e as identidades locais. Esse processo de qualificação que garante a *origem* dos produtos reduz os efeitos da concorrência própria a troca capitalista e da planificação provocada pela indústria global.

Assim, além do mercado institucional, o mercado local coloca-se como um dos principais alvos dos agricultores familiares. Opondo-se a uma relação econômica impessoal, o mercado local e personalizado destaca-se pelo encontro dos atores *face to face*: o produtor e consumidor, enraizando-os no contexto social onde se desenvolvem, tornando elementos como a tradição, origem ou modo de produção específico (a exemplo dos produtos agroecológicos), uma “vantagem competitiva”.

Em Remígio, verificou-se na pesquisa de campo a existência de duas feiras: a feira agroecológica, que funciona às sextas-feiras; e a feira convencional, que funciona aos fins de semana. A Feira Agroecológica representa um processo que envolve uma rede de atores sociais, é organizada pela Associação dos Agricultores e Agricultoras Orgânicos do Compartimento da Borborema (ECOBORBOREMA), que é também vinculada ao Pólo da Borborema e a ASA. Em sua maioria os feirantes são dos assentamentos rurais. Há uma forte identidade visual nesta feira, imagens e símbolos que demarcam a opção política e mercadológica pela Agroecologia. Os agricultores/feirantes quase que em sua totalidade usavam camisetas brancas com a logomarca “Agroecologia na Borborema”; também usavam bonés e aventais característicos. A feira tem uma imagem agradável e organizada. As barracas são padronizadas, foram adquiridas e são mantidas por um fundo rotativo, pelo qual cada feirante paga R\$10 por mês. Esse dinheiro é utilizado para qualquer conserto que se fizer necessário, para pagar o aluguel do espaço onde eles guardam as barracas no centro de Remígio e também a montagem das barracas.

Figura 4 - Feira Agroecológica em Remígio –PB



Fonte: Pesquisa de campo (2011)

A movimentação na feira agroecológica não é intensa, mas ficou perceptível que os agricultores não se angustiam por isso. O senhor João, agricultor assentado, estava terminando a feira com quase toda a banana ainda por vender. Perguntei para ele o que iria fazer e ele disse que não se preocupava, pois, o que sobrasse, seria encaixado e guardado no galpão para ser comercializado junto ao PAA. Ele sempre respondia as minhas perguntas de maneira muito otimista, escapando a lógica da guerra do mercado tradicional. Perguntei como ele trazia a mercadoria para feira, ele disse que pagava frete, no valor de R\$15. Eu achei um valor relativamente alto, pois vi poucos produtos. Mais uma vez, respondeu satisfeito, “mas dá para tirar, dá tranquilo...”.

Dois dos agricultores entrevistados estão em processo de articulação para criação de uma nova feira agroecológica em Remígio - PB através do projeto do SEBRAE, denominado Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS. Um deles é Jacinto (47 anos), que está participando de reuniões para receber certificado de produto orgânico e foi convidado a participar do I Encontro Estadual do Projeto PAIS, promovido pelo SEBRAE em parceria com outras instituições. O plano é formalizar um grupo específico, certificado, para ter uma área distinta na feira aos domingos. Essa articulação é feita junto à Associação e a Secretaria de Agricultura do município. Jacinto acredita firmemente no potencial do associativismo para promover melhorias e trazer benefícios para comunidade através das políticas públicas, sua família historicamente foi envolvida em trabalhos comunitários. Sobre os apoios recebidos, relata que:

Sempre vem uns “beneficiozinhos” do governo, há dois anos teve um projeto que consegui fazer esse poço, muito importante que aqui a gente não tinha água né... Inclusive o SEBRAE tá dando apoio a gente, trouxe essa caixa, um kit de irrigação completo, 150m de tela, frango, galinha, muito importante, que eles vêm para família carente. Isso é uma coisa gratuita, é tudo gratuito, mas tem que ter a participação, eles ajudam o pequeno agricultor, mas se não tiver interesse ele tira e vai repor a quem está interessado. A gente tem que trabalhar para fazer de tudo para que dê certo (Jacinto, 47 anos).

Antes da pesquisa de campo, tratava-se a feira livre como um canal de comercialização absolutamente vantajoso, porém a partir do relato de algumas unidades familiares que optam por comercializar sua produção a terceiros, compreendeu-se que há diversos fatores envolvidos quando preferem vender diretamente ao consumidor: o tempo despendido e retirado do trabalho da produção agrícola; as despesas com transporte, sacos plásticos, alimentação, eventuais percas e a incerteza da negociação, que apesar de ser em geral mais

vantajosa financeiramente, representa um esforço e exige habilidades nem sempre existentes na família.

A vantagem percebida pelos agricultores da comercialização na feira é o recebimento imediato dos valores, diferentemente do mercado institucional, e o fato de ser um canal de comercialização direto com o consumidor, o que representa mais autonomia no processo. Esta construção representa muitas vezes uma extensão de redes sociais, o que proporciona um vínculo de confiabilidade entre os mesmos, “garantindo” assim a qualidade dos produtos comercializados. Esse foi um aspecto ressaltado nas entrevistas de campo, particularmente entre os agricultores que comercializam os produtos agroecológicos.

Segundo os agricultores entrevistados, a produção ecológica é colocada como uma exigência para participação nos Projetos; registre-se que esta é uma política regional não prescrita nos instrumentos legais do PAA, por exemplo. Por outro lado, no discurso dos agricultores havia uma rejeição a ideia do uso de agrotóxicos. Marconi (39 anos) critica as instituições locais que dizem que “têm que produzir orgânico”. Para ele, primeiro as pessoas têm que saber o que isso representa, pois acredita que 90% das pessoas não sabem o que é um produto orgânico; mesmo assim, nas reuniões se trata como se todos dominassem esse assunto. Ele complementa sobre a dificuldade de identificação (inserção diferenciada) destes produtos no mercado local:

Só que a gente hoje, por exemplo, a gente produz ecológico só que a gente não vende como que fosse um produto natural, com um diferencial, que tem que ter. Porque a gente não tem espaço, pra você ter... falta organização, principalmente dos produtor, pra você ter um espaço num supermercado, e outra: você só consegue entrar num lugar que faça a diferença, se você tiver uma produção garantida. Todo mundo quer te comprar, veio uma mulher do Paraná a semana passada, eu fui pra um encontro em Campina do SEBRAE, agora ela quer contrato de produção constante, ela compra, excelente preço, preço eles tem duas vezes mais do que aqui, agora eles querem produção garantida, por exemplo, a gente precisa de 10t de alface por semana, você pode garantir? ...tem um contrato lá, ...agora se você não produzir, e eles vier ver, você paga multa (Marconi, 39 anos)

Quando fala em garantir esta elevada produção, refere-se à possibilidade de, através de uma organização dos produtores locais, somarem esforços produtivos para atender a um projeto maior, porém, vê esta possibilidade frustrada pela pouca mobilidade da comunidade local nesse sentido.

Note-se que esta inserção no mercado não se refere apenas aos produtos primários da agricultura familiar, mas representam, na perspectiva adotada neste trabalho, as diversas estratégias utilizadas pelas unidades familiares em sua reprodução social, visto que a agregação de valor pode incrementar a renda das famílias de forma significativa. Assim, é

notória a participação e relevância dos produtos da agroindústria familiar nesta construção, que se caracteriza como:

[...] uma atividade que permite aumentar e reter, nas zonas rurais, o valor agregado da produção das economias camponesas, através da execução de tarefas internas dos produtos provenientes de explorações agrosilvopastoris, tais como a seleção, a lavagem, a classificação, a armazenagem, a conservação, a transformação, o embalamento, o transporte e a comercialização (BOUCHER Y RIVERO, 1995 apud WESZ JUNIOR et. al. 2006, p. 14).

Marconi (39 anos) relata que está tentando conseguir financiamento para um projeto de uma agroindústria familiar de beneficiamento de frutas para atender ao PNAE e com fito de escoar as frutas que na época da safra se perdem. Ele é líder da associação rural em sua comunidade e explica que há uma visão muito limitada da comunidade em relação à participação política: “as pessoas não participam, ficam esperando acontecer, se der certo, para poder vir participar”. Isso acarreta em obstáculos que limitam essas experiências coletivas, ele questiona: “qual a identidade desse lugar? Aqui não tem. Por exemplo, vários agricultores que juntos cultivem 50 hectares de maracujá, e garantam a produção”.

Aquela história que eu falei desde o começo: as pessoas desse lugar não se organizam não acreditam e não tem conhecimento. Agora mora no sítio, mas não vive do sítio, vive de uma aposentadoria, de alguma coisa assim, porque no lugar da gente o povo costuma trabalhar 3 meses por ano, planta feijão e milho, é as culturas do lugar da gente. Me mostre quem é que sobrevive de feijão e milho 12 meses por ano. O maior produtor é aquela região do Agreste ali, no ano que dá a pessoa passa o ano todinho, dá pra viver... só que é um ano e dez não. Aí um ano você tá lá sossegado e 9 tá roendo as unhas. Esperando vim outro ano daquele, se ele tiver com condição de trabalhar, trabalhar de novo. Eu andando por os lugares por aí que eu ando, eu vejo o pessoal tem uma aviculturazinha, na região da gente existe ainda aquela crença de que galinha dá prejuízo.

Acrescenta que as pessoas de outras regiões valorizam o nordeste, enquanto as pessoas aqui são desacreditadas, não investem em novos projetos. Referindo-se ao sul do país, afirma:

Lá o povo trabalha, existe outro detalhe também, o povo do nordeste é preguiçoso, muito! Vou dizer a você porque: eu não vi pessoalmente, mas você assiste todos os dias o pessoal tem uma ... as terras de lá também são pequenas igual as da gente, tem 200 porcos, tem 50 vaca, tem um aviário, mas lá trabalha tu que estuda na universidade, termina seu serviço lá, tu tá lá em cima de um trator, tu tá cuidando dos porcos, tu tá fazendo ... o que o povo fala tanto, a mão de obra familiar. O povo lá sobrevive da terra deles, eles não pagam as pessoas de fora não, aqui o caba tem cinco vacas, paga um vaqueiro, só que ele não faz conta, aí o dinheiro começa a se acabar.

É possível que esse descrédito do potencial da região advenha do processo histórico depreciativo a qual foi submetida, gerando um sentimento de inferioridade e incapacidade, em que a fuga da zona rural representa para quase a totalidade dos jovens o caminho à

prosperidade, ou seja, a possibilidade de prosperar e se orgulhar de trabalhar no Semiárido é quase remota.

Com o intuito de perceber a relação entre este acesso aos diversos canais de comercialização com as capacidades articuladas de organização social, política e de agente destes agricultores, fez-se a leitura dos dados obtidos em campo, a partir da qual constatou-se que:

- Dos agricultores que afirmam produzir precipuamente para o consumo da família (40% dos entrevistados), apenas um mencionou já ter tido um maior envolvimento com uma associação de agricultores, já tendo sido presidente por um curto período de tempo. Outro agricultor mencionou estar diretamente envolvido com as reuniões locais da associação de agricultores de sua comunidade, herança deixada pelo seu pai, que foi presidente por muitos anos desta entidade. Os demais agricultores deste grupo são ou críticos em demasia às instituições locais, desacreditados da capacidade de articulação social ou não demonstram interesse na participação comunitária.

- Outro grupo relativamente homogêneo, constitui-se daqueles agricultores que produzem para comercialização (em maior ou menor grau), correspondente a 30% do total de entrevistados, que se caracteriza por um grupo majoritariamente bem sucedido (tendo como parâmetro os agricultores da amostra) do ponto de vista produtivo e econômico para a realidade da região, mas, que se mantêm isolados ou indiferentes a quaisquer organizações sociais e políticas. Alguns até comercializam pelas vias institucionais, mas demonstram desinteresse e desconhecimento destas políticas. Nas entrevistas, a metade deste grupo fez severas críticas às instituições locais ou mostrou-se cético ao funcionamento delas em seu favor. Já a outra parte, tem uma relação “neutra” com as representações, preferindo não envolver-se com elas. Neste grupo, encontra-se um agricultor bastante capitalizado que, embora não participe, colabora financeiramente (através de doação de gêneros alimentícios) com as reuniões da associação, que acontecem próximo à sua residência.

- Um terceiro grupo, corresponde àqueles agricultores que integram ou lideram as associações comunitárias, possuindo um conhecimento aprofundado do acesso às políticas de interesse da população rural, e também, gerindo (ou compartilhando do sonho) de projetos de interesse comunitário. Estes correspondem a 30% dos entrevistados e estão integrados às diversas políticas (PAA, PNAE, PRONAF, SEBRAE), além de comercializarem nas feiras e terem projetos em comum, como a construção da cozinha comunitária para beneficiamento dos produtos agrícolas.

Não há um traço homogêneo quanto à faixa etária dos grupos, neste encontram-se agricultores de 32 a 47 anos, com uma idade média de 40 anos. Entretanto, percebe-se claramente que a faixa etária acima de 60 anos concentra-se nos outros dois grupos, que representam uma idade média de 55 anos. Como visto, a “participação” não implica diretamente em maior acesso aos mercados, outros aspectos como o estágio da vida laboral e a descapitalização também apresentam grande influência. Os processos participativos limitam-se a um número de agricultores beneficiários das políticas públicas, que certamente lhes trarão benefícios em vários aspectos, mas o fato é que não há “espaço” para todos.

No último grupo, que concentra os agricultores mais envolvidos e articulados politicamente, não estão necessariamente os agricultores mais produtivos e de melhor condição financeira, mas, sem dúvida, neste grupo estão os agricultores que acreditam no potencial da agricultura familiar e na possibilidade de ter uma melhor qualidade de vida no campo, a partir da própria diversidade produtiva e amplo envolvimento com o meio rural. Essa crença constrói-se a partir de uma maior participação política, comunitária e sindical. Estes agricultores percebem as dificuldades deste percurso, mas estas não limitam nem sufocam seus sonhos vinculados ao mundo rural. Estes entrevistados, agricultores e representantes de associações rurais, ilustram bem esta posição:

A maioria se perde, a gente luta pra ter polpa né... uma despoldadeira, inclusive agora estou com um projeto no Governo do Estado é de uma cozinha produtiva pra ver se a gente beneficia né, umas frutas, faz bolo essas coisas, doce, justamente pra colocar no PAA também e no PNAE, tem que pensar num futuro cada vez melhor né? (Rivaldo, 40 anos)

Só que agora, do Governo de Lula, e agora, desse que ta entrando, eu tô vendo assim sabe as pessoas nas reuniões, que eu participo muito de reuniões, tô vendo a dedicação voltada pra gente, isso é bom porque valoriza o pequeno... o grande precisa do pequeno, como é que o grande o doutor, esses empresários, a alimentação deles vem de onde? (Maria, 47 anos)

Percebe-se a complexidade da construção social desses mercados, que não prescindem de uma sólida relação de confiança e reciprocidade entre os atores sociais da comunidade. Um olhar sobre como se deu o ingresso destes agricultores nas políticas públicas parece ser relevante para ilustrar o papel dos diversos atores sociais nestes processos. Um casal de agricultores - Sebastião e Josefa Miranda - explica que seu ingresso no PAA aconteceu a partir da Associação que eles ajudaram a construir, porém, relatam as dificuldades desta experiência comunitária:

Mas como assim aqui o povo num...são bem chegado né assim, sempre tem aquelas diferenças, um pensa uma coisa, outro pensa, tem a associação lá aí a gente resolveu criar a nossa associação né ...então como ele já tinha bom conhecimento, que ele vive assim mexendo com essas coisas, assim aí ele convidou a gente, a gente entrou e logo veio esse coisa do PAA.... (Josefa Miranda)

Por fim, relata que no ano de 2011 a associação já contava com treze famílias no PAA e aproximadamente quarenta sócios. Outras regiões, citadas por Adriano e Maria – Malacaxeta e Jacaré – estão com suas associações desativadas. Entretanto, nas reuniões da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba), é necessário que haja uma representação e esta agricultura assume este papel.

Por outro lado, Hermano (26 anos) integra o grupo dos agricultores “produtivos” e pouco engajados politicamente. Apesar de fazer parte da Associação de Caiana, afirma que: “Eu me inscrevi lá, mas falar a verdade eu nunca frequentei não, me inscrevi somente, ali parou. Sempre, quem de vez em quando vai é minha mãe”. Este agricultor menciona que para acessar os empréstimos do BNB, o caminho é sempre Associação – EMATER – Banco e, portanto, necessariamente tem que ser sócio e estar em dia com a associação e sindicato. Ele declara:

Porque eu fiz essa associação e sindicato somente por causa que eu queria fazer o empréstimo, aí quando eu fiz o empréstimo, aí fiquei pagando...fiquei pagando..aí você não tem uma renda certa todo mês aí eu atrasei ...se eu quiser fazer outro aí eu tenho que chegar atualizar todas com a associação e com o sindicato pra poder fazer o empréstimo, se você for direto você não consegue fazer, a burocracia também.

Além do diferencial na comercialização, é interessante destacar o enfoque agroecológico como estratégia produtiva, pois os agricultores perceberam mudanças positivas em suas vidas a partir da produção ecológica.

Irinaldo (35 anos) afirma que adotou o modelo de produção com base ecológica em primeiro lugar “porque faz bem a natureza né... protege a natureza e a vida do ser humano”; depois acredita que há um melhor retorno econômico porque não há despesas com os produtos industrializados e, para fazer o defensivo natural, os custos são menores. A transição de modelo produtivo foi incentivada pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Remígio e também pela ASP-TA, além de sua própria experiência: “porque quando eu comecei a plantar verdura me ensinaram usando produto químico eu vi que tava errado, aí saí fora”, afirma que esta é sua principal motivação para manter-se nesta atividade:

Eu costumo dizer aos outros que o agricultor orgânico é o agricultor feliz, porque agricultor que usa veneno essas coisas ele está fazendo mal ao próximo, e está sendo contra a natureza, contra as coisas que Deus deixou.

É ... melhorou a vida, melhorou o estímulo, até financeiramente também. Se fosse para mim está trabalhando hoje na agricultura, tem duas coisas: eu só trabalho na agricultura porque tem irrigação e se fosse para trabalhar com produto químico eu tinha deixado há dez anos atrás. Já faz mais de dez anos que eu trabalho com orgânico.

Rivaldo (40 anos) também concorda que há vantagens do ponto de vista econômico na produção ecológica. Nesse sentido, se expressa a autonomia dos insumos externos proposta por Ploeg (2009), pois este agricultor raramente depende destes insumos, como adubo por exemplo, porque ele não faz queimadas e tem uma agrofloresta, utilizando as folhagens das plantas como adubo. Quanto à importância da produção ecológica afirma:

Eu vejo que se o pessoal, todo mundo trabalhasse com a agroecologia acho que o meio ambiente era outro... porque muda muito viu? Muito, muito mesmo. A gente vê sítio por aí a forma como o pessoal trabalha né, acaba com tudo não deixa nada, só pensa em produzir né, só pensa em quantidade, é muito sério, e a gente vê também o meio ambiente como está e se o pessoal trabalhasse só na Agroecologia eu acho que mudava muito né... (Rivaldo, 40 anos).

O conhecimento de técnicas produtivas é compartilhado nas reuniões das associações e nas visitas de campo feitas na comunidade, com apoio de outras instituições e universidades, construindo-se uma rede de saberes e conhecimentos, dinâmica alimentada pelo conhecimento acadêmico e empírico. Para Saborin (apud CONTERATO et al. s.d.), na medida em que os mercados ultrapassam a dimensão material das relações sociais, constrói-se uma autonomia associada à luta pela manutenção de recursos simbólicos, como crenças e práticas culturais enraizados na arte de fazer agricultura. Assim, enfrentar a “ordem moral” do mercado também significa contrapor-se ao seu ideário e construir outro conjunto de valores.

Por fim, cabe ressaltar que em relação à assistência técnica predominaram as críticas, no que concerne à qualidade do serviço prestado ou mesmo a ausência deste, como se percebe na fala deste agricultor: “Porque a gente tem uma EMATER que a gente vai pedir uma informação e fica voando assim... nunca veio aqui, nunca veio. Não foi por falta de solicitação não” (Marconi, 39 anos).

Alguns agricultores também questionaram a qualidade das sementes oferecidas pela EMATER, sendo preferível adquirir sementes de melhor qualidade a utilizá-las. Um agricultor não compreende “o porquê o Governo dá uma semente tão fraca, era melhor que não dessem 5kg, dessem menos, mas de um milho bom” (Adriano, 32 anos).

Outra agricultora, apesar de considerar que se trata de uma política de apoio ao pequeno agricultor, também não faz uso destas sementes: “Tem anos que a EMATER fornece, vamos supor que a semente ...eu mesmo não uso, não gosto da semente da EMATER porque é aquelas sementes miudinhas, eu já guardo o meu, já preparado né...e tudo isso é ajuda filha, e pra trás não tinha ...” (Rita, 65 anos).

O descontentamento é tamanho que em março de 2012, no lançamento do Programa Governamental de Sementes do Estado, houve uma manifestação da ASA, AS-PTA e Polo da Borborema, no documento²³ emitido por estas organizações se revela os motivos da insatisfação: “A distribuição em larga escala de algumas poucas variedades de semente não adaptadas às condições ambientais e socioculturais das diferentes regiões repete o erro histórico dos programas públicos que em nada contribuíram para promover autonomia das famílias agricultoras. Além disso, seu caráter assistencialista e distributivista desvaloriza e desmobiliza as estratégias de autogestão comunitária de sementes aumentando a vulnerabilidade e gerando mais dependência dos agricultores em relação aos insumos vindos de fora”. É uma preocupação que vai além da apontada pelos agricultores, acerca da qualidade dos alimentos, perpassando os aspectos da segurança alimentar, importância do patrimônio genético auto-gerido pelos agricultores e as questões relativas à convivência com o Semiárido.

Outro agricultor relata que há pouco tempo a EMATER e a ASPTA visitaram sua comunidade para compartilhar técnicas de produção de biofertilizantes, mas que isso foi bem recente, quando o sítio dele já estava em ótimas condições, pois hoje é uma referência no local. Ele sente que estas instituições não estiveram presentes quando ele mais precisava, pois começou tudo sozinho:

É agora aí é um problema sério viu? Assistência aqui a gente tem como é ...agregar valor que é no caso do PAA e do PNAE né ... mas assistência mesmo do roçado, do sítio, porque tem que ter né? É muito ...não tem não, pra falar a verdade. Eles diz que dá uma assistência, a EMATER, mas eu não vejo não, inclusive a gente tivemos até uma reunião, como a gente já ta tendo assistência da Arribaça né, que é sempre quem faz o PAA e dá assistência também no PNAE, a gente preferiu nem aceitar a EMATER mais, devido a isso, a gente tava envolvido em muitas coisas ao mesmo tempo sabe? (Rivaldo, 40 anos)

Continuando, relata que no início o que mais lhe auxiliou não foram as políticas específicas para a agricultura familiar, mas sim uma política nacional que lhe garantiu alguma renda fixa, o que permitia dedicação à atividade rural no seu sítio, pois se não fosse esta renda, por menor que seja, teria que vender a força de trabalho e assim não teria dado início aos projetos em sua propriedade:

A minha sorte também foi o, que eu digo sempre nos encontros que tem, foi o Governo Federal, por quê? Porque vem o Bolsa Família, eu comecei a trabalhar no sítio sem nada, recurso né, financeiro, aí o Bolsa Família me ajudou aí eu digo eu vou trabalhar pra mim, todo mês eu fazia a feira já era um reforço bom, aí teve também o PRONAF também né, comprei uns bichinhos, aí com o dinheiro do PRONAF já fui investindo no sítio, nas mudas, eu mesmo fiz as mudas né? Da minha cabeça mesmo, da minha experiência, mas sem ninguém ta ali, que o certo

²³ Disponível em: < http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2012/03/panfleto-a4-sementes_com_caveira.pdf >. Acesso em: 24 de março de 2012.

era ter né... alguém orientando, aí essa assistência aí que deveria ter mais especializada (Rivaldo, 40 anos).

Araújo (2008) endossa essa perspectiva ao afirmar que o avanço de políticas regionais no Brasil é inexpressivo, e que “o Nordeste mudou pelas políticas nacionais. Elas [...] chegaram ao Nordeste e tiveram impactos muito relevantes”.

Diante do exposto, resta claro que houve um progresso histórico nas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, que de um caráter meramente assistencialista avançaram a um novo patamar, com linhas de crédito e políticas públicas de aquisição dos produtos da agricultura familiar que possibilitam a participação destes atores sociais. Porém, ao analisar estas políticas em escala local, percebe-se a complexidade dos processos que visam promover o desenvolvimento rural, para que efetivamente alcancem os públicos mais fragilizados da agricultura familiar e correspondam às suas reais necessidades, isso só reforça a importância dos processos participativos na construção e execução destas políticas públicas, com o real envolvimento destes atores sociais.

Este “envolvimento” mostrou-se concreto na percepção de alguns agricultores, nutrindo seus projetos individuais e coletivos e a resistência em acreditar nas potencialidades do meio rural e nas múltiplas possibilidades que podem vislumbrar, tendo como “chão firme” as políticas públicas que experimentam. Fato é que estes são um filete de luz, em meio a um denso e vasto terreno de frustrações, limitações e impossibilidades, a questão é: estes agricultores conduzirão uma “capacidade de agente” tão intensa ao ponto de iluminar novas perspectivas ao rural do Semiárido nordestino?

Cada agricultor conduz uma trajetória particular e que influencia em suas tomadas de decisão e suas estratégias de reprodução social. O capítulo a seguir pretende entender os significados do rural para estes agricultores, particularmente de suas percepções acerca das mudanças ocorridas nos últimos anos na agricultura através das políticas públicas voltadas para agricultura familiar e da análise das possibilidades do “novo rural” na realidade específica do Semiárido.

4 RURALIDADES E “NOVAS RURALIDADES”: as perspectivas dos atores sociais em Remígio – PB

Este capítulo pretende lançar luz acerca do debate das ruralidades e “novas ruralidades” no contexto específico do semiárido nordestino, a partir da realidade do município de Remígio - PB, e, assim, obter a percepção dos atores sociais quanto ao seu futuro e ao futuro do “mundo rural” mediante as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural e a convivência com o semiárido.

Nos capítulos anteriores, discutiu-se o conceito de agricultura familiar e sua caracterização no município estudado em suas diversas variáveis. Como visto, a compreensão do “rural” transcende os aspectos relativos à produção e comercialização agrícolas, envolvendo fatores como: trabalho, mão de obra familiar, uso da terra e seus significados, apego à natureza, dentre outros. São estes múltiplos aspectos do rural que serão aprofundados neste capítulo, a partir, inclusive, das relações entre o campo e a cidade.

4. 1 A CIDADE E O CAMPO: suas relações e (re)configurações sobre o “rural”

De maneira geral, a definição do rural é sempre dada em oposição, complemento ou resíduo de sua contraparte, o urbano. É caracterizado por um espaço com baixo adensamento e certa dispersão populacional, com predominância de uma paisagem “natural” e pelos ritmos desacelerados de vida e produção econômica, já que as cidades parecem estar em ebulição ao passo que os espaços rurais produzem no compasso da natureza.

Não há um consenso nos estudos rurais sobre os limites dessas variáveis que separaria o rural do urbano, além do fato de que as respectivas áreas não se distinguem das urbanas apenas por aspectos demográficos, mas principalmente por elementos econômicos, sociais e culturais (KAGEYAMA, 2008, p. 36-37).

É importante distinguir a noção de “rural” e “ruralidade”, que também é central neste capítulo. Embora sejam conceitos intrinsecamente vinculados, não são sinônimos. Como explica Abramovay (2003, p. 16), “[...] a ruralidade é um valor ao qual o mundo contemporâneo atribui crescente importância, por seu significado na preservação da biodiversidade, no fortalecimento de manifestações culturais variadas e por um estilo de vida que os habitantes da cidade buscam cada vez mais”.

Nesta perspectiva, a ruralidade está vinculada a uma representação social do meio rural, construída por cada grupo social ou econômico, conforme seus interesses particulares.

Assim, pode se expressar de maneira totalmente distinta para os diversos moradores do rural: os de “dentro”, que “pertencem” àquele território e exercem a agricultura tradicional; os de “fora”, que vieram trabalhar na atividade rural naquela localidade; e os que deram outros usos ao rural, quer seja como morada ou como venda do espaço por meio do turismo, etc., cada um a partir de sua trajetória pessoal e de um conjunto de valores constrói uma “representação” do rural - uma ruralidade - e alguns, com base nesta noção de rural construída, decidem adotá-lo como seu novo estilo de vida, podendo existir, inclusive, conflitos entre os diversos grupos que disputam os espaços rurais.

A categoria analítica “rural” tem assumido novas (re)leituras/interpretações, de acordo com os distintos processos históricos. Com os avanços na indústria, o rural passou a ser reconhecido como o espaço do atraso e do distanciamento, tendo como referência a modernidade concentrada nas cidades, de forma que o rural e urbano tornaram-se espaços opostos. A ordem econômica passa a perceber o campo como um espaço de investimento de capital, com a conseqüente dissolução do campesinato tradicional. Com as mudanças ao longo da história, estes elementos tornaram-se insuficientes para explicar a nova realidade expressa pela fragmentação das grandes propriedades em muitas regiões do país (inclusive em Remígio-PB com o declínio da atividade açucareira); a modernização agrícola com a produção em larga escala (a “industrialização do campo”); o fluxo entre os mercados urbanos e rurais de mercadorias e mercados de trabalho; a ampliação da comunicação e transporte reduzindo as distâncias físicas e mesclando as culturas urbanas e rurais.

Não obstante, surge outra perspectiva analítica para além da dicotomia entre o rural e o urbano, que opõe o tradicional, representado pelo rural e agrícola, ao moderno, representando pela cidade e pela indústria. Esta abordagem aponta para a compreensão do rural como um *continuum* do urbano, no qual as cidades seriam os polos irradiadores do progresso, rompendo-se, assim, com a visão de “campo” e “cidade” como lugares radicalmente opostos.

Essa perspectiva é apresentada no país por autores como José Graziano da Silva (2001; 2004), cuja hipótese central é que o rural deixa de ser “sinônimo de atraso” e nesse rural a agricultura passa a ser apenas uma de suas atividades, dentre diversas outras atividades econômicas e rendas não-agrícolas. Isso ocorreria em virtude da redução das diferenças entre o rural e o urbano, especialmente provocada pelo mercado de trabalho, com as ocupações não agrícolas no campo, o que pode ser compreendido como um processo de *rurbanização*.

É inegável que fatores como a modernização da agricultura, a evasão de agricultores para os grandes centros urbano-industriais, as facilidades de transporte e a existência de serviços “modernos” no campo, alteraram, sobremaneira, a sua configuração e relação com o meio urbano; porém, para além do estabelecimento de um *continuum* urbano-rural, existem outras interpretações deste fenômeno, traduzidas por Wanderley (2009, p. 205) como um “**novo rural**” ou de um rural ressignificado, que apesar das continuidades do urbano, também guarda suas particularidades. A relação do campo com as sociedades modernas, longe de trazer uma sociedade homogênea, preserva “[...] laços profundos – de ordem social e simbólica – com a tradição “camponesa” que recebeu de seus antepassados”.

As transformações ocorridas no “rural brasileiro” ou “mundo rural”, longe de homogeneizar – urbanizar o campo –, ressaltaram as diferenciações existentes e redefiniram as relações entre o campo e a cidade, por meio da interdependência na oferta de bens e serviços e dos mercados de trabalho. Entretanto, é evidente que não há uma equânime relação de troca entre o campo e a cidade.

É clara a dificuldade das populações rurais em acessarem os serviços básicos ofertados pelo Estado que, tendenciosamente, são agrupados onde há maiores aglomerações, inclusive pela própria subordinação política do campo às cidades, como pode ser visualizado nessa rica síntese de Nazareth Wanderley:

[...] O ‘rural’ está sempre referido à cidade, como sua periferia espacial precária, dela dependendo política, econômica e socialmente. A vida desta população rural depende, portanto, direta e intensamente do núcleo urbano que a congrega, para o exercício de diversas funções e o atendimento de diversas necessidades econômicas e sociais. Seu habitante deve sempre deslocar-se para a cidade, se quer ter acesso ao posto médico, ao banco, ao poder judiciário e até mesmo a igreja paroquial. Se a pequena aglomeração cresce e multiplica suas atividades, o meio rural não se fortalece em consequência, pois o que resulta desse processo é freqüentemente a sua ascensão à condição de cidade, [...] a única alternativa que existe para a população rural se resume em permanecer periférica ou se tornar urbana [...] (WANDERLEY, 2009, p. 268-69).

Assim, o que resta ao rural é sempre a precariedade e dificuldade de acesso aos serviços que expressam a cidadania, pois, se avançar neste sentido, o rural logo irá municipalizar-se. Reforça-se, nesse sentido, as necessárias e constantes ligações entre o rural e o urbano, então, em alguns aspectos, o que possibilita a permanência no meio rural é paradoxalmente sua relação com os núcleos urbanos, a fim de vencer o isolamento e a precariedade a que são submetidas às populações rurais.

Ricardo Abramovay, ainda na década de 90, defende que a interiorização do processo de crescimento econômico no país proporcionou uma nova dinâmica territorial, que poderia favorecer a população rural pelo dinamismo que as cidades tendem a propagar ao seu

redor, se o rural estiver apto – estruturalmente e institucionalmente - a gerar novas configurações entre a cidade e o campo e for “capaz de propiciar oportunidades de geração de renda até aqui adormecidas” (ABRAMOVAY, 1998, p.18).

Entretanto, em muitos casos, nem os núcleos dos pequenos municípios brasileiros possuem estas condições, tendo em vista que o sistema brasileiro de cidades chancela a criação de municípios sem os mínimos equipamentos coletivos, promovendo uma “urbanização” frágil e limitada. Assim, as populações rurais enfrentam uma dupla dificuldade – de transporte e comunicação até o núcleo de seu município – e, posteriormente, o deslocamento para um polo regional, em busca, não raro, dos serviços básicos, particularmente de saúde.

Nesse sentido, Wanderley (2009, p.285) compreende que a “apropriação” da cidade se torna uma estratégia das famílias rurais e, sobretudo, da pequena cidade, podendo configurar-se três situações:

- a. populações do campo isoladas pelas dificuldades de acesso à sede municipal, que concentra a distribuição dos bens e serviços;
- b. pequenos municípios com serviços precários, logo há poucas diferenças entre o núcleo urbano e a periferia rural;
- c. “apropriação” da sede municipal pela população do campo, que além da busca dos bens e serviços, frequenta-a com regularidade ou até fixa residência, mesmo mantendo seus vínculos de trabalho no meio rural.

Além das diferenciadas relações entre o rural e as pequenas cidades, destaca-se a diversidade do meio rural no Brasil, que por sua grandeza territorial e diversas formas de ocupação, colonização e desenvolvimento, não é homogêneo, mas apresenta diversas situações específicas, que induzem a tratamentos diferenciados.

O município estudado - Remígio (PB) - enquadra-se no que se compreende como as “pequenas cidades”, não se caracterizando como uma cidade tipicamente “urbana”, por não ser uma área integrada à economia urbano-industrial, nem ter uma vida social local mais intensa, que oferece perspectivas favoráveis da produção agrícola local e de suas atividades correlatas (agroindústria e comércio); oferta de empregos não agrícolas no meio rural ou em cidades próximas, de forma a gerar alternativas de ocupação para alguns membros da família. Então, as pequenas cidades, incapazes de gerar essa dinâmica positiva, tendem a apresentar uma agricultura familiar mais frágil, com ares rurais empobrecidas, cujos trabalhadores adotam diversas estratégias de sobrevivência, “[...] passando pelas intensas e indispensáveis

relações com o comércio local, representado, sobretudo, pelas feiras das pequenas cidades e, por outro lado, pela migração temporária, inclusive para regiões distantes” (WANDERLEY (2009, p. 305-306).

Mesmo diante da diversidade, Nazareth Wanderley propõe uma compreensão do meio rural por aspectos que transcendem o viés produtivo e econômico. Para a autora, “o meio rural é entendido como um espaço suporte de *relações sociais específicas*, que se constroem, se reproduzem ou se redefinem sobre este mesmo espaço e que, portanto, o conformam enquanto um singular espaço de vida”. Quanto às dinâmicas internas, conforme a autora, o espaço rural é socialmente construído pelos seus habitantes, em função das relações fundadas nos *laços de parentesco* e de *vizinhança*, e isto, sendo fundamentalmente o “lugar” da família, centrado em torno do patrimônio familiar, elemento de referência e convergência, mesmo quando a família é pluriativa e seus membros vivem em locais diferentes. Estas famílias convivem com uma dinâmica social “externa”, pois as coletividades rurais são portadoras de um sentimento de pertencimento a este espaço de vida, mas não são isoladas, estão integradas aos espaços sociais mais amplos, sobretudo através das complexas relações associadas ao mercado e à vida urbana.

[...] as relações ‘externas’ que se constituem no interior dos próprios espaços rurais e que o modificam profundamente, tanto no que se refere aos aspectos físicos da paisagem, quanto às relações sociais locais, mas que não provocam necessariamente o seu esvaziamento, se as condições que garantem sua animação forem preservadas (WANDERLEY, 2009, p. 298).

Assim, o campesinato tem uma cultura própria no que se refere a uma tradição inspiradora das regras de parentesco e formas de vida local; a agricultura estaria, sobretudo, enraizada em um território como representação de um lugar de vida – moradia e trabalho– que garante o sustento da família e caracteriza uma sociabilidade específica, com uma identidade local e noção de pertencimento a uma sociedade de interconhecimento, que ultrapassa os laços familiares e de parentesco.

4.1.1 O “pertencimento” ao meio rural e seu significado em Remígio - PB.

Os elementos constitutivos da noção de “pertencimento” ao meio rural que puderam ser percebidos na pesquisa de campo são bastante ricos. Destacaram-se: i) o sentimento de pertencer a uma coletividade rural, aproximando-se do conceito de “sociedade de interconhecimento”; ii) a relação com a terra, para além dos aspectos produtivos e

econômicos e iii) o contato diário com a natureza e a tranquilidade inerente ao campo. Vejamos esses elementos de maneira mais detalhada:

- *sociedade de interconhecimento*

Os aspectos relativos à “sociedade de interconhecimento” puderam se revelar nas relações de parentesco e amizade e na ideia de “pertencimento”, que são notórios nas falas dos agricultores:

Meu lugar é aqui no Sítio. Aqui tudo é melhor, é mais calmo, **os vizinhos é tudo família**, na rua, é ...é mais difícil, fica mais difícil pra gente (Antônio Melo, 56 anos).

A gente nasceu e se criou aqui, você tem aquela vontade de ficar, trabalhar, ver produzir [...]. Aqui você vive mais tranqüilo, tem sossego, fora, eu nunca saí, mas dizem que é mais agitado, tem a correria, aqui não, aqui você tem a tranquilidade, tem o sossego, você tá em casa, tá com seus amigos, tem os conhecidos, **aqui é todo mundo conhecido**, a maioria nasceu e se criou aqui, aí você se sente mais livre, mais a vontade (Hermano, 26 anos).

É interessante destacar na última fala: “*a vontade de ficar, trabalhar, ver produzir*”. O campo se expressa como um lugar de moradia e trabalho, do qual se espera: condições de permanência vinculadas ao trabalho e uma produção agrícola satisfatória. Note-se como a agricultura familiar prevalece como eixo norteador das famílias rurais, nada parece substituir ao agricultor o prazer de ver a terra dar seus frutos. Há um indicativo de luta pela permanência nas terras, pois aquele lugar é onde “*a gente nasceu e se criou*” e, naturalmente, se quer vê-lo produtivo, o abandono nesse contexto pode ser interpretado como uma dolorosa e última opção.

Na representação destes agricultores, ser parte daquela coletividade rural é viver em uma “sociedade de interconhecimento”, que propicia relações de proximidade e confiança, gerada pela estabilidade social característica das coletividades rurais.

É esta sociabilidade que permite definir a sociedade rural como uma sociedade de interconhecimento, isto é, de uma coletividade na qual, cada um conhecia todos os demais e conhecia todos os aspectos da personalidade dos outros. Diversidade e homogeneidade asseguravam, graças à relação de interconhecimento, a vida social extraordinariamente intensa [...] (JOLLIVET; MENDRAS, 1971, apud WANDERLEY, 1996, p. 24).

Entretanto, as migrações trazem novas configurações a estes espaços rurais, podendo gerar conflitos entre os antigos moradores e os recém-chegados, os “de fora”. É como se estes estremecessem as estruturas da sociedade de interconhecimento, fundamentada em sua própria história social, pois evidenciam o risco deste ambiente de vida ser afetado pela presença de “estranhos”.

Em Remígio, alguns agricultores lamentam as modificações provocadas nos espaços rurais, geradas a partir de relações externas com o mercado de trabalho, que fomentaram as migrações ocorridas e, também, o abandono das residências no campo por parte de várias famílias, algumas após a morte dos patriarcas, e a chegada de novas famílias; para eles, estas ocorrências tornaram as relações sociais, identidades e culturas locais menos intensas.

Eu sempre vinha aqui, via e gostava muito, eu gosto muito daqui, hoje porque tá muito diferente, há quarenta anos atrás era completamente diferente aqui, tinha muita gente, muitos vizinhos, então era bem diferente do que é hoje. Hoje não tem mais aquelas pessoas que tinha, já veio pessoas de fora, de outros lugares... as culturas né daqui também... vai se acabando, porque as pessoas de fora não vai continuar aquelas culturas né... (Josefa Miranda)

A agricultora oferece um marco temporal para tais “mudanças”, em torno da década de 70, justamente na época em que se intensifica o uso de tecnologias na agricultura e o aumento da produção, que leva a queda nos preços dos produtos agrícolas e a redução do emprego no campo, expulsando seus moradores e os impelindo às correntes migratórias ao sul do país. Depois, refere-se a “novos” moradores, pessoas vindas “de fora”. Josefa Miranda, que é natural de Remígio e viveu vários anos no sul do país, retornou há pouco tempo com seu esposo, desejando permanecer no local. Este relato proporciona uma visão micro de um amplo processo que implica nas complexas relações entre campo e cidade ocorridas nas últimas décadas no país, gerando diversas expressões de ruralidades, a partir da própria diversidade do rural brasileiro.

Ao optarem por permanecer ou mesmo retornar ao meio rural, as famílias, além de definirem seu próprio futuro, definem o futuro do espaço em que vivem, sendo responsáveis por sua “animação” e, também, estabelecem as relações sociais “externas”, que trarão implicações em ambos os espaços sociais, o que Wanderley (2009) classifica como um *duplo movimento da sociedade*:

A permanência no meio rural, no entanto, implica freqüentemente em escolhas – complexas sem dúvida – que envolvem os projetos familiares e as relações que se estabelecem entre a sociedade mais ampla e a vida local e que traduzem as expectativas geradas e as possibilidades efetivas de emprego, de que vive no meio rural é, assim, responsável por um duplo movimento da sociedade, que por um lado, dinamiza a vida local – na medida mesma em que é a fonte de configuração da paisagem, do uso e da preservação dos recursos naturais e sociais e da intensidade da vida social local – e por outro lado, estabelece as formas de relacionamento com a cidade e com a vida pública, para além do espaço local (WANDERLEY, 2009, p. 264).

Compreende-se assim que a relação das pessoas do campo com a cidade não esvaziam os significados do meio rural, mas o redefine e o complementa, constituindo uma vida social local complexa, pois é fruto das diversas relações sociais que extrapolam o espaço local, de forma que as coletividades locais não estão isoladas.

O esposo de Josefa Miranda, Sebastião, apesar de não ser natural da região (é de um município vizinho, Alagoa Nova), demonstra um apego ao lugar onde hoje vive e trabalha:

Pra mim hoje, depois que eu passei uma boa temporada em São Paulo, a vida de lá que é sofrida também, hoje aqui, eu me sinto no paraíso, se houvesse uma condiçãozinha financeira, se eu tivesse a condição financeira, que eu tivesse um transportezinho pra ir até a cidade, e me aconchega-me aqui, pra mim já tava um paraíso. Eu sofri na grande cidade, eu não tinha leitura, trabalhei como burro de carga [...] Pra mim hoje tá ótimo viver aqui, abusei da grande cidade, hoje tive problema de saúde aí abusei até da feira um pouco, hoje é ela quem faz a feira, vai no domingo mais os meninos, a gente arruma alguma coisinha aqui do sítio aí ela leva, vai pra feira, apura alguma coisa lá.

Em sua fala, o agricultor representa, com riqueza de detalhes, o movimento de “idas e vindas” que muitos moradores da região vivenciaram. O valor que hoje estes agricultores percebem no meio rural, em que vivem e trabalham, deve-se principalmente ao sofrimento enfrentado nos grandes centros urbanos. É perceptível o sentimento de que o trabalho era difícil (contrapondo-se ao sonho que a vida no “sul” do país seria melhor e mais feliz) e que, apesar do intenso trabalho, nada lhes restava em valor pecuniário - trabalhavam para viver - não acumulando “as posses” pelas quais se motivaram a deixar a sua terra e suas raízes, rompendo com a tradição familiar, em busca de uma melhoria de vida.

Pelo contrário, alguns demonstraram que a rotina da “grande cidade” os trazia perturbações emocionais e sequelas na saúde física e mental. Como não obtendo tal melhoria de vida, muitos agricultores retornaram às suas terras, e, embora continuem trabalhando duramente, orgulham-se em trabalhar “no que é seu” e em se reencontrarem com aquilo que sempre fizeram, desde a infância, por isso a ideia de estar em “um paraíso”: agora sim, vivendo um sonho de pisar no “seu” chão, assumindo práticas cotidianas com representações bastante particulares, que informam noções de tempo, trabalho e família diferenciados da sociedade urbano-industrial.

Apesar deste lado positivo, a visão do “paraíso” esbarra nas suas próprias dificuldades. O casal - Sebastião e Josefa - ainda se choca com a falta de infraestrutura do local em que vivem: não usufruem de água encanada para lavar a louça e tomar banho de chuveiro, a roupa tem que ser lavada na cacimba e, o pior, para ir à sede do município, é preciso caminhar até um vilarejo próximo chamado Cipílio, para só então tomar um transporte automotivo. Esta precariedade de transporte poderia ser vencida, na visão do agricultor, se ele tivesse um transporte próprio, assim, estaria plenamente satisfeito em seu velho/novo ambiente de vida/trabalho.

Ressalta-se aqui a essencialidade da variável econômica para permanência do homem no campo e da garantia de níveis aceitáveis de renda e condições de vida, a partir do olhar para a trajetória desse casal, que retornaram ao campo, trazendo vida e cuidados a um sítio que estava abandonado. Eles adotaram a produção agroecológica, engajaram-se na vida comunitária, com uma postura ativa na associação rural da comunidade, porém, o “apurado” é pouco, as condições de transporte e infraestrutura são precárias, de forma que o entrave parece estar na esfera econômica, para que haja efetivamente o desenvolvimento deste espaço rural.

- *relação com a terra*

Esse “apego” e pertencimento ao rural se expressa também na relação com a terra quanto ao exercício da atividade agrícola, que muitas vezes não é praticada visando um retorno econômico e sim, por prazer, reforçando os costumes e a herança familiar, além da tradição camponesa da “partilha”:

A agricultura é um jogo, [...] a gente trabalha porque a gente nasceu, **já vem dos avós, dos meus pais**, e eu gosto da agricultura, mas que o rendo é pouco. Aí quando dá, a família ta boa de saúde, aí eu vou e emprego um pouquinho porque eu gosto do meu roçado, gosto da minha agricultura, chega uma pessoa eu to com os sacos cheio de feijão, eu dou um cozinhado a “a” e a “b”, aí **eu me alegro por isso**, mulher.

Me sinto, feliz, feliz de eu morar aqui na roça, no sítio. Por quê? Porque é um ambiente sadio, é um ar livre, não gosto de muita zuada, porque na cidade é muito poluída, porque vem carro de som, o som do vizinho, a gente já é tudo doente, de idade ...Eu gosto da roça, porque aqui olhe, eu to aqui mais você palestrando, quando você sair eu já vou varrer um terreiro, eu vou olhar se tem alguma coisa no roçado pra mim colher, então eu gosto do sítio, nasci e me criei, nunca morei em rua... (Rita Freire, 65 anos).

Como visto no Capítulo I, onde se estudou o sentido da “terra” na reprodução social das famílias rurais, insurgiu o valor simbólico da terra e da produção agrícola como parte da história e vida dos agricultores, mesmo quando os frutos que se obtêm com o trabalho agrícola não são indispensáveis para o sustento de sua família, mas parecem ser para sustentar esta identidade, construída desde sua infância na agricultura, aprendida com os pais e avós, e preservada mesmo diante de tantos fatores adversos.

- *relação com a natureza*

Alguns elementos simbólicos do meio rural que caracterizam esse espaço específico também se fizeram presentes nos discursos dos agricultores:

“Aqui o que me agrada é a criação, me levantar de manhã né... olhar os meus bichos, o roçado...” (Nailzo, 47 anos).

“De manhã, escutar o galo cantando, tem gente que não gosta e não vê, tem gente que não vê não...” (José Marconi, 39 anos).

“Gosto demais do sítio, praticamente pra mim aqui é um paraíso, eu gosto demais!” (Rivaldo, 40 anos).

Hoje em dia é prazeroso você trabalhar [...] na gente existe uma coisa muito importante que é o amor a natureza, olhe, eu podia tá lá em João Pessoa trabalhando em outra coisa, meus filhos vivem lá, estudam, eu tinha uma casa lá, mas eu deixei tudo, o pessoal diz assim: você é doida! Como é que você tinha uma vida daquela, minha mãe chega aqui e diz assim: quem era você, que tinha aquela vida, e hoje você vive uma vida dessa? Meus filhos chegam, tudo chique, tudo bonito, aí dizem: mas mainha ... e eu digo: mas meu filho, eu gosto, eu amo isso aqui, se não tivesse essas pessoas que tivessem esse sentimento, essa coisa gostosa, como ia ficar isso aqui no futuro hein? Só mato, mato... (Maria, 47 anos).

Assim, o sentimento de pertencimento se completa. Além das relações sociais específicas, da relação produtiva com a terra - o trabalho no roçado -, ainda há uma sintonia maior com a natureza e apego aos seus diversos elementos, como os animais, a paisagem, além da satisfação associada à tranquilidade do meio rural e o prazer de trabalhar com o que gosta e sabe fazer. Eis um elemento distintivo da agricultura familiar da agricultura patronal, pois esta se pauta, em geral, numa relação mais distanciada, já que o empregador/empresário pode atuar apenas com os investimentos em capital, sem nenhum envolvimento com o espaço rural.

Na fala da última agricultora dois elementos se ressaltam: o “amor à natureza” é o que nutre parte significativa do que se compreende como “novo rural”, ou seja, é perceber a terra não somente como um espaço de produção agrícola ou de especulação monetária, mas um espaço que tem valor em si próprio e, por isso, deve ser cultivado, admirado, preservado; para alguns atores sociais, pode ainda tornar-se um espaço de consumo (residência permanente, secundária, turismo rural, etc.).

Outro aspecto presente na sua fala é quando a agricultora pensa no rural habitado por pessoas que não têm esse sentimento, esse “apego”, e ela define que a vasta paisagem (que visualizávamos na hora da entrevista), se dependesse destes sujeitos, tornar-se ia um abandono. Além desse recorte de sua fala, ela acrescentou durante a entrevista que nestas condições, a terra poderia ser explorada para criação de gado ou cultivo de monoculturas (esta última possibilidade advém de sua experiência quando trabalhou em João Pessoa, na produção de frutas com uso intensivo de agrotóxicos), eliminando a vitalidade e diversidade agora existentes.

Portanto, os três aspectos analisados nesta seção constituem o “pertencimento rural”, na perspectiva dos moradores do campo e agricultores entrevistados em Remígio. Este

sentimento faz parte da sociabilidade específica enraizada no campesinato e expressa nas formas de vida local, que se caracteriza, também, por relações sociais pautadas na ajuda mútua e reciprocidade, em prosseguimento, estes aspectos serão analisados na seção 3.3.

Antes, porém, será necessário relatar outro aspecto que foi identificado em campo que, embora não tivesse sido previsto no roteiro da pesquisa, por ser mencionado em muitas entrevistas, assumiu uma grande proporção entre os demais elementos para se compreender os significados do rural no município estudado, trata-se da violência no campo.

4.1.2 Rompendo com o rural idílico: a violência que expulsa os agricultores do campo

Mesmo diante do “apego” ao mundo rural, alguns agricultores optaram por morar no núcleo do município, não por pretender abandonar a atividade rural, mas pela ausência e precariedade dos serviços públicos no meio rural; “morar na rua” representa maior facilidade de acesso aos serviços de saúde, à escola das crianças, à igreja e ao comércio. Para Wanderley (2009, p. 284), o movimento da população rural na direção das pequenas cidades nem sempre significa a ocorrência de transformações profundas no que se refere ao modo de vida, permanecendo no mesmo mundo de relações de interconhecimento.

Em Remígio particularmente, esse movimento também se constitui como refúgio para a violência existente no campo. Neste caso, o meio rural não é um uníssono de tranquilidade e sossego. O imaginário bucólico dilui-se no medo contra as violências, assaltos e agressões aos idosos no campo em Remígio.

A percepção trazida pelos dados obtidos em campo é que há um esvaziamento rural. Muitos vizinhos dos entrevistados abandonaram suas casas por conta da violência no campo. Com o envelhecimento da população, já que muitos jovens optam por migrar para os centros urbanos, estes se tornam o alvo dos criminosos, pois possuem um rendimento fixo por meio da Previdência e são por natureza mais vulneráveis fisicamente, o que facilita os assaltos em suas residências.

Francisco Aquino (64 anos) mora na comunidade denominada Gravatá Sul, que parece ser uma das mais violentas. À época da entrevista, uma casa próxima a sua estava sendo demolida: a proprietária foi assaltada e mudou-se, preferindo destruir seu patrimônio, sua herança familiar e abandonar a vida no campo. Eles sentem que aquele lugar que antes era deles, hoje foi invadido, como se fosse uma praga e, por isso, não se reconhecem mais como pertencentes àquela comunidade. Citam pelo menos quatro vizinhos que se mudaram

recentemente. Estes trabalhadores se sentem expulsos de seu lugar de moradia, o que se expressa também com a perda de sentido de exercer a atividade agrícola no local:

Antigamente era bom né, a gente vivia de porta aberta não tinha esse problema que tem hoje, dá seis horas tem que fechar as portas, aí não tem condição pra isso mais não, daqui a dez anos moça ninguém fica aqui não! Roça ninguém planta mais não [...]acabou-se, não existe mais isso aqui, cadê o povo pra trabalhar? Quer dizer, a agricultura daqui não vale mais não. Acabou-se. A agricultura daqui não existe mais não. O povo tão tudo se acabando saindo... tão tudo na rua, a safra que vem agora é de fora, a daqui não vale mais nada. Aí o povo não vai mais trabalhar não, os que criam bem, quem não cria, abandonou, foi pra rua. Agora tudo é difícil, pra você depender disso aí, tá completamente liquidado. Daqui a uns quatro ou cinco anos ninguém trabalha mais de jeito nenhum, quem é aposentado vai comendo, e os filhos ficam comendo dos aposentos dos velhos, e acabou, pronto.. E os que não querem vão roubar, e acabou a história. É difícil a coisa. Não tem mais condição pra nada, eu só to aqui hoje porque não posso comprar uma casa, se não já tinha ido embora, [...] ladrão tem muito pra assaltar o povo, ninguém pode criar uma ovelha, ninguém pode criar uma cabra, não pode criar nada, se criar perde. Até uma vaca que a gente cria eles querem roubar, por isso é ruim a coisa no sítio hoje, não vale mais não (Francisco Aquino, 64 anos).

Este foi o relato mais marcante sobre a temática da violência no rural. Percebe-se em suas palavras uma nítida relação da violência com o abandono da atividade agrícola, assim como uma revolta e um saudosismo em relação aos tempos em que o rural era sinônimo de tranquilidade. Ao contrário dos demais agricultores, que de forma unânime percebiam o rural hoje como um lugar muito melhor para se viver e trabalhar em virtude das políticas públicas existentes, este agricultor considera a agricultura de sua região arruinada por conta da violência no campo, em sua visão, não há produção alguma, as pessoas vivem das transferências de renda.

Nailzo (47 anos), que integra a comunidade rural Constantino, afirma que de todos os vizinhos que tinha, ele é o único que permanece morando lá, enquanto todos os outros se mudaram. Há 20 casas na comunidade, são 400 hectares de terras, mas só existem três casas habitadas: “O restante é tudo abandono”. Isso reforça a tese de Francisco Aquino de que a violência tem trazido o abandono do campo.

Alguns resistem à violência e optam por permanecer no meio rural, como Antônio Daniel (61 anos), que já enfrentou diversos assaltos em seu comércio (ele é agricultor e comerciante), mas insiste em permanecer no meio rural, pois isso para ele é muito importante: “**Para mim é o céu e as estrelas**, podia me dar a melhor cobertura da Paraíba que eu ainda não queria, **aqui eu me sinto feliz!**”.

Os constantes assaltos no campo têm gerado protestos e reivindicações por parte das representações rurais. Em março de 2012, os agricultores da região da Borborema tornaram a

BR104-Norte intransitável e centenas de trabalhadores de diferentes municípios da região da Borborema denunciaram a omissão das autoridades e responsabilizaram os governantes pela saída em massa de famílias agricultoras do meio Rural, em todas as regiões da Paraíba. Houve mais duas manifestações em outras regiões próximas.

No panfleto confeccionado pelo Fórum das Organizações da Sociedade Civil em Defesa da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária (Figura 6), o município de Remígio é citado como um dos mais afetados pela violência rural, sendo apontado o abandono no campo em diversas comunidades.

Dessa maneira, além de todos os aspectos restritivos já apontados nos capítulos anteriores, como ausência da mão de obra familiar pela migração dos filhos dos agricultores; frágil mercado de trabalho urbano; inexistência de atividades diversas no meio rural para geração de renda; acesso limitado aos recursos produtivos (terras pequenas, dificuldades no armazenamento de água, etc.); dificuldades de acesso a crédito; número reduzido de agricultores beneficiados com canais de comercialização institucionais; dificuldades de transporte entre o campo e a cidade; limitadas experiências comunitárias no que concerne a projetos para beneficiamento da produção agrícola, dentre tantos outros fatores desagregadores da vida no campo e da agricultura familiar como seu eixo norteador, ainda identifica-se esta realidade, em algumas comunidades mais agressiva que outras, em que se há “medo” em morar no campo. Dessa forma, um dos grandes diferenciais entre o campo e a cidade, que é a tranquilidade, se desmorona, pelo menos neste espaço territorial em particular.

Figura 6 – Panfleto contra a violência no campo

PELO DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA NO CAMPO

No estado da Paraíba, a violência há muito tempo deixou de ser um assunto apenas de centros urbanos. Todos os dias são notificados inúmeros casos de violência no meio rural, o que vem preocupando às organizações representativas dos agricultores e agricultoras, bem como os movimentos sociais e sociedade como todo.

Roubos de motocicletas, furtos de animais, implementos agrícolas, arrombamentos de casas, assaltos à mão armada, inclusive com assassinatos de agricultores se transformaram em episódios corriqueiros no mundo rural. A violência é ainda maior quando na família há membros aposentados, alvo preferencial da bandidagem.

Tais fatos vêm disseminando um clima de medo e terror agravando o quadro de migração de agricultores para as cidades à procura de maior segurança. No Território da Borborema, em municípios como Arara ou Remígio, já possuem comunidades inteiras desertas no período da noite. O medo vem comprometendo as formas tradicionais de cultivar a terra, até que inviabilizam por completo a produção agrícola.

A terra de trabalho deixa de ser também a terra de morada. O afastamento da família de seu chão compromete a eficiência produtiva, característica da agricultura familiar; a qualidade de vida, já que muitas vezes são obrigados a morarem nas pontas de rua; e a sua continuidade, já que das crianças e dos jovens também foram roubados a chance de aprenderem a arte de lavrar a terra. Acreditamos que não havendo medidas urgentes e eficazes por parte das autoridades competentes para buscar inibir e frear esse quadro danoso, teremos uma situação ainda mais grave de abandono generalizado no meio rural Paraibano.

Vivemos atualmente uma grande contradição: de um lado temos um conjunto de políticas afirmativas do Governo Federal e inúmeras ações alternativas que buscam garantir a permanência e a sustentabilidade da agricultura familiar; por outro lado, a violência tem tirado as famílias agricultoras do meio rural. Entendemos ser urgente e necessário que os governos Estadual e Federal encontrem políticas que venham definitivamente coibir e combater a violência no campo. É assim que solicitamos que:

- Seja implantado urgentemente um Programa de Segurança Pública para o campo, que envolva o policiamento rural (polícia comunitária) com toda estrutura e aparato como: automóveis, motos, cavalaria, capacitação, visando inibir a criminalidade na zona rural do estado;
- Que a polícia de inteligência seja designada para atuar no meio rural, como forma de identificar os envolvidos em delitos.
- E que seja garantido condições sigilosas para que se façam denúncias dos marginais infiltrados nas comunidades rurais.



**Fórum das Organizações da Sociedade Civil em
Defesa da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária**

4.2 Relações de reciprocidade e ajuda mútua em Remígio - PB

A ruralidade se expressa, dentre outros elementos, por relações sociais específicas, e, além da proximidade e interconhecimento já mencionados, destacam-se também as relações de *reciprocidade e ajuda mútua*. Eric Sabourin produziu diversos estudos sobre as relações camponesas e a reciprocidade. Uma de suas produções de 1999 refere-se a pesquisas de campo realizadas no sertão nordestino (inclusive no município de Remígio - PB), mediante as quais afirma que paralelo as relações mercantis, encontram-se prestações econômicas não mercantis que correspondem a permanência de práticas de reciprocidade camponesa, readaptadas em um novo contexto.

O autor compreende que a lógica da reciprocidade motiva parte importante da produção e do manejo dos recursos, incluindo o acesso “gratuito” à água dos açudes, às pastagens comuns e à mão-de-obra da comunidade, por meio da troca de dias de trabalho ou mutirão. O termo mutirão vem do tupi e quer dizer “colocar a mão na massa”, pode designar dois tipos de ajuda mútua: a que tem a ver com os bens comuns e coletivos (construção ou manutenção de estradas e cisternas) e os convites de trabalho em benefício de uma família, geralmente, para trabalhos pesados (SABOURIN, 1999, p. 3).

Para o autor, a ajuda mútua e o compartilhamento de recursos naturais representam elementos estruturantes de reciprocidade, oriundos de regras ou normas sociais de origem camponesa. Nesse sentido, expõe que não é exatamente o objeto de compartilhamento que caracteriza esses processos, mas os atos dos sujeitos; o ato de “fazer junto”, pois a dependência mútua provocada pela limitação dos recursos gera um sentimento de pertencimento, confiança e união, o que não ocorre com o recebimento de recursos “de fora” da comunidade.

Ressalte-se que as limitações de recursos naturais, produtivos ou financeiros têm gerado historicamente o abandono do campo, ou seja, não necessariamente as limitações impostas às populações rurais geram relações de dependência mútua, pois há diversos fatores que podem construir ou inibir tais relações.

No trabalho de campo alguns agricultores mencionaram que a manutenção das estradas era feita em coletividade, o que se mostrou contraditório ao resultado mais geral das entrevistas, quando: ou se identificava que esta era uma obrigação da Prefeitura Municipal ou que algum agricultor assumia essa missão para si, para não ficar dependendo do “governo”. Rita Freire (65 anos) afirma que “Sobre a estrada, o prefeito é quem resolve... quando chega o tempo certo, o prefeito passa a máquina na estrada. Então, agora nesse inverno, muita gente

aqui da região chega com uma enxada, uma pá, um tapa um buraco, ajeita, enquanto a máquina passa”, trata-se de manutenções pontuais, não realizadas propriamente em coletividade.

Quanto aos trabalhos em mutirão, estes não foram identificados como parte dos costumes atuais da região, sendo mencionados como algo que acontecia há tempos atrás. Inclusive, Josefa Miranda afirma na entrevista que, para ela, antes a agricultura era mais fácil “porque antes tinha mais amizade, então era mais fácil um vizinho ajudar o outro”, ou seja, não existe a mencionada reciprocidade nas relações entre as famílias. Cada unidade exerce suas atividades e relações produtivas no âmbito da família.

Francisco Félix (71 anos) afirma: “Troca de dia ninguém usa mais não, depois que o Governo ajudou todo mundo, um trabalha e dez, doze não. Antigamente, quando a pessoa não tinha com que pagar, tinha esse negócio, mas hoje não tem mais não”. Este agricultor afirma que o fato de “não ter como pagar” estimulava a prática da “troca de dia”, enquanto atualmente, com a aposentadoria rural, o serviço é contratado nos moldes das relações capitalistas. Como visto, no Capítulo I, 75% dos agricultores entrevistados contratam mão de obra de terceiros, seja de forma temporária ou permanente.

Sabourin (2009, p. 68-69) reconhece as transformações ocorridas na “ajuda mútua”, a partir das pesquisas realizadas no Curimataú paraibano, uma vez que a prática regular de mutirões torna-se cada vez mais rara, em virtude do êxodo, emigração e mecanização. Além disso, as atuais práticas não sustentam as estruturas de reciprocidade antes existentes.

Na pesquisa de campo realizada são feitas apenas duas menções acerca da ajuda dos vizinhos e estas são meramente de solidariedade em caso de doença, de um socorro, o que pouco se distingue das relações na sociedade em geral. Não se oportunizou falar de eventos religiosos, festas e batizados no roteiro de entrevista, por isso a ausência destes aspectos para análise.

Embora não se configure nas estruturas elementares da reciprocidade, identificou-se em campo que comumente os agricultores que comercializam seus produtos pelo PAA, quando não possuem produção suficiente para cumprir o seu contrato perante as instituições proponentes (Associações e Prefeituras etc.), fazem um acordo com um agricultor vizinho, para que ele repasse parte do excedente da sua produção para reposição da mercadoria que falta ao agricultor fornecedor - permitindo-lhe cumprir o contrato; assim, mesmo não sendo um ato gratuito, pois se trata de uma relação mercantil, ressalta-se o envolvimento e sensibilidade a causa do outro.

Por fim, não se identificam sólidas relações de confiança entre os vizinhos, como afirma esta agricultora: “A gente não tem a quem recorrer, a gente não tem um amigo pra chegar assim e dizer: Fulano, me empreste R\$200, me empreste aí R\$ 100, a única pessoa ainda que nos ajuda, que chega assim quando a gente tá na pior, que não tem nada, é a mãe dele” (Maria, 47 anos), referindo-se a mãe de seu esposo.

Rita Freire (65 anos) acrescenta: “Ajuda, se for financeira não existe. Se for de agricultura, cada um por si, e Deus por todos. Cada um, cada um. Se chegar uma oportunidade, a família ajuda. Cada um tem seu roçadinho, *se eu tenho o meu eu não posso lhe ajudar, né?*”. Na visão da agricultora, que contrata um trabalhador para “fazer o roçado”, não paira essa possibilidade de um vizinho prestar ao outro uma ajuda mútua, a única opção que lhe parecer ser razoável é cada um cuidar do que é seu.

Edna Cristina Francisco (2007, p. 46) também constatou em sua pesquisa de campo, realizada em Rio Verde, no Estado do Paraná, que os mutirões foram retratados nostalgicamente pelos agricultores mais velhos, em função dos bailes e da comida oferecidos por quem mobilizava o mutirão; de forma que os mutirões além de trabalho coletivo e ajuda mútua, representavam uma reprodução sociocultural e em função da reciprocidade, pois gerava uma rede de relações entre as famílias pelo trabalho que naturalmente seria retribuído.

É evidente que os elementos obtidos em campo não são suficientes para analisar de forma satisfatória os conceitos que tratam este tópico, que configuram o meio rural como portador de relações sociais específicas, fundamentadas em laços de amizade e parentesco, traduzidas em reciprocidade (visto que este não era o objetivo central desta pesquisa, apenas uma das nuances para compreensão da reprodução social no campo). Mas, diante do que foi observado por meio do instrumento de pesquisa, é possível sintetizar que não há mutirões - expressão clássica da ajuda mútua no meio rural - e as famílias, esvaziadas de braços, contratam mão-de-obra de terceiros. Há os “invasores” dessa atmosfera de tranquilidade e confiança, que violentamente invadem os lares rurais, disseminando medo e desencanto pelo pedaço de chão. E existe, por outro lado, pessoas felizes e dispostas a viverem todos os seus dias naquele lugar, onde encontram sentido para vida e o seu “paraíso”. É um paradoxo, uma realidade complexa, e cada vez que se tenta transmutá-la ao formato das letras, corre-se o risco de se pender para um dos extremos, perdendo o equilíbrio necessário para a interpretação que a história de cada agricultor desnuda aos nossos olhos.

4.3 A PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES DE REMÍGIO ACERCA DO RURAL E DO SEU FUTURO À LUZ DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Um dos objetivos desta pesquisa foi identificar a percepção do rural para os agricultores, hoje, a partir das políticas públicas que acessam. Quase de maneira unânime, os agricultores concordam que é mais fácil ser agricultor hoje, principalmente em virtude das políticas nacionais, como o Bolsa Família, a Previdência Rural e o acesso a créditos (a referência inclui empréstimos consignados para os aposentados):

Hoje tá melhor do que antigamente. Hoje tá 99% melhor de trabalhar na agricultura do que anterior. Porque, anterior, há quarenta anos atrás, não tinha aposentadoria, não tinha empréstimo, não tinha ... principalmente pros pobre, então, prá trás meu pai era uma situação que meu pai não podia botar uma carrada de estrume, não tinha uma preparação pra nada! Até o estudo era difícil de você ter... então eu acho que hoje pra agricultura tá melhor, veja bem, vem a Bolsa Família que é uma grande ajuda, que eu me sinto muito feliz pelas mãe que precisa tirar, tem o empréstimo para quem é aposentado, se quiser fazer. Tem o empréstimo também pro agricultor, dependendo né ...então tudo isso é uma melhoria pra agricultura (Rita Freire, 65 anos).

Esta agricultora demarca claramente a diferença da agricultura hoje, para o tempo de seus pais, onde a precariedade no campo era ainda maior, pois não havia quaisquer possibilidades de acesso a recursos financeiros; esta agricultora enumera as múltiplas formas que hoje o agricultor e a agricultora têm disponível, quer seja na forma de salário, crédito, empréstimo ou transferência de renda.

Já outros agricultores limitam-se a sua experiência pessoal, Sr. Nailzo, por exemplo, obtém regularmente crédito no Banco do Nordeste para criação de gado, apesar do baixo volume do empréstimo, inclusive criticado por ele, ao pensar no rural de antes e de agora, ele o traz como algo relevante:

Eu acho que hoje é mais fácil, eu acho assim porque naquele tempo era um tempo muito sofrido, da agricultura de uns ano, ...porque tem ano bom e tem ano variado né... mas eu acho que hoje tem mais facilidade né... naquele tempo de banco né... num tinha facilidade, e hoje tem Banco do Nordeste, as coisas era mais difícil (Nailzo, 47 anos).

Quando os agricultores se referem aos tempos difíceis que seus pais passaram ou eles mesmos, em sua infância e juventude, referem-se, sobretudo, a escassez de alimentos e água, que lhes trazia extremas restrições e insegurança alimentar; pois mesmo havendo o trabalho do plantio, o agricultor limitado a algumas culturas e sem outras estratégias de geração de renda ficava sujeito às variações climáticas, por vezes desfavoráveis, e as longas secas enfrentadas implicavam em muita fome e miséria para as populações do interior do nordeste.

Parte desse quadro mantém-se intocado, porém, com a intervenção do Estado por meio de políticas compensatórias e transferências de renda, há uma notória mudança na situação destes agricultores:

A agricultura antes era mais difícil, era tudo mais curtinho, a pessoa comia do trabalho que a pessoa trabalhasse, hoje o povo come do que o governo dá. Se não fosse isso de ter o governo assumir, assumir muita gente, como é que tava esses velhos? Com essa arrumação que existe agora? Queria saber onde era que tava? Se não tava com uma cuinha na feira pedindo. É porque hoje todo mundo tem seu salariozinho, tem a feira do domingo garantida. Justamente como é essas mães de família, que recebe o Bolsa Família, tem as coisas para ajudar para o filho. Naquele tempo não tinha nada não, fazia um empréstimo no banco para pagar com a safra do feijão, se não pagasse, eles vinham e tomava o que a pessoa tinha. Agora não, a pessoa vai pagando pelo salário que recebe (Francisco de Assis Félix, 71 anos). Há uns 20 anos ser agricultor era passar realmente fome, principalmente se dependesse do trabalho braçal (José Marconi, 39 anos).

Note-se que estes agricultores ainda sofrem diversas restrições, mas a conjuntura em que vivem hoje é confortável se comparada às gerações anteriores. Apesar da menção às instituições financeiras, de forma predominante, não são mencionadas políticas voltadas para a convivência com o semiárido e o desenvolvimento rural como fundamentais para melhores perspectivas na vida no campo. De fato, não se esperava que os agricultores afirmassem esses termos, porém quando, espontaneamente, argumentavam porque a agricultura hoje seria melhor, em nenhum momento (mesmo entre aqueles agricultores partícipes de programas como PAA, PNAE) as políticas desenhadas para o público rural, visando fortalecer a agricultura familiar, foram citadas. O que é palpável para eles, o que realmente impactou o meio rural, foi a “aposentadoria dos velhos” e o “bolsa família”.

Nesse sentido, é importante destacar a síntese do debate teórico feita por Schneider (2010) sobre o desenvolvimento rural no Brasil. Dentre as quatro abordagens apresentadas, encontra-se a que foi denominada de “O novo rural brasileiro: atividades não agrícolas e políticas compensatórias”, atribuída ao Projeto Rurbano, que reuniu 25 pesquisadores de 11 estados brasileiros, desde 1996, para análise das novas relações entre o rural e o urbano, coordenado por Jose Graziano da Silva, atual Diretor-Geral eleito da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e ex-ministro do “Governo Lula” (2003-2005), quando coordenou a elaboração e implantação do Programa Fome Zero no país.

A partir da compreensão que o rural, não mais como sinônimo de atraso, se desconecta da exclusividade da atividade agrícola, que passa a ser apenas uma de suas atividades, constitui-se um *novo-rural*:

Esse novo rural (ou o processo de rurbanização) seria composto, basicamente, por três grupos de atividades, quais sejam: uma agropecuária moderna (agronegócio) baseada em *commodities* e intimamente ligada as agroindústrias; um conjunto de atividades não agrícolas ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços e, por último, um conjunto de novas atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos de mercado. Além desta faceta moderna, **o lado atrasado do rural persistiria por meio da manutenção da pobreza e da vulnerabilidade de ampla gama da população**, identificada com o grupo social que Graziano da Silva denominou de “sem-sem”, que seria formado pelos excluídos e desorganizados que, além de não terem terra, emprego, educação, saúde e renda, não teriam sequer uma organização social que os mobilizasse (SCHNEIDER, 2010, p.522, grifo nosso).

Nessa perspectiva, o novo rural assume diversas funções “não-agrícolas”, atraindo uma população pela valorização do rural, num processo que Wanderley denomina do “renascimento do rural”. Estas novas funções estariam relacionadas ao rural como espaço de moradia, que remete tranquilidade e uma boa qualidade de vida, assim como estaria associado a atividades como turismo rural, paisagismo e preservação do meio-ambiente, um verdadeiro “patrimônio” social, em tempos de crescentes preocupações relacionadas à manutenção da biodiversidade. Este é considerado um dos fatores de emergência do novo rural: a crise do modelo produtivista agrícola, lançado no Brasil a partir da década de 70, pela chamada “Revolução Verde”.

Idealiza-se um rural que se caracterize por famílias pluriativas, que integre atividades não agrícolas com agrícolas, em uma intensa combinação entre o rural e o urbano, através da geração de oportunidades de trabalho no campo, porém, quando isto não é possível, no caso dos amplos contingentes da população rural que vive em condições extremas de pobreza – particularmente no semiárido do nordeste - seria necessário acionar as políticas compensatórias, as ações de combate à fome e de segurança alimentar, fomentando a comercialização dos produtos dos pequenos agricultores, e *somado a estas políticas, deveriam vir aquelas voltadas ao novo rural brasileiro*, que relacionam-se às políticas de habitação no meio rural, turismo rural, regularização das relações trabalhistas e prestação de serviços, infraestrutura (urbanização do rural). Desta maneira caminhariam juntos um “novo rural” e um “rural atrasado”, que por suas sequelas históricas não detém das condições necessárias para de pronto assumir as múltiplas funções do novo rural (SCHNEIDER, 2010).

Neste sentido, considerando-se a realidade percebida em Remígio, para se pensar o desenvolvimento rural da região, é imprescindível que as políticas compensatórias caminhem em paralelo às políticas para o “novo rural”, pois, como frisado pelo autor, é preciso considerar as particularidades do meio rural do semiárido nordestino. Pelas atuais dificuldades de transporte/comunicação, é inviável se pensar em uma maior integração com o mercado de

trabalho urbano das cidades próximas e mesmo em atividades relacionadas ao turismo rural e moradia no campo, para os quais a localização deve ser estratégica, e estas atividades naturalmente irão favorecer apenas alguns agricultores, assim, deve-se pensar em propostas mais inclusivas, que contemplem a diversidade e peculiaridades da região. Nota-se, pelas próprias aspirações dos agricultores, que o beneficiamento dos produtos agrícolas é uma das possibilidades de geração de renda e da pluriatividade no campo imediatamente viável.

Como visto, as relações de complementaridade e integração do rural-urbano, estendem-se também a esfera dos mercados, inclusive de trabalho. Conforme Graziano (2001), no Brasil a População Economicamente Ativa – PEA rural *não agrícola* – já representava cerca de 1/3, ou seja, 5 milhões da PEA no meio rural brasileiro.

Apesar de historicamente comum, a existência de atividades não agrícolas nas populações rurais, no contexto específico, onde a globalização²⁴ traz a tona uma nova forma organizacional de trabalho, como especialização, flexibilização e terceirização, estas estratégias assumem um caráter específico. Esse processo de diversificação remete à noção de pluriatividade²⁵, dando conta das diversas atividades que emergem no meio rural. Para Schneider (2009, p.85), uma das mais rigorosas definições deste fenômeno encontra-se no trabalho de Fuller (1990, p.367):

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (*home-based farming*). [...] A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências).

²⁴ Trata-se da globalização nos atuais arranjos caracterizados pelo regime de acumulação pós-Fordista, que segundo Bonanno (2004, p.52) tem como aspectos decisivos o aumento da flexibilidade em escala global, a mobilidade de capital e a liberdade para colonizar e mercantilizar praticamente todas as esferas, destruindo-se as fronteiras sociais e espaciais relativamente fixas e gerando-se uma descentralização da produção. Com a redução dos instrumentos regulatórios do Estado, se houver uma legislação trabalhista impeditiva, as corporações movem-se para outros locais, o que significa também baixos salários, trabalho desorganizado e precário.

²⁵ O termo “pluriatividade” passa a ser utilizado somente a partir de meados da década de 80, até então aludia-se a expressão “agricultura a tempo parcial” (*part time farming*), que remete a ideia da entrada da industrialização nas áreas rurais, incorporando parte da mão-de-obra destas famílias. A diferença central deste conceito é que era considerado um fenômeno de transição, que culminaria com um processo completo de proletarianização.

Desta maneira, a pluriatividade deve ser associada ao conjunto de atividades que as famílias se utilizam para garantir a sua reprodução, quer sejam atividades ligadas ao turismo, à prestação de serviços, à agroindústria familiar ou ao próprio emprego formal. Ocorre que, como já foi visto anteriormente, particularmente na região estudada, as estratégias de sobrevivência estão vinculadas as relações com o comércio local, ao trabalho precário e, em último caso, a migração, principalmente para o sul do país. Assim, não se identifica o exercício da pluriatividade em Remígio, que é um “município rural”, na concepção de Eli da Veiga (2001; 2004), pois não se integra efetivamente a uma economia urbano-industrial. Abramovay (1998) considera que uma das grandes limitações do desenvolvimento regional no nordeste é a fragilidade da sua urbanização, pois existem as cidades, mas a experiência urbana é muito limitada, prevalecendo ainda uma estrutura política arcaica de dominação social.

Embora se trate de uma região com uma beleza específica, pois não se classifica imediatamente na expectativa do rural como espaço de consumo com similitudes aos padrões europeus ou do sul do país, pois tem cores e formas historicamente depreciadas pela mídia e por parcelas da população, que associam a paisagem do semiárido nordestino à sequeidão, pobreza, e a um espaço habitado por pessoas famélicas e desfiguradas (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2001); existe um movimento paralelo e de grande relevância que é a valorização das regiões interioranas (ABRAMOVAY, 2003), e em um contexto mais geral, a sociedade tende a valorizar atualmente a diversidade cultural e suas múltiplas expressões.

Nesse sentido, a rica cultura, culinária, costumes e paisagens do “sertão nordestino” podem ser elevados a outro patamar, com um intenso trabalho de valorização e ampliação das potencialidades locais, partindo dos seus próprios habitantes, que em virtude de sua história, construíram um imaginário de inferioridade daquele espaço social.

Não obstante, evidenciou-se na pesquisa de campo que existe uma firme ruralidade entre a maioria dos agricultores entrevistados, que lhes dá uma noção de pertencimento àquele espaço rural, quer seja pelas fortes relações familiares e de proximidade, caracterizando uma “sociedade de interconhecimento”, ou pelos múltiplos elementos simbólicos desta relação com o rural, uma relação estreita com a natureza, a paisagem e a tranquilidade que ela oferece, um lugar de moradia, trabalho e vida, aspectos que transcendem uma relação puramente produtiva/econômica com a terra.

Isto pode representar em claras implicações favoráveis ao desenvolvimento rural da região, se estes elementos afirmativos que são responsáveis pela animação daquele espaço rural forem valorizados e estimulados, evitando-se a situação contrária, a desesperança, o

abandono e o esvaziamento daquele espaço rural. As relações de reciprocidade devem ser estimuladas para se por em prática projetos cooperativos, que envolvam a comunidade rural e viabilizem atividades dentro das especificidades da região estudada, que contemplem os aspectos ambientais, mas que sejam economicamente viáveis, inclusivas e sustentáveis.

Por outro lado, as fragilidades identificadas na pesquisa de campo, tais como a violência no campo e as dificuldades de acesso e transporte, devem ser tratadas como prioridade pelos poderes públicos, para que o campo se torne um espaço cada vez mais atrativo para outros atores sociais e para seus habitantes tradicionais.

Por fim, vale ressaltar o quanto as políticas compensatórias modificaram a visão dos agricultores em relação ao meio rural. Embora não haja impactos quanto a se pensar “o futuro” do mundo rural, até pelas características das políticas citadas pelos entrevistados (transferências de renda e aposentadoria rural), estas trazem amenidades à vida no campo, antes mais sujeita a pobreza e fome, e valorizam o trabalho no campo (em virtude da cobertura previdenciária), estimulando a permanência no meio rural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa partiu do pressuposto que os agricultores familiares estão imersos em um ambiente de restrições sociais, econômicas e políticas, mas, que lhes resta um espaço de escolhas - entre a dinâmica interna da família e sua relação com o ambiente “externo”, constituído pelo Estado, mercado e instituições, no qual adotam diversas **estratégias** para permanecerem no meio rural e no exercício da atividade agrícola.

O estudo da agricultura familiar, mesmo diante de todas as rupturas ocorridas com o modo de vida camponês e novas sociabilidades existentes, provocadas inclusive por sua inserção no mercado/sociedade globalizante, resguarda sua importância graças às especificidades desta atividade, pois além de sua distinção estrutural, posto que o agricultor é trabalhador e dono dos meios de produção - simultaneamente, são as especificidades históricas do trabalho agrícola que o distinguem das demais atividades produtivas, além da própria perspectiva de uma co-produção com a natureza, a que se refere Ploeg (2008), que diferencia-se do ritmo da produção industrial ao produzir no compasso da natureza. Caso estas especificidades não existissem, estudar agricultura familiar seria o mesmo que estudar uma empresa familiar qualquer, que se fundamente na mão de obra da própria família.

Por ser um aspecto fundante do conceito da agricultura familiar, analisou-se a intensidade da “lógica familiar” nas unidades agrícolas de Remígio. A pesquisa de campo revelou que 60% dos filhos dos agricultores em idade economicamente ativa, migraram, sobretudo, para o sudeste do país. Diante da evasão dos filhos dos agricultores para suprir as necessidades de mão de obra há a contratação de um trabalho precário, na forma de “diarista” ou de trabalho permanente em 75% das unidades entrevistadas. Percebe-se que para ambos (quem contrata e quem é contratado), o trabalho “alugado” é um último recurso. Percebeu-se que muitos pais aceitam, resignados, as escolhas dos filhos, por compreenderem não ser possível viver bem apenas com a prática da agricultura naquela localidade, pois reconhecem nela dificuldades intransponíveis. Longe de ser a situação idealizada pelos agricultores familiares, este retrato só reforça as múltiplas relações do agricultor familiar na sociedade atual, de forma que a reprodução familiar destas unidades mostra-se comprometida, mas não extinta.

Apesar desse diagnóstico, existem agricultores na região motivados e com muitos projetos para o seu futuro no mundo rural. Das vinte unidades analisadas, 25% estão nas mãos de agricultores jovens, com menos de quarenta anos de idade, e outras 10% são geridas por

agricultores que tiveram uma experiência de vida nas grandes cidades e não pretendem voltar, pois na atividade rural vêem a possibilidade de prosperarem naquilo que lhes pertence. Dessa forma, quando este grupo de agricultores demonstra que têm diversos projetos de investimentos na propriedade ou mesmo de diversificação da produção, apesar das limitações existentes, isso traz claras projeções de crescimento do patrimônio da família e melhoria da qualidade de vida no campo, e não de falência e abandono do rural.

Considera-se, nessa conjuntura, o relevante papel que o Estado assume, através das políticas públicas, nas propostas relativas ao desenvolvimento rural; e que estas ações influenciam, sobremaneira, as estratégias e escolhas dos agricultores; ou seja, é através das políticas públicas existentes que estes atores sociais assumem novas perspectivas para o seu trabalho e vislumbram um futuro melhor no meio rural.

Em relação às dinâmicas geradas pelas atuais políticas, destaca-se a relevância da Previdência Rural e das políticas de comercialização dos produtos da agricultura familiar, através sua inserção nos mercados institucionais. Embora sejam capazes de ampliar o acesso ao mercado, estas políticas são insuficientes, pois beneficiam um número muito reduzido de agricultores, não gerando reais impactos no desenvolvimento rural em virtude destes novos espaços existentes.

Outro elemento restritivo ao desenvolvimento da agricultura familiar foi o acesso a crédito, percebido como um real obstáculo para muitos agricultores, isso porque embora existam diversas linhas ofertadas, nenhum dos agricultores entrevistados conseguiu acessar o PRONAF - a principal política de crédito para este público. Persistem muitas barreiras a serem transportadas para que estas políticas de crédito cheguem de fato a este público e atenda às suas necessidades e particularidades da agricultura familiar. A maioria dos jovens, filhos dos agricultores entrevistados, já abandonou a atividade rural e, os poucos que restam no campo, não conseguem obter crédito para investir em seus projetos, além das questões relativas ao tamanho da propriedade; o crédito oferecido é incompatível com projetos que de fato seriam capazes de promover mudanças significativas na vida destas famílias.

Pôde-se perceber o uso dos benefícios previdenciários como uma clara estratégia para permanência no meio rural e no exercício da atividade agrícola: 75% das famílias que percebem tais rendas as utilizam no financiamento das atividades produtivas. Isso porque conceitualmente a aposentadoria é concedida pela velhice, que acarreta na redução da capacidade laborativa e no conseqüente comprometimento das condições de vida dos trabalhadores. Então, contrariando o pressuposto da “inatividade” intrínseco à aposentadoria,

estes agricultores a utilizam para “financiar” sua atividade laboral. Apesar das “dinâmicas positivas” geradas por essa política pública nos campos produtivo e social, essa repercussão se deve às próprias limitações da região e a falta de geração de renda nas populações rurais, a precariedade das condições de vida e aos processos de sujeição a que estas populações foram, historicamente, submetidas.

Após mais de duas décadas em seu atual formato, a previdência dos trabalhadores rurais igualou-se aos direitos aos trabalhadores urbanos, demonstrou-se eficaz por garantir a permanência no campo de muitos agricultores e reduzir a fome e miséria existente. No entanto, com a população do campo envelhecida e a migração dos jovens, torna-se emergente a adoção de novas medidas que emancipem estas populações da dependência desta transferência de renda, se não, a reprodução social no campo estará amplamente comprometida, uma vez que as transferências de renda correspondem a 52% de todos os rendimentos obtidos pelos entrevistados.

Evidencia-se que os agricultores adotam diversas estratégias e escolhas baseadas em suas experiências e nas suas múltiplas relações para acessarem os canais de comercialização disponíveis a agricultura familiar. Antes da pesquisa de campo, pressupunha-se que a diversidade de canais de comercialização propiciava necessariamente melhores condições à família, porém, identificou-se que a capitalização dos agricultores e a disponibilidade de recursos produtivos pode ser preponderante. Assim, a necessidade de acessar vários canais de comercialização pode refletir a insuficiência e limitações dos mesmos. Outro pressuposto que foi reconsiderado foi a comercialização a intermediários, já que apesar de toda a crítica a estes sujeitos - “atravessadores”- que se apropriam de parte dos lucros dos agricultores, alguns optam por comercializar sua produção a terceiros, pois há diversos fatores envolvidos quando preferem vender nas feiras, diretamente ao consumidor: o tempo despendido e retirado do trabalho da produção agrícola; as despesas com frete; embalagens; o risco do insucesso nas negociações, dentre outros fatores, que podem desestimular o agricultor familiar a usar este canal de comercialização. Ressalte-se por fim, a dificuldade de se revelar o grau de importância de cada canal de comercialização, pois para os agricultores, apesar das pressões em sentido contrário, não lhes é comum o registro e controle dos rendimentos e produções; as variações de preço e de safra dificultam ainda mais a noção comparativa ao longo dos anos.

Nesta relação com o mercado, porém, a atuação de outros atores sociais pode trazer repercussões variadas às estratégias dos agricultores familiares. Evidencia-se em campo a funcionalidade dos pressupostos de José Eli da Veiga e Ricardo Abramovay no que concerne

a fundamental relação dos agricultores familiares com as instituições locais – públicas ou de cooperação - para ampliar a geração de valor e para criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento rural. Percebeu-se entre os agricultores mais produtivos um descontentamento generalizado com a empresa pública responsável pela assistência técnica rural, que além de distante, a instituição quando requisitada não corresponde às expectativas dos agricultores, sendo que muitos de seus projetos são retardados por depender deste apoio técnico para prosseguimento. Ao não atender satisfatoriamente, as reivindicações da agricultura familiar na região, a empresa não parece desenvolver as inovações e técnicas necessárias para ampliar a competitividade dos produtos agrícolas da região.

Por outro lado, restou clara a relevância dos trabalhos e a confiança dos agricultores nas organizações não-governamentais de fomento à agricultura familiar da região. Na introdução, foi destacado que Remígio tem uma experiência positiva de articulação social, sendo uma das cidades percussoras do Pólo Sindical da Borborema. É no município que se instala a sede da AS-PTA da Paraíba, instituição que se propõe a aprimorar e desenvolver capacidades para o desenvolvimento rural baseado na Agroecologia. Além desta, a ASA também foi mencionada pelos agricultores pela atuação no PIMC e outra associação local, a Associação de Apoio a Políticas de Melhoria da Qualidade de Vida, Convivência com a Seca, Meio Ambiente e Verticalização da Produção Familiar - ARRIBAÇÃ, por mediar os projetos e prestações de contas relativos ao PAA, embora o agricultor tenha que estar “em dia” para obter tais acessos e serviços.

Assim, constroem-se esferas de participação para os agricultores familiares, cujos espaços os articulam com as suas representações, organizações e instituições públicas. Apesar de limitado a um número específico de agricultores, pois estes espaços de participação por vezes restringem-se aos participantes do mercado institucional, percebe-se que os agricultores mais envolvidos e articulados politicamente, não estão necessariamente entre mais produtivos e de melhor condição financeira, mas, sem dúvida, representam os agricultores que acreditam no potencial da agricultura familiar e na possibilidade de ter uma melhor qualidade de vida no campo, a partir da própria diversidade produtiva, inovações técnicas e produtivas, etc. Essa crença se constrói a partir de uma maior participação política, comunitária e sindical e é de extrema relevância para o desenvolvimento de novas habilidades e capacidades, face aos novos desafios que lhes são impostos pelo mercado e pelos consumidores, e da consequente necessidade de reação e adaptação.

Este “envolvimento” mostrou-se concreto na percepção de alguns agricultores, nutrindo seus projetos individuais e coletivos e a resistência em permanecer na atividade agrícola mesmo diante dos desafios existentes; estimulando-os a acreditar nas potencialidades do meio rural e nas múltiplas possibilidades que podem vislumbrar, tendo como “chão firme” as políticas públicas que experimentam.

Nesse sentido, merece destaque a atuação da AS-PTA: 20% dos agricultores entrevistados realizaram a transição agroecológica com a mediação deste ator social. Além de todos os benefícios do ponto de vista ambiental da produção com o enfoque agroecológico, destaca-se o fato que é a convicção de estar produzindo em harmonia com a natureza que lhes motiva a permanecer na atividade, no meio rural, fortalecendo uma ruralidade viva e distinta, pois estes agricultores se sentem responsáveis pela manutenção da diversidade e vitalidade daquele espaço rural e exibem orgulhosamente seu sítio como um “patrimônio ambiental”.

Deste processo, desencadeiam-se muitos outros projetos e sonhos, de forma que a Agroecologia, apoiada por este mediador e ator social, representa mais que uma estratégia produtiva para estes agricultores, pois eles afirmam obter vantagens do ponto de vista econômico pela qualidade reconhecida de seus produtos e possibilidades de inserção diferenciada no mercado local e também em outras regiões do país (embora ainda incipiente, mas é uma perspectiva) - indicando, também, um fortalecimento e um diferencial na identidade do agricultor familiar.

Diante do exposto, acredita-se que houve um avanço nas políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento rural sustentável, que de um caráter meramente assistencialista avançaram a um novo patamar, com políticas públicas que possibilitam a participação destes atores sociais. Conclui-se, nesse sentido, que estes espaços participativos assumem cada vez mais relevância no cenário nacional, pois se tornaram princípios que guiam a formulação de políticas públicas. Embora sejam evidentes que ainda existem várias distorções, como a apropriação destes espaços democráticos pelos poderes públicos locais; a dominação pelas instituições e “mediadores” que na verdade assumem uma postura interventiva e decisória, além de reuniões intermitentes que não conduzem a resultados expressivos e provocam desgastes e desmotivação. Este parece ser o único instrumento capaz de promover o diálogo entre os beneficiários das políticas públicas e seus planejadores, a fim de torná-las mais adequadas às reais necessidades dos agricultores familiares, um desafio que se potencializa pela heterogeneidade da agricultura familiar no país.

A noção de “pertencimento” ao rural é um elemento que potencializa e qualifica a participação dos agricultores. Apesar de todas as limitações existentes na vida do campo em Remígio (PB) e dos elementos desagregadores da agricultura familiar como seu eixo principal, percebeu-se uma forte identidade dos agricultores aos diversos elementos simbólicos do rural – como a relação com a terra; contato diário com a natureza e tranquilidade inerente ao campo, além das relações de proximidade e interconhecimento – que os fazem sentirem-se como parte daquele território, o que pode trazer implicações favoráveis ao desenvolvimento da região, se estes elementos identitários, que são responsáveis pela animação daquele espaço, forem valorizados e estimulados, incluindo as relações de reciprocidade entre as famílias, com o fito de evitar a situação contrária, a desesperança, abandono e esvaziamento daquele espaço rural. Por outro lado, as fragilidades identificadas tais como a violência no campo e as dificuldades de acesso e transporte, devem ser priorizadas pelos poderes públicos, pois trazem reais ameaças a vida no campo.

Ao avaliarem o que significa ser agricultor hoje em comparação com o tempo de seus pais, as políticas compensatórias foram mencionadas como determinantes das melhores condições de vida no campo. Embora estas políticas sejam consideradas insuficientes para se pensar “o futuro” do mundo rural, até pelas próprias características das políticas citadas pelos entrevistados (bolsa família e aposentadoria rural), estas trazem amenidades à vida no campo e valorizam o trabalho rural (em virtude da garantia da cobertura previdenciária, igualando-o ao trabalho urbano).

Mas é preciso ir além. Estas políticas geraram dinâmicas positivas no meio rural, porém, as demais políticas que se propõem a promover de fato o fortalecimento da agricultura familiar e ampliar os canais de acesso à comercialização têm sido pouco eficazes, como demonstrado nesta pesquisa.

Assim, em consonância com os diversos estudiosos do meio rural apresentados ao longo deste trabalho, considera-se que é preciso romper com o isolamento do rural, caracterizado pela precariedade em suas vias de acesso, pela inexistência de equipamentos mínimos de saúde, educação e lazer, para, rompidas estas barreiras, o rural possa integrar-se aos núcleos dos pequenos municípios e/ou dos pólos regionais que irradiam seu dinamismo econômico, e só assim, se vislumbrar as expressões do novo rural, ou seja, a pluriatividade e multifuncionalidade tornarem-se estratégias reais, e possivelmente aplicáveis à realidade do semiárido nordestino, pois este rural específico se tornará atrativo para outros atores sociais e suas múltiplas atividades.

Nessa conjuntura ideal, deverão caminhar em paralelo as políticas compensatórias – posto que este “rural atrasado” não se converterá repentinamente em progresso – estas políticas do novo rural, do rural que complementa o urbano, e não se opõe a ele, como o espaço da precariedade e da pobreza. Também, não se pode perder a centralidade da agricultura familiar no meio rural, pois ainda que em alguma perspectiva futura, as outras atividades e rendas da pluriatividade venham a ser mais significativas do ponto de vista econômico, não o serão do ponto de vista ambiental e social, pois a agricultura familiar é um elemento vitalizador desta paisagem e da ruralidade: excluindo-a do cenário ou minimizando-se sua importância, obter-se-á uma ponte que ligará a cidade a um vácuo, um espaço sem identidade e sem elementos simbólicos que justifiquem tal elo. É preciso que se mantenha viva a cultura do campo, pois logicamente, é esta que o torna atrativo e um espaço de consumo para os cidadãos.

Assim, deverão ser fortalecidas as políticas que visam o desenvolvimento da agricultura familiar e, a partir da realidade de Remígio (PB), o fortalecimento do mercado local, as possibilidades de beneficiamento de produtos via cooperativas, as inovações técnicas que permitam a produção agroecológica e o fortalecimento das relações sociais recíprocas e de confiança, para produção conjunta de produtos que, pela elevada qualidade existente já atraem compradores de outras regiões, o que não se concretiza pela ausência de uma produção organizada para atender essa oportunidade de mercado e, acima de tudo, o reconhecimento e valorização do agricultor familiar como guardião de um patrimônio social, cultural e ambiental, é que tornará estes atores sociais capacitados para permanecerem enfrentando as adversidades existentes e conduzirá a novas possibilidades de geração de renda no meio rural, a partir da própria atratividade que lhe é inerente, se devidamente preservada.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v. 28, n.1,2,3. jan\dez 1998; v. 29. n. 1, jan\dez. 1999. Disponível em: <<http://ceragro.iica.int/Documents/Agricultura-familiar.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Edusp, 2007.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de. A questão regional: o caso do nordeste brasileiro. In: MARANHÃO, Silvio (Org.). **A questão nordeste: estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 41-54.

_____. **O nordeste e a questão regional**. São Paulo: Ática, 1988.

AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sérgio. (Des)caminhos da política de crédito do PRONAF na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE, 1., 2010, Natal. **Artigo...** Natal, 2010.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 29, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 6 out. 2011.

_____. Rio Grande do Norte – A contribuição da experiência do Seridó. In: CRUZ, José Luiz Vianna da (Org.). **Brasil, o desafio da diversidade: experiências de desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2005.

_____. **Temos que completar o sonho de JK**. Entrevista concedida a José Dirceu, 23 set. 2008. Disponível em: <http://www.zedirceu.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4181&Itemid=61>. Acesso em: 15 out. 2011.

ARAÚJO, Leonardo Alves de; LIMA, João Policarpo R. Transferências de renda e empregos públicos na economia sem produção do Semiárido nordestino. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 33, 2009. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.phpPPP/article/view/153>>. Acesso em: 10 set. 2011.

ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO (ASA Brasil). Disponível em: www.asabrasil.org.br. Acesso em: 20 de janeiro de 2012.

BASSO, David; GIORDANO, Nelson Delgado; SILVA NETO, Benedito. O estudo de trajetórias de Desenvolvimento Rural. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, v.1, n.001, p. 73-105, jan/jun. 2003. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/752/75210105.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

BONANNO, Alessandro. A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós fordismo no setor agroalimentar. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa (Org.). **Globalização, trabalho, meio ambiente**: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: Editora da UFPE, 2004.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Cartilha do Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010**. Disponível em: http://www.seagri.ba.gov.br/cartilha_plano_safra_2009.2010pdf> Acesso em: 20 de janeiro de 2012.

_____. **Decreto nº 1.946**, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/file?file_id=2596574&show_all_versions_p=f>. Acesso em: 15 de setembro de 2011.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/splashAgro.htm>>. Acesso em: 15 de setembro de 2011

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em: 15 set. 2012.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília, 1996.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise. Brasília: Ipea, 2011.

_____. **Lei nº 4.214**, de 2 de março de 1963. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=183976>>. Acesso em: 15 de setembro de 2011

_____. **Lei nº 7.827**, de 27 de dezembro de 1989. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=110474>>. Acesso em: 15 de setembro de 2011.

_____. **Lei nº 8.212**, de 24 de julho de 1991. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm>. Acesso em: 15 de setembro de 2011.

_____. **Lei nº 10.696**, de 2 de julho de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm>. Acesso em: 15 de setembro de 2011.

_____. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm>. Acesso em: 15 de setembro de 2011

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar. **Resolução nº 38**, de 16 de julho de 2009. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/ae-legislacao>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2012.

CALDAS, Nádia Velleda; ANJOS, Flávio Sacco dos. Agricultura familiar e previdência social: envelhecendo na pobreza? **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 24, n. 1. p. 131-158, jan./dez. 2007.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de. **Agricultura familiar e ruralidade em Ouro Fino-MG**. 2010. .:..... p. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola. Campinas, São Paulo, 2010.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**. n.8, p. 70-82, abr. 1997.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Globalização e ruralidade. In: _____. **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro**. Campinas: Polis; Ceres, 2004.

CHACON, Suely Salgueiro. **O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

CONTERATO, Marcelo Antônio. NIEDERLE, Paulo Andre. RADOMSKY, Guilherme Waterloo Francisco. SCHNEIDER, Sergio. **Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea (s.d.)**. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/ipode/arquivos.php?ord=1&tipo=2>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

DELGADO, Nelson Giordano. Sociedade civil, estado e protagonismo institucional no desenvolvimento territorial: avanços e obstáculos no caso do Território Rural da Borborema/PB. **Raízes**. v. 28, ns. 1; 2, jan.\dez. 2009; v. 29, n. 1, jan\jun. 2010.

DINIZ, Paulo César Oliveira. **Da experimentação social ao “experimentalismo institucional” trajetórias de relações entre Estado e sociedade civil: experiências no semi-árido**. Tese. Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Campina Grande, 2007.

FRANÇA, Álvaro Sólon de. **A previdência social e a economia dos municípios**. 6.ed. Brasília: ANFIP, 2011.

FRANCISCO, Edna Cristina. Agricultura familiar em área de proteção ambiental: a reprodução de um modo de vida. In: BRANDENDURG, Alfio (Org.). **Ruralidades e questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas**. Brasília: MDA, 2007. p.21-62.

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA (FIDA). In: COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Habilitando os pobres rurais a superar a pobreza no Brasil. 2009**. Disponível em: <www.ifad.org/operations/projects/onsregions/PIfactsheet/brasil_p.pdf>. Acesso em: 15/03/2010.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GARCIA JUNIOR., Afrânio Raul. **O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

GAZOLLA, Marcio; PELEGRINI, Gelson. **A construção social dos mercados pelos agricultores: o caso das agroindústrias familiares**. CONGRESSO SOBER, 48, julho de 2010. Disponível em: <<http://argus.iica.ac.cr:19555/Documents/CONSTRU%C3%87%C3%83O%2>>

OSOCIAL%20DOS%20MERCADOS%20PELOS%20AGRICULTORES.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2011.

GONÇALVES, Elânia Duarte. **Diagnóstico da situação inicial do Território Rural da Borborema**. IICA, 2004.

GROOTAERT, Christiaan. NARAYAN, Deepa. JONES, Veronica Nyhan. WOOLCOCK, Michael. **Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS)**. Banco Mundial, 2003.

KAGEYAMA, Ângela A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1998.

LONG, Norman. **Sociologia del desarrollo: uma perspectiva centrada em el actor**. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropologia Social; El Colégio de San Luis, 2007.

MENEZES, Marilda; MALAGODI, Edgard. **Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência**. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/ipode/textos.php?ord=1&tipo=2>>. Acesso em: 18 fev. 2010.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (Brasil). **Referências para um Programa Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: MDA / SDT / CONDRAF, 2003.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (Brasil). **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido**. Brasília: SDR; Adene, 2005.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (Brasil). **Informe de Previdência Social 2011**. Brasília: MPS; SPPS, 2011.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de; RUOSO, Maurivan. **Capital Social e a Dinâmica do Desenvolvimento Territorial Rural no norte do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/120505.pdf>>. Acesso em: 6 fev. 2011.

NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. *Estudos Avançados*, v. 15, p. 83-99. 2001.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: quantos ancoradouros!. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio César. (Orgs.). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211-270.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Bomtempo, 2003.

OLIVEIRA, Daniela. **Mercados e reprodução social: um estudo comparativo entre agricultores ecologistas e não ecologistas de Ipê-RS**. 2007. 211 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2007.

OLIVEIRA, Régis Borges de. **Conceitos e principais métodos existentes para mensuração da pobreza no Brasil**. Campinas: IICA, 2010.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. UFRGS: Porto Alegre, RS, 2008. (Coleção Estudos Rurais).

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Sete teses sobre agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17-32.

_____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PUTNAM, Roberto D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RAMBO, Anelise Graciele; COSTA, Genivalda Cordeiro da. **Capital social, empoderamento e governança na agricultura familiar: experiências de biocombustíveis enquanto sementes e brotos da transição para o desenvolvimento territorial?** Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/ipode_52.doc>. Acesso em: 6 jun. 2011.

RAMOS, Nerize Laurentino. **As redes de atores no Semiárido Paraibano: trilhas e caminhos da ASA Paraíba**. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. João Pessoa, 2009.

_____. CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias. **Uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) por intermédio da “Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar com Doação Simultânea” para a alimentação escolar, no Município de**

Remígio, PB: uma abordagem dos dispositivos coletivos. Relatório Final UEPB/CNPq, 2011.

ROMANO, Jorge O. DELGADO, Nelson Giordano. **Os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural como processos sociais.** CPDA/UFRRJ, 2002. Disponível em: <http://www.ufrj.br/cpda/files/jor_e_ndg_os_pmdrs_como_processos_sociais.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2011.

RUSZCZYK, João Carlos. **Agricultura familiar e de base ecológica, transições e estratégias de reprodução:** redefinições e permanências nos olericultores de Rio Branco do Sul/PR. 2007. 284 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

SABOURIN, Eric. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Raízes**, n° 20, p. 56-64, 1999. Disponível em: <<http://www.ch.ufcg.edu.br/raizes/>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2011.

_____. **Camponeses do Brasil:** entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N.V. Pluriatividade e ruralidade: falsas premissas e falsos dilemas, In: CAMPANHOLA, C; SILVA, J. Graziano da. (Eds). **O novo rural brasileiro:** novas ruralidades e urbanização. Brasília: Embrapa, 2004. p. 71-105.

SCHNEIDER, Sérgio; TARTARUGA, Iván G. Peyré. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, Campina Grande, v.. 23, n°s 01 e 02, p. 99-116, jan/dez. 2004.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar.** 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, jul\set. 2010.

SILVA, José Graziano da. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro.** ESTUDOS AVANÇADOS 15 (43), 2001.

_____. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento.** 2006. 298p. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

SILVEIRA, Luciano Marçal da; FREIRE, Adriana Galvão; DINIZ, Paulo César O. Pólo da Borborema: ator contemporâneo das lutas camponesas pelo território. **Agriculturas**, v.7, n.1, mar. 2010.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TAVARES, Hermes Magalhães. **Planejamento regional e mudança: o projeto Furtado – JK para o Nordeste.** Rio de Janeiro: HP Comunicação/UFRJ/IPPUR, 2004.

TOLEDO, Eliziário Noé Boeira. **O PRONAF em Salvador das Missões: contradições de uma política de crédito.** 2009. 186 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.

TONNEAU, Jean Philippe; CUNHA, Luís Henrique. Pesquisas em desenvolvimento territorial no semi-árido. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n°s 01 e 02, p. 45-53, jan./dez. 2005.

VEIGA, José Eli da. Delimitando a agricultura familiar. **Reforma Agrária**, v.25, p. 128-141. maio\dez. 1995.

_____. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento.** Estudos Avançados 15 (43), 2001.

_____. A dimensão rural do Brasil. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, v. 12, n. 1, p. 71-94, abr. 2004.

_____. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** São Paulo: Garamond, 2006.

_____. Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v.3, n.1, p. 123-149, jan\abr. 2007. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/012007/especial.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2010.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Raízes Históricas do campesinato brasileiro. In: Encontro Anual da ANPOCS, 20. **Anais...** 1996. Disponível em: <<http://www>.

projetomafc.org/bibliografia/pdf/raizes%20historicas%20campesinato.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2012.

_____. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. In: CONGRESSO DA ALASRU, 8, 2010. **Conferência...** Disponível em: <www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/NazarethWanderlei.pdf>. Acesso em: 10 out. 2011.

WESZ JUNIOR, Valdermar João; TRETIN, Iran Carlos Lovis; FILIPPI, Eduardo Ernesto. **A importância da agroindustrialização nas estratégias de reprodução das famílias rurais.** SOBER, 2006.

APÊNDICE

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

1) O Sr. viveu sempre nessa propriedade?

2) Como é a trajetória da família na agricultura? Sempre foi agricultor, e seus pais?

BLOCO 1: CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR

3) Composição da família (Informar todos os membros/componentes da família):

Nome	Relação com o chefe (A)	Idade	Sexo	Tipo de Trabalho (B)	Estado civil (C)	Escolaridade (D)
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
(A)	(B)	(C)	(D)			
1 Resp/Chefe	1 Tempo integral na UP (*)	1 Casado	1 analfabeto – nunca estudou			
2 Cônjuge	2 Tempo-parcial: trabalha fora e dentro da UP	2 Solteiro	2 apenas lê e escreve			
3 Filho	3 Tempo-parcial na UP + Trab. Doméstico	3 Viúvo	3 1ª a 4ª série completo			
4 Filha	4 Tempo-parcial na UP + Estuda	4 Divorciado / Desquitado	4 1ª a 4ª série incompleto			
5 Genro	5 Tempo integral fora UP (*)		5 5ª a 8ª série completo			
6 Nora	6 Somente trabalho domestic	99 Outros	6 5ª a 8ª série incompleto			
7 Netos	7 Somente estuda		7 2º grau complete			
8 Avô	8 Criança menor de 7 anos		8 2º grau incompleto			
9 Avó	9 Idoso: apenas tempo-parcial na UP		9 nível técnico			
10 Irmão	10 Desempregado		10 superior complete			

11 Irmã	11 Não trabalha porque é deficiente ou inválido	11 superior incomplete
99 Outros	(*) Considerar tempo integral de trabalho igual a 300 dias/ano	12 sem idade escolar

4) Número de dias trabalhados em atividades agrícolas, não-agrícolas e em atividades fora da UP :

Nome do indivíduo que trabalha:	Sexo	Em atividades agrícolas FORA da UP (*)		Em atividades PARA-AGRÍCOLAS (**)		Em atividades NÃO-AGRÍCOLAS (***)			Valores recebidos em R\$ [indicar p/dia ou mês]
		Nº dias	Localização (A)	Nº dias	Localização (A)	Nº dias	Localização (B)	Setor (C)	

(*) **Atividades Agrícolas:** considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal/ vegetal.

(**) **Atividades Para-Agrícolas:** considera-se todas aquelas que envolvem a transformação, beneficiamento e processamento de produtos de origem animal ou vegetal, visando a agregação de valor. Podem ocorrer dentro ou fora da UP (Ex: beneficiamento de castanha de caju, doces, etc.).

(***) **Atividades Não-Agrícolas:** considera-se as demais atividades.

(A) Local de exercício das atividades para-agrícolas	(B) Localização das atividades não-agrícolas	(C) Setor atividades não-agrícolas
1. No domicílio ou na UP	1. No domicílio	1. Indústria
2. Na casa de vizinhos/parentes	2. No domicílio ou na UP	2. Comércio
3. Na unidade de processamento	3. Na unidade de processamento	3. Serviços Auxiliares(*)
4. Em outras Ups	4. Em outras Ups	4. Construção Civil
		5. Transformação Artesanal
		6. Transporte
		7. Comunicação
		8. Serviço Público
		9. Serviços Pessoais(**)
		10. Outros

(*) Exemplos de Serviço auxiliar: Veterinário, Advogado, Economista, Agrônomo, Técnico, etc.

(**) Exemplos de Serviços pessoais: Trabalho doméstico, mecânico, Jardineiro, Barbeiro, pedreiro, carpinteiro, etc.

5) Os membros de sua família que trabalham em atividades não-agrícolas (fora ou dentro da UP) fornecem algum tipo de ajuda nas atividades agrícolas UP?

Sim Não Não sabe/não respondeu

Se sim, indique com que frequência:

Regularmente Às vezes Quando sobra tempo

Quando há demanda específica no trabalho agrícola (colheita, doença do encarregado, etc.)

Outra situação _____

6) Qual a principal razão que levou os membros da família a trabalhar nas atividades não-agrícolas?

Quais os membros da família que saíram da propriedade (quem, idade, para onde)?

7) Os membros que trabalham em atividades não-agrícolas contribuem com as despesas da família e da UP?

Sim Não Não sabe/ não respondeu

8) Se sim, em que é aplicada a maior parte do valor das rendas de atividades não-agrícolas.

investimentos na propriedade

sustento (subsistência) da família

aumentar o conforto da casa

nas despesas pessoais de todo tipo

não sabe/não respondeu

tanto para investimentos na propriedade como para aumentar o conforto doméstico

Outro: _____

9) Como é o engajamento dos membros da família na atividade de comercialização?

10) Há aposentados e/ou pensionistas na sua família?

Sim () Não ()

Em caso afirmativo, informar o tipo de benefício e o valor recebido durante o último ano agrícola:

Primeiro nome da pessoa que recebeu o benefício	Tipo de benefício	Número de meses em que recebeu o benefício	Valor mensal recebido (R\$) (*)
Códigos:			
1 Aposentadoria	2 Pensão		

11) No último ano agrícola o dinheiro da aposentadoria ou pensão foi utilizado, de alguma forma, na atividade agrícola?

Sim () Não () () Não sabe/ não respondeu

Se sim, indicar em que são utilizados os recursos da aposentadoria ou pensão:

() Custeio da atividade produtiva da família () Compra de máquinas e/ou equipamentos

() Outro. Especificar qual?

12) A família recebe algum outro tipo de benefício/ajuda em dinheiro?

Sim () Não () () Não sabe/ não respondeu

Se sim, Qual?

1() Bolsa família R\$_____ 2() Programa estadual R\$_____ 3() Bolsa

Escola R\$_____ 4() PETI R\$_____ 5() Aux.Port.deficiê./Idoso R\$_____

6() Vale gás R\$ _____ 7() Prog. municipal R\$ _____

8() Parentes/amigos/Organização Comunitária R\$ _____

9() Seguro Safra R\$ _____ 10() Outro:

13) Estrutura Fundiária :

Área Total (ha)	Área (ha)					
	Própria	Em Parceria		Arrendamento		Outra forma
		De Terceiro	Para Terceiro	De Terceiro	Para Terceiro	
3.1) Quanto paga pelo arrendamento [informar em dinheiro ou produto]?						
3.2) Quanto ganha com arrendamento [informar em dinheiro ou produto]?						
3.3) Quanto paga na parceria [informar em dinheiro ou produto]?						
3.4) Quanto ganha na parceria [informar em dinheiro ou produto]?						

14) É utilizado na propriedade mão-de-obra contratada? _____. Se sim:

Quanto tempo/permanente?

Por safra/cultura?

15) Possui parceria ou arrendamento com alguém? Especificar.

16) Troca dias ou realiza mutirão com alguém na comunidade?

BLOCO 2: ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO

17) O que é produzido nesta unidade familiar? Há criação de gado, caprinos, ovinos, suínos, aves?

18) Como considera a produção nesta propriedade: produz muito, dá lucro, produz apenas para o sustento... por quê ?

19) Descrever quantidade da produção agrícola obtida e quanto é destinado para o auto-consumo.

20) Quais as principais dificuldades encontradas na produção? Quais estratégias adotadas para superá-las?

- a) Falta de mercado
- b) Preços da comercialização
- c) Falta de assistência técnica
- d) Falta de apoio governamental ao pequeno produtor (ou ao produtor ecológico)
- e) Transporte
- f) Sementes orgânicas
- g) Falta de mananciais hídricos
- h) Custos de produção elevados
- i) Falta de mão - de - obra

21) Quais as tecnologias empregadas na produção?

a) Aração/cultivo solteiro/consorciado/plantio direto/curva de nível/semente/análise do solo

b) Adubação química ou orgânica? Como controla as pragas (Inseticidas; Herbicidas; Fungicidas)?

c) Como capina e colhe (manual, animal ou mecânica)?

22) Se o senhor tivesse mais recursos hoje no que investiria?

a) na produção ecológica

b) na aquisição de terras

c) na moradia

d) aquisição de veículo _____

e) iria para a cidade

f) outro: _____

23) São produzidos produtos com base ecológica? Se sim:

24) Por que o Senhor adotou esse modelo de produção (razões técnicas, econômicas, saúde, razões ambientais ou ideológicas)?

25) Obteve apoio de políticas públicas, ONGs, Sindicatos?

26) Existe dependência ou não de insumos essenciais: as sementes são externas ao sistema, ou produzidas pelos próprios agricultores e obtidas através do intercâmbio entre eles?

27) Quais os principais desafios ?

a) falta de crédito agrícola específico

- b) falta de experiência/conhecimento
- c) dificuldades para obtenção de insumos
- d) comercialização/transporte

28) O que mudou na sua vida a partir desta nova experiência (houve melhoria nas condições de vida)?

29) O Sr. Acredita que essa produção ecológica irá aumentar nos próximos anos? Em virtude de quê ?

- a) harmonia com a questão ambiental
- b) melhores preços
- c) maior busca pelos consumidores por produtos saudáveis
- d) pelo fortalecimento da agricultura familiar

BLOCO 3: ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO

30. Como comercializa sua produção agrícola? Há intermediários?

31. Quais as dificuldades e vantagens de cada canal de comercialização?

32. Se houver comercialização no mercado institucional, questionar se houveram mudanças nas relações com as instituições coletivas ou públicas? De que forma? Como se inseriu nestas políticas? Como obteve informações?

33. Existem compras/vendas coletivas?

34. Qual Infra-estrutura necessária/disponível?
35. Como garante a qualidade de seus produtos aos consumidores?
36. Existe produções não agrícolas na propriedade? (Artesanato, Confecções, etc.) Se sim, especificar se a produção é individual ou coletiva e formas de comercialização.
37. Existe processamento ou beneficiamento de produtos dentro da unidade? Se sim, onde comercializado? Recebe apoio do Estado, Comunidade ou de ONG's? Qual importância econômica dessa atividade para família?

BLOCO 4: PROPRIEDADE, QUESTÃO AMBIENTAL, SOLO E RECURSOS HÍDRICOS

38. Relatar benfeitorias da propriedade (foram financiadas? Qual a relevância da obra?)
39. Tem área de mata preservada? Qual tamanho?
40. Qual o destino do “lixo” da casa? E os resíduos orgânicos?
41. Ocorre diversificação de plantas e cultivos na propriedade?
42. Tem erosão na propriedade?
43. É comum caçar nesta região?
44. Quanto aos recursos hídricos:

45. Possui irrigação: _____ Se sim: há quanto tempo? _____ foi obtida com quais recursos? _____

46. Possui poço: _____ Se sim: É próprio ou coletivo? _____ Qual distância da casa? _____

BLOCO 5: CAPITAL SOCIAL

47) Você ou qualquer outro membro da família faz parte de grupos ou organizações e associações? Se sim, de quais? Como se dá esta participação: exerce alguma função?

1 Associação comunitária de produtores e/ou agricultores Sim () Não ()

2 Cooperativas (créditos, eletrificação, produção, etc.) Sim () Não ()

3 Sindicato de trabalhadores Sim () Não ()

4 Associação de mulheres/clubes de mães Sim () Não ()

5 Associação vinculada a igreja (pastoral, canto, etc.) Sim () Não ()

6 Clube de futebol, etc ligado ao lazer Sim () Não ()

7 Outros tipos de entidade (especificar) Sim () Não ()

48) Você costuma receber ajuda das pessoas da comunidade? Que tipo de ajuda (explicitar se há trabalhos mútuos na atividade agrícola)?

49) Nos últimos 12 meses, quantas vezes as pessoas nesta localidade se reuniram para entregar conjuntamente uma petição a membros do governo ou a líderes políticos pedindo algo em benefício da comunidade? Explicitar.

BLOCO 6: REPRESENTAÇÕES DOS AUTORES SOBRE A RURALIDADE E SEU FUTURO

50) Em relação à época em que seus pais trabalhavam na agricultura, como o Senhor considera esta atividade no período atual? Como era a vida de seus pais na agricultura?

51) O Senhor tem perspectivas na agricultura? Quais são seus sonhos e projetos?

52) Se o Sr. pudesse decidir o futuro de seus filhos, o que desejaria para eles (permanência na agricultura, emprego fixo no campo ou na cidade, etc.)? E como o Sr. vê o envolvimento dos jovens da comunidade na agricultura?

53) Qual é o grau de satisfação do Senhor e de sua família em relação AO MEIO RURAL (perguntar sobre espaço/ambiente e a comunidade onde vive)?

54) Quando pensa no Senhor no lugar em que vive, o que acha mais importante?

- a paisagem os animais e as plantas a tranqüilidade
- vizinhos/comunidade em que vive
- o trabalho na agricultura e a importância de produzir alimentos

45. Alguém de sua família gostaria de mudar para a cidade?

Se sim, apontar os motivos (Assinale uma ou mais opções):

- 1 Acredita que o salário da cidade será maior;
- 2 Pouco trabalho no campo;
- 3 Não tem interesse na atividade rural;
- 4 Por não ter acesso a terra;
- 5 A renda atual não é suficiente para o sustento da família;
- 6 É possível trabalhar no estabelecimento mesmo morando na cidade;

7 () Para estudar;

8 () Para tratamento de saúde;

9 () Para gozar a aposentadoria;

10 () Outro motivo (especificar) _____

46. Alguém de sua família gostaria de mudar para outro lugar no campo?

1 () Sim 2 () Não 3 () Não sabe/ não respondeu

Se sim, apontar os motivos (Assinale uma ou mais opções):

1 () Melhores condições de produção/comercialização;

2 () Acesso à terra;

3 () Melhores oportunidades de renda externa;

4 () Porque casou;

5 () Outros motivos (especificar) _____